

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-graduação
Mestrado em Sociologia

A VIDA APÓS O ESTUPRO: SUBJETIVIDADE E ESTIGMA

Mestranda: JUDITE RODRIGUES DOS SANTOS

Orientadora: Dalva Maria Borges Lima Dias de Souza

Goiânia, outubro de 2001

INTRODUÇÃO

Este estudo procura analisar as relações que a mulher, vítima de estupro¹, estabelece nas instituições envolvidas com o seu problema. Com isso, procura-se perceber os elementos presentes na história subjetiva da vítima que modificam as suas perspectivas de vida na sua interação social após o estupro. Busca-se apreender os valores relativos ao gênero em nossa sociedade presentes nas relações sociais estabelecidas pela vítima nas instituições envolvidas com o estupro. Não é pretensão deste estudo analisar todas as relações sociais travadas depois que a mulher se torna vítima de estupro. O que se tem em vista é que certas relações sociais são peculiares aos casos de estupro e essas relações são aquelas que se processam no âmbito de algumas instituições, como delegacia de polícia, família, imprensa e judiciário. Esta última, embora extremamente importante, não faz parte desse estudo. A partir dos processos judiciais, efetivam-se muitas relações que confrontam as construções de gêne-

¹ Por vítima de estupro entende-se, como se apresenta na legislação brasileira, a mulher que foi constrangida à conjunção carnal por meio de força física ou ameaça.

ro e os valores sociais que interferem na interpretação das leis². No entanto, uma grande quantidade de casos nem chega a esse estágio, mesmo quando denunciados.

Para esta pesquisa, as relações das vítimas de estupro nas instâncias públicas compreendem somente as que se realizam na fase anterior ao processo judicial, ou seja, até a conclusão do inquérito policial. Porém, as expectativas que as informantes apresentam quanto à eficiência do sistema judiciário como um todo estão sendo consideradas.

É preciso ficar claro também que a direção desse trabalho, no que se refere às instituições, limita-se ao que nelas envolvem questões referentes ao problema do estupro. Não se trata de um estudo de cada uma dessas instituições em si; importa para esta pesquisa somente a sua ligação com o fato do estupro, envolvendo as ações das vítimas, de funcionários, autoridades e os valores sociais ali presentes que são percebidos nas falas das vítimas.

A pesquisa abrange casos de estupro ocorridos em Goiânia a partir de 1985, ano de criação da Delegacia de Proteção e Defesa da Mulher (mais conhecida como Delegacia da Mulher) na capital do Estado de Goiás. O material analisado contém entrevistas temáticas com 13 mulheres vítimas de estupro que procuraram a delegacia entre 1985 e 1999 e uma mulher que não deu queixa em delegacia. Diário de campo, entrevistas com autoridades da Delegacia da Mulher e dados estatísticos são também elementos de análise. A faixa etária das vítimas estudadas é acima de 14 anos. A lei brasileira define o estupro como o ato de forçar a

² Como exemplos de trabalhos que utilizaram processos judiciais tem-se o de Esteves (1989) e Vigarrello (1999).

conjunção carnal com a mulher. Nos casos de meninas até os 14 anos, mesmo que haja consentimento, presume-se que houve violência, isto é, que ocorreu estupro. A lei entende que a criança menor de 14 anos não tem discernimento para optar pelo ato sexual. E qualquer homem que venha a ter relações sexuais com uma menina até essa idade é autor de estupro. Esses casos são, portanto, de outra natureza e por isso não fazem parte desse trabalho.

Importa para esta pesquisa somente aquele estupro que ocorre mediante imposição pela força ou por ameaça e não o que se define pela idade da vítima. Mesmo quando o estupro de uma criança tem todas essas características, ainda assim não se insere no estudo qualitativo desta pesquisa. É que a restrição etária tem o intuito de abarcar mais claramente os elementos definidores da atitude social da vítima. E uma criança muito nova é inteiramente dependente da família. Ela não pode tomar qualquer decisão em relação à busca da delegacia, porque, de acordo com a legislação, cabe somente aos pais ou seu representante legal apresentar requerimento de inquérito. É claro que isso vale também para a adolescente de 15 a 17 anos, mas nessa faixa etária há uma maior possibilidade de que ela influencie nas decisões tomadas pela família.

Ao pretender estudar as relações da mulher vítima de estupro nas instituições, essa pesquisa se preocupa com os valores sócio-culturais ligados à questão de gênero existentes na sociedade que influenciam na conduta das pessoas diante do fenômeno. Dessa forma, aquilo que a sociedade espera da mulher e do homem, como deve ser a conduta de cada um, em termos de diferenciação de gênero, vai influir nas relações estabelecidas pela vítima após o estupro.

Para a análise do material pesquisado, procura-se desenvolver, através da literatura científica, uma clara visão teórica dos conceitos formados na sociedade em torno das relações de gênero e confrontá-la com as relações percebidas nas falas das entrevistadas. As generalizações obtidas, por meio da fusão entre o conceitual teórico e o material empírico, são também comparadas com outros estudos empíricos.

O método comparativo está sendo igualmente utilizado para estabelecer as semelhanças e dessemelhanças da sociedade brasileira com as características relativas a sociedades livres de estupro ou propensas ao mesmo, conceito criado pela antropóloga estadunidense Perry Reeves Sanday. Ela compara a sociedade estadunidense com a sociedade minangkabau, da Sumatra Ocidental. Os valores sociais envolvidos nas relações de gênero nas sociedades pesquisadas por Sanday formam uma tipologia comparativa para se observarem aqueles que se estabelecem em nossa sociedade.

A técnica principal da pesquisa é a de entrevistas temáticas. Com elas, procura-se perceber o envolvimento social nas instituições ao se lidar com as vítimas de estupro. O enfoque dos discursos é importante para captar as nuances das falas que abrigam valores sociais e assim apreender a visão que se apresenta na sociedade sobre as relações de gênero. Também são realizadas entrevistas do tipo histórias de vida, a fim de tentar abarcar a posição da família ante a sexualidade, a exemplo do trabalho desenvolvido por Heilborn (1999). Isso contribui na interpretação das atitudes dos membros da família frente ao estupro e da atitude de cada vítima em particular.

Segundo dados da Delegacia da Mulher, nos últimos dez anos, Goiânia teve uma média anual de 150 estupros. Mas é consenso entre autoridades policiais e entidades feministas que há muitos casos de estupros não denunciados, que, conseqüentemente, fogem às estatísticas. As ocorrências registradas nas delegacias e os inquéritos policiais serviram de instrumento para contatar mulheres que denunciaram a violência sofrida. Algumas mulheres vítimas de estupro não denunciado foram contatadas por meio de informações diversas, o que resultou em apenas uma entrevista gravada com esse tipo de vítima.

Na delegacia de polícia, além de entrevistas com autoridades, a fim de buscar sua visão sobre o estupro, foi realizado um levantamento de dados em ocorrências e inquéritos policiais, buscando-se caracterizar a vítima de estupro e a situação em que o mesmo ocorre. Para isso, abordou-se, quantitativamente, o perfil das vítimas em termos de idade, ocupação profissional e estado civil. As condições em que se dá o estupro também foram tratadas, tomando-se alguns elementos como o horário em que ele ocorre com mais freqüência, o tipo de abordagem, local de abordagem, diferenças entre os assaltos sexuais e os estupros que ocorrem no seio doméstico, meios empregados para render a vítima, condição da vítima ao ser abordada e tipo de violência. Essa parte estatística foi fundamental para o conjunto da investigação, pois ela contribuiu para que se adquirisse uma visão geral dos fatos e assim se obtivesse uma melhor compreensão e aproveitamento das entrevistas com as informantes.

CAPÍTULO 1

RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUIÇÕES

As relações que a mulher vai estabelecer nas instituições a partir do momento em que se torna vítima de estupro são o foco desse trabalho. Daí a necessidade de se procurar associar a microsociologia das relações sociais de gênero com a macrosociologia das instituições sociais. Durkheim (1987), em *As regras do método sociológico*, afirma que instituição são “todas as crenças” e “todos os modos de comportamento instituídos pela coletividade” (p. 24). Ao publicar essa obra, em 1894, foi bastante criticado. Muitos o colocaram na condição de absolutizador do coletivo, em detrimento do indivíduo. Na edição seguinte do livro, Durkheim procura rebater essas críticas e, numa nota de rodapé, mostra que o fato de as práticas sociais virem do meio externo não significa que os

indivíduos as internalizem de modo totalmente passivo, sem realizar qualquer alteração:

Ao pensarmos as instituições coletivas, ao assimilá-las, individualizamos-las e inculcamos-lhes em maior ou menor grau o nosso cunho pessoal; é assim que, ao pensarmos o mundo sensível, cada um de nós lhe dá um colorido à sua maneira e que sujeitos diferentes se adaptam de modo diferente a um mesmo meio físico. Eis porque cada um de nós cria, em certa medida, a *sua* moral, a *sua* religião, a *sua* técnica. Não há conformismo social que não comporte toda uma gama de matizes individuais. O que não impede que o campo das variações permitidas seja limitado. (Durkheim, 1987, p. 24)

Embora reconheça essa autonomia do indivíduo em relação à sociedade, Durkheim desenvolve um estudo das instituições, buscando elucidar seus padrões definidos de conduta. Ele não formula um estudo das internalizações de valores, papéis sociais e motivações psicossociais do indivíduo, como o elaboraram Hans Gerth e Wright Mills (1973). Para esses autores, porém, é possível prever condutas regulares na sociedade, uma vez que os papéis sociais são orientados com base naquilo que é esperado por outros.

O que pensamos a respeito de nós mesmos é influenciado, de forma decisiva, pelo que os outros pensam de nós. As atitudes de aprovação ou repúdio alheio nos guiam no aprendizado das funções, que nos são atribuídas ou que assumimos. Interiorizando as atitudes dos outros para conosco e nossa conduta, não somente adquirimos novas funções, mas, ao mesmo

tempo, também uma imagem de nós mesmos. (Gerth e Mills, op. cit., p. 24)

Apesar de tudo, como explicam os autores, os agentes humanos acabam por ter a possibilidade de tornar individuais os valores relativos à própria instituição da qual fazem parte, internalizando-os de tal forma que as suas atitudes venham a entremear esses valores tanto para si quanto para os outros. Da forma como Gerth e Mills estudam as instituições, percebe-se a margem de liberdade necessária para que as instituições possam ser modificadas pelo próprio indivíduo. Assim,

as transformações nos papéis sociais institucionais que exercemos são acompanhadas por mudanças no centro institucional do controle social da própria pessoa. (Gerth e Mills, op. cit., p. 27)

Nas relações sociais, é possível observar tanto a visão institucional pura e simples, como o entrelaçamento da instituição com as atitudes particulares. Por isso, o estudo das relações da mulher vítima de estupro nas instituições terá que aglutinar tanto a visão das motivações individuais quanto a dos padrões sociais de conduta.

Ao observar mulheres vítimas de estupro que estão em contato com determinadas instituições, percebe-se justamente que cada uma responde de forma diferenciada ao que a instituição estabelece, mas há um fio condutor na sociedade para o qual todas elas têm que atentar, mesmo que cada resposta em particular seja diferente.

Ao longo do trabalho de análise e de pesquisa, este estudo se detém sobre a importância do contexto histórico-social das instituições em si, o seu corpo de pessoal, o seu funcionamento em termos dos padrões sociais de conduta³, mas procura perceber, também, a interação da mulher com essas instituições. É nesse sentido que se vê como muito esclarecedora a visão de Mary Douglas (1998) em relação àqueles que tentam radicalizar o estudo do indivíduo como única forma de conhecer a realidade social. Para ela, as instituições têm o sentido de um agrupamento social legitimado, não se trata de um arranjo provisório para atender alguma prática momentânea. A autora faz uma crítica ao individualismo metodológico, procurando mostrar como a visão de expectativas padronizadas frente à instituição não se distancia da visão durkheimiana dos padrões sociais:

A experiência passada é encapsulada nas regras de uma instituição, de tal modo a agir como um guia daquilo que se deve esperar do futuro. Quanto mais amplamente as instituições abrigam as expectativas, mais elas assumem o controle das incertezas, com um efeito a mais: o comportamento tende a conformar-se à matriz institucional. (Douglas, 1998: 57-8)

Tomando como base o principal enfoque dessa pesquisa que são as relações sociais percebidas nas falas das vítimas estupro, é preciso buscar a percepção tanto das estruturas sociais, ou seja, daquilo que está de acordo com as instituições, como também o que foge a isso e se diferencia do institucionalmente constituído. O que se verifica é que aquilo que

³ Evidentemente, o estudo de cada instituição envolvida nesse trabalho só leva em conta o que nela se relaciona com a questão do gênero em geral e do estupro em particular.

foge ao padrão se reordena de uma outra forma, mas não perde a sua matriz formadora na sociedade que são os valores culturais. Não tem como uma sociedade mudar radicalmente do dia para a noite. Mesmo que alterações venham a ocorrer, normalmente elas remontam um pouco à tradição. É nesse sentido que interessa associar as relações sociais ao conceito de cultura.

Segundo definição de Weber (1992), uma relação social é somente aquela relação interpessoal orientada a partir de um significado recíproco. Diz ele:

A relação social consiste só e exclusivamente na probabilidade de que uma determinada forma de comportamento social, de caráter recíproco pelo seu sentido, tenha existido, exista ou venha a existir. (Weber,1992, p. 419)

Pode-se daí concluir que para cada ato existe um palco previamente montado que aguarda as cenas. O fato de haver reciprocidade nas ações coletivas se explica pela cultura. Busca-se associar o que Weber considerava ser a relação de sentido mantida entre as pessoas nas ações sociais ao conceito de cultura, como o fez Geertz (1989), que aproximou o conceito de cultura dos componentes psicossociais da noção weberiana de ação social. É que uma ação social necessita de uma orientação nos outros que não pode ser simplesmente automática — ela precisa de um sentido. Para que uma ação tenha sentido, é fundamental que se desenvolva dentro de um contexto de significados, os quais são dados pela cultura.

Para Geertz, a informação que cada um vai receber sobre os atos dos outros está presente em estruturas conceituais generalizadas na cul-

tura. Os elementos simbólicos da cultura marcam as diferenças entre os gêneros. É preciso ter em mente que, quando se fala em significado, deve-se entender que ele não existe independentemente; o dinamismo cultural se apresenta por existir um agente, que vai construindo nas relações sociais, ao longo do tempo, um emaranhado de significações que o autor chama de cultura:

Acreditando como Max Weber que o ser humano é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise. (Geertz, 1989, p. 15)

Há, portanto, agentes que remodelam constantemente as teias de significação da cultura e fazem com que ela se diferencie no espaço e no tempo. A apreensão do elemento institucional por parte desta pesquisa está na possibilidade de verificar o elemento externo, que cobra determinados padrões de conduta do indivíduo, e o elemento interno, que apresenta as respostas de cada um ao que já está estabelecido. As mulheres vítimas de estupro, ao se relacionarem com o meio externo, colocam-se diante do que a sociedade lhes impõe, mas cada uma delas, ao seu modo, se apresenta diante de tais imposições com a sua individualidade, oferecendo a sua resposta particular. Mas não se pode esquecer que é a cultura de uma sociedade que possibilita o diálogo constante entre os elementos internos e externos ao indivíduo.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA

VIOLÊNCIA CONTRA A

MULHER E DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Entre as várias definições que se tem de violência, toma-se uma que tem o sentido mais amplo possível para que, a partir daí, se possa buscar uma melhor compreensão da especificidade da violência contra a mulher. Trata-se da definição oferecida por Yves Michaud (1989):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus va-

riáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (p. 11).

Michaud (1989) elabora uma noção bastante ampliada para a definição de violência que abarca, além dos atos que causam danos ou destruição, também os estados que podem levar a isso. A partir dessa definição, portanto, podem ser buscados os vários exemplos de violência, percebendo-se que, nos ambientes humanos, vai existir desde a violência que atinge uma pessoa diretamente, que a fere de forma física ou psíquica, até aquela que se manifesta de forma indireta, prejudicando uma certa população com determinadas restrições sociais, a exemplo de epidemias e agressões ao meio ambiente.

A violência que se manifesta de forma indireta, na classificação de Michaud (1989), não é a que está sendo considerada para este estudo, embora se reconheça que a própria distinção social de gênero impõe restrições à mulher na sociedade, podendo se caracterizar como um tipo de violência. A consideração da violência por parte desta pesquisa leva em conta as relações de gênero, mas abarca, principalmente, aquilo que está presente nas relações diretas entre as pessoas.

Michaud (1989) percebe alguns empecilhos para se conhecer a violência de um ponto de vista histórico e sociológico. Ocorre que cada sociedade tem os seus valores e um corpo de normas jurídicas, de modo que nem tudo o que é tido por um ato violento em determinado lugar é assim considerado em outro. Isso vai influir até mesmo no registro dos dados e no conhecimento que a própria sociedade tem sobre si no que

tange à violência. Observação feita também por Soledad Larraín (2000) em relação à violência doméstica:

As várias sociedades e países da América Latina não concordam quanto à maneira de definir ‘violência’. As diferenças são ainda maiores quando se trata de definir ‘violência doméstica’. A principal dificuldade é que a tolerância e a aceitação da violência variam de uma pessoa para outra, de um país para outro, de um contexto sociocultural para outro. Assim, é muito difícil estabelecer uma definição comum e universalmente aceita de violência doméstica. (2000, p. 113-4)

É preciso, então, refletir sobre a consideração social da violência contra a mulher. Maria Luisa Heilborn (1996) explica que o senso comum e os estudos especializados no assunto definem violência contra a mulher como alguns atos praticados contra ela, sendo os mais representativos o homicídio, as lesões corporais, os espancamentos e o estupro. Mas, remetendo-se às afirmações de Michaud (1989), é preciso lembrar que nem toda violência que a mulher sofre é, especificamente, “violência contra a mulher”. Todos os atos violentos praticados contra ela somente vão-se caracterizar como violência específica contra a mulher se neles estiverem envolvidos determinados valores sociais. Então, caberia perguntar por que a sociedade designou certos atos como próprios da violência contra a mulher, enquanto outros, mesmo tendo a mulher como alvo, não incorrem nessa caracterização. Por exemplo, nem todo homicídio praticado contra uma mulher é considerado violência contra a mulher. Um caso de latrocínio, ainda que a vítima seja uma mulher, não se

enquadra nesse tipo de violência, uma vez que não tem por base as relações de gênero.

A idéia de violência contra a mulher foi assim construída na sociedade na medida em que um contingente importante de mulheres passa a combater a dominação masculina. Até então, a violência, em grau moderado, praticada contra as mulheres nos lares, sob o jugo de marido, pais ou irmãos, era considerada apenas um corretivo pedagógico. Permanecendo o homem como mantenedor do lar, caso cumprisse bem esse papel, estava em seu direito “corrigir” a mulher. No caso dos assaltos sexuais de rua, valia a mesma moral disciplinadora na hora de julgar os casos, uma vez que a rua não era definitivamente o espaço da mulher, ainda mais se desacompanhada.

Sobre a situação da mulher no final do século XIX e início do XX, na cidade do Rio de Janeiro, escreve Rachel Soihet (2000):

Com base no comportamento dos segmentos médios e elevados, acresce em relação às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Coaduna-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destina às mulheres, o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública. Embora as mulheres mais ricas fossem estimuladas a frequentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá, ou mesmo passeando nas novas avenidas, deveriam estar sempre acompanhadas. (p. 365)

No entanto, as meninas das classes populares não podiam se dar a esse luxo, uma vez que subiam e desciam todos os dias as avenidas em busca de sobrevivência (Esteves, 1989; Corrêa, 1993). Dessa forma também atuavam as casadas ou amasiadas das classes populares, porque o homem pobre não tinha condições de manter o sustento de sua família como os padrões culturais exigiam.

Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que força e poder. (Soihet, 2000, p. 370)

Soieht apresenta a violência conjugal que surgia num contexto de urbanização da sociedade brasileira no início do século XX, mostrando que o fato de a mulher ser obrigada a trabalhar fora não eliminava a sua condição feminina de responsável pela maternidade e pelos afazeres domésticos. Mas, ao ter de assumir as tarefas do lar e também o sustento do mesmo, sérias crises conjugais poderiam advir.

Baseando sua pesquisa no Rio de Janeiro, Soihet apresenta casos em que a mulher, exigindo do companheiro a sua responsabilidade de provedor, acabava sendo espancada. Em situações como essa, quando a mulher reagia à agressão e chegava a lesionar ou assassinar o marido,

podia ser absolvida pela justiça. Nos casos de homicídios praticados por mulheres analisados por Soihet, os juízes os interpretaram como legítima defesa; em um deles, o advogado argumentou não ser possível condenar uma mulher, pelo fato de ser mulher.

Soihet analisa todo o processo judicial desses casos, enfatizando as argumentações desse advogado, e conclui que essas absolvições de mulheres manifestavam uma verdadeira discriminação contra elas:

Na verdade, esse tipo de tratamento, que à primeira vista parece beneficiar as mulheres, tem-se constituído em fonte de discriminação, pois coloca as mulheres como criaturas frágeis, incapazes de suportar os embates da vida e assumir suas responsabilidades à semelhança do homem. (Idem, p. 375)

Porém, é preciso observar que uma forma legítima que uma pessoa encontra para se defender é matar o outro quando este se investe contra ela, ameaçando sua vida. Praticamente, todas as legislações conhecidas reconhecem, ao longo da história, esse direito do indivíduo. Em todos os casos apresentados por Soieht, a legítima defesa está calcada na lei e na sensibilidade dos juízes para com a situação de violência vivida por aquelas mulheres. A lavradora Arminda, acusada em processo de homicídio, por exemplo, tinha um marido alcoólatra, que cada vez mais estava perdendo o controle de si e da família. Segundo depoimento da acusada, coletado por Soihet, ela vinha sendo espancada e abusada sexualmente pelo marido. Numa ocasião em que o marido a forçava a praticar coito anal, ela conseguiu se desvencilhar dele e lançar mão de um pedaço

de pau, acertando-lhe várias partes do corpo, inclusive a cabeça. Após ficar de cama, o marido morreu. Soihet coletou também os depoimentos, apresentados ao tribunal, de testemunhas que, em geral, confirmaram a violência sofrida por Arminda, inclusive de seus filhos que, muitas vezes, presenciaram os estupros e atentados violentos ao pudor sofridos pela mãe.

Maria da Silva, outra acusada em processo por homicídio do amásio, viveu com ele maritalmente e tiveram um filho, que estava sendo criado por uma pessoa de sua confiança, para que a mulher pudesse trabalhar. Porém, as despesas da criança ficavam a cargo dos pais. Maria reclamava que o marido não estava contribuindo com essas despesas e, certo dia em que criança nada tinha para se alimentar, ela resolveu cobrar isso do amásio. Nesse momento, ele começou a espancá-la. Ela, por um instante, conseguiu se desvencilhar de seus socos e, agarrando um revólver que o amásio possuía, disparou contra ele (Soihet, 2000, p 370 et passim).

Ao se analisar as argumentações que convenceram os juízes a arbitrar pela legítima defesa, conclui-se, ao contrário do que a autora interpreta, que não se trata de discriminação. Discriminação seria se esses juízes condenassem aquelas mulheres que, num embate violento, não encontraram outra forma de defender a própria vida senão a de reagir contra a do companheiro. As questões morais que Soieht observa nos pareceres dos juristas em nada mudariam a condição de legítima defesa em que se deram esses homicídios. Mas é possível dizer que a argumentação moral presente nos textos dos processos servia para dar mais solidez aos veredictos.

O que fica claro na história da mulher ocidental é que aí se apresentam os valores morais familiares que responsabilizam o homem pelo sustento da casa. Nesse exemplo brasileiro do início do século XX, no Rio de Janeiro, percebe-se que, se o homem não cumpre a sua obrigação, os juristas entendem que ele não tem o direito de bater em sua mulher. Seguindo essa lógica, a mulher não poderia reagir às surras moderadas que o seu marido lhe impingisse se ele cuidasse de suas responsabilidades como provedor da família.

Porém dizer que a justiça via a mulher como frágil, por isso a absolvia não faz sentido com a afirmação da própria Rachel Soihet sobre a prisão arbitrária de mulheres que “desrespeitavam” o espaço público na mesma circunstância histórica, como se vê no trecho a seguir:

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus ‘hábitos sadios e as boas maneiras’, reprimindo seus excessos verbais. (Soieht, 2000, p.365)

Provavelmente, essas mulheres, para os juristas, não podiam ser comparadas com aquelas pobres senhoras honestas e trabalhadoras que viviam para o lar e ainda tinham que suportar um marido violento. E é importante salientar que não se pode exigir dos juízes da época uma

compreensão de justiça diferente da lógica presente na moralidade de seu tempo. Como afirma Durkheim,

“a sociedade, ao mesmo tempo que é uma coisa boa, é uma autoridade moral, que, ao comunicar-se por meio de certos preceitos de conduta que lhe são particularmente caros, confere às normas morais um caráter obrigatório” (Durkheim, 1994, p.60-61).

Daí que, dentro dos padrões culturais da sociedade em que se inseriam, esses juízes arbitraram de forma justa pela legítima defesa. O entendimento a que chegaram no início do século XX representa, na verdade, um avanço jurídico. Ele se mostra até mesmo próximo daquele que, hoje, nos Estados Unidos, serve para absolver mulheres que matam ou que mutilam maridos pelos quais vêm sendo permanentemente abusadas em sua vida conjugal. Isso ocorre naquele país devido a uma estratégia feminista que vitimiza as mulheres para depois transformar sua vitimização num elemento de atuação política. (Soares, 1999). Mas a vitimização não é apenas uma invenção arbitrária das feministas. Ela se baseia na realidade vivida pelas mulheres nas sociedades modernas. Apesar de ter conquistado o seu espaço fora do ambiente doméstico, a mulher continua sendo vítima de violência praticada por seus parceiros. Mayra Buvinic (2000) expõe dados do Centre Haitien de Recherches et d'Actions pour la Promocion Femenine sobre a violência na América Latina e no Caribe:

Os níveis da violência doméstica também são altos na região. Entre 30 e 50% das mulheres adultas com parceiros são vítimas de maus-tratos psicológicos a cada ano, enquanto 10 a 35% sofrem violência física, segundo indica a maioria dos estudos (Buvinic, 2000, 19).

A própria autonomia da mulher moderna, que se estende ao campo sexual, traz insegurança para muitos homens, que, em face disso, reagem de forma violenta.

Nos Estados Unidos, as feministas utilizam em favor de sua causa pesquisas científicas que procuram explicar as razões por que uma mulher persiste por tanto tempo numa relação violenta. Estudos com cães e ratos mostraram como a prática contínua da violência tende a imobilizar a vítima. Experiências foram também realizadas com seres humanos. De todos esses estudos, extraiu-se a tese da desesperança aprendida e o da depressão pós-traumática (Soares, 1999). Dessa forma, as feministas procuram explicar o fato de que muitas mulheres, depois de denunciarem o marido por violência nas delegacias, retiram a queixa. Mesmo quando a mulher mantém a queixa, a maioria dos casos fica paralisada e não vai além do boletim de ocorrência. Para se ter um exemplo brasileiro notável, basta observar os números abaixo:

Tomando a DEAM Centro-Rio no ano de 1992, observa-se que, das 1774 queixas, apenas 574 (32,36%) resultaram em inquéritos enviados à promotoria. Deste número, 415 casos haviam sido encerrados e 162 tornaram-se denúncias. Do to-

tal das queixas registradas em 1992, apenas 9,13% foram efetivamente a julgamento. (Heilborn, 1996, p. 95)

A exemplo de pesquisa realizada por Maria Filomena Gregori (1989), há outros estudos que tentam relativizar a violência contra as mulheres, procurando explicar por essa via a disparidade entre a violência sofrida e a desistência da queixa. Gregori observa o envolvimento tanto do homem quanto da mulher na relação violenta, de modo que a mulher também daria a sua contribuição no jogo violento. Essa tese traz uma compreensão muito diferente daquela que as feministas estadunidenses estabelecem para o fenômeno da pouca demanda da mulher diante da justiça. Mas seria o caso se dizer que a mulher vai racionalmente à delegacia retirar a queixa, ou abandona o caso, uma vez que também ela teria provocado a violência, então acha que o marido não deve pagar sozinho pelo que ocorreu na sua família? Aqui duas teses se contrapõem: é a dominação masculina que paralisa a atitude da mulher ou é sua parcela de culpa que a retrai na busca de justiça?

Uma coisa é certa, negar que a mulher é a parte mais fraca na violência doméstica é mascarar a realidade. Há uma tendência atual a se tentar desqualificar a mulher como principal vítima da violência doméstica, como afirma Heilborn (1996), ao fazer um balanço histórico sobre a consideração da violência contra a mulher. Os exemplos de que alguns autores se valem para tal argumentação são muito pouco representativos e baseiam-se em estudos localizados. Não se pode negar a existência de mulheres violentas, mas o homem, desde tempos mais remotos, sempre manteve o seu “status” de agente da violência.

Dados históricos obtidos em diversos Anuários Estatísticos e Censitários nos Estados Unidos e Europa relatam que crimes contra pessoas do próprio sexo são cometidos majoritariamente por homens (entre 92% e 100%). Estes dados foram retirados de documentos históricos oriundos dos séculos XIII e XIV na Inglaterra, e do século XIX nos Estados Unidos, e referem-se às comunidades de caçadores-coletores, sociedades tribais e estados-nações modernos (Nolasco, 2001, p. 60)

Os homens, atualmente, também se inserem muito mais num contexto em que são agentes da violência:

As estatísticas mostram que, na América do Norte, 85% da violência criminal é produzida por homens. Problemas com álcool e drogas: quatro homens para cada mulher; suicídios: três homens para cada mulher. Na escola primária, quatro meninos para cada menina têm problemas de hiperatividade, hiperansiedade, incontinência noturna, dislexia; e outros mais graves, como esquizofrenia e autismo, que são encontrados com mais frequência entre os homens do que entre as mulheres (Corneau: 1995; p. 45)

No Brasil, de acordo com o banco de dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, nos anos de 1995 e 1996, constatou-se que, numa divisão por gênero, 97,4% dos acusados são do sexo masculino. Dizer que a mulher “pode” ser agente da violência doméstica é compati-

vel com as inúmeras possibilidades dadas pela natureza, mas afirmar que ela é agente dessa violência de igual para igual com o homem é incompatível com a história social humana no mundo ocidental.

Não se pode querer forjar uma pretensa igualdade entre homens e mulheres no que se refere às atitudes violentas, até mesmo por questões biológicas. Um homem possui uma quantidade infinitamente superior de testosterona, que é o hormônio responsável pela agressividade e pela força imediata. Esse fator biológico é reforçado pela cultura no mundo ocidental, como mostra Simone de Beauvoir (1980) no seu livro *O segundo sexo*. Se uma mulher exerce sobre um homem forte pressão psicológica, provavelmente a resposta obtida poderá vir não apenas em palavras, mas expressada em tapas e socos. A própria violência psicológica sofrida por uma mulher tem por trás uma forte ameaça — a possibilidade do jugo físico e moral que o homem exerce sobre ela. A subjugação da mulher nos casos de violência doméstica não pode ser desconsiderada pelo fato de algumas poucas mulheres serem capazes de reagir a essa violência, não aceitando a dominação masculina.

Um fato que não se pode desconsiderar é que somente em circunstâncias excepcionais (provavelmente patológicas) os homens se encontram submetidos às condições que favorecem a relação abusiva, em sua versão típica e extrema: isolamento da família e dos amigos, perda da autonomia, perda da liberdade (movimentos monitorados), perda do controle sobre as finanças etc. Por outro lado, mesmo que alguns homens possam ser sistematicamente humilhados, desqualificados e atacados física e verbalmente por uma mulher, é bastante di-

ficil imaginar o cenário (...), em que o marido se encontre permanentemente aterrorizado, sobressaltado, devastado em sua auto-estima e paralisado pela sensação definitiva de desesperança. Dificilmente sua auto-imagem estará atrelada à da mulher, de forma a torná-lo inteiramente vulnerável às tentativas de nulificação perpetradas pela parceira. (Soares, 1999, p. 178)

A autora extrai essa conclusão de um estudo que faz de dois modelos de análise nos Estados Unidos: o modelo feminista, que considera a mulher como vítima da violência, sob o jugo do poder do homem; e o modelo que considera a violência familiar, tratando o homem não apenas como agente, mas também como vítima da violência. O que Soares percebe é que esses dois modelos acabam por se confundir na prática.

O nome 'violência doméstica' não é exatamente um tabu entre todas as feministas ou entre os que adotam o modelo feminista e, da mesma forma, os vários pressupostos do modelo feminista são adotados pelos proponentes do paradigma da violência doméstica. Os profissionais/'terapeutas', frequentemente criticados pelas defensoras da vitimização feminina, endossam a tese feminista de que o homem violento quer exercer controle e poder, mesmo quando se dedicam a encontrar uma explicação ou uma causa remota para essas atitudes masculinas e apostam na recuperação dos maridos agressivos, contrariando o ceticismo feminista. Os pesquisadores afinados com o paradigma da violência familiar admitem que a vi-

olência contra as mulheres é mais intensa e danosa do que aquela que atinge os homens” (Soares, 1999, p. 121).

Isso fica bem perceptível nas definições dadas por Morrison e Orlando (2000), Ollarte e Llosa (2000) para violência doméstica, em trabalho publicado na coletânea que resultou da conferência “Violência Doméstica na América Latina e no Caribe”, realizada em 1997. No centro dessa violência doméstica a que os autores se referem em nenhum momento aparece o homem. É a mulher que se apresenta como a prejudicada física e psicologicamente. Para quem trabalha diretamente com abrigos e centros de ajuda a famílias com problemas de violência ou realiza pesquisa de campo nesses lugares, a realidade que se apresenta é a de mulheres completamente despedaçadas — física e psiquicamente — pedindo auxílio. O homem só aparece muito depois, quando os operadores dessas instituições conseguem convencê-lo a buscar tratamento.

De nada adianta reivindicar uma suposta violência também praticada por mulheres, porque esta resulta num prejuízo ainda maior para a própria mulher. A desejada igualdade e complementaridade sexual só são possíveis num contexto em que, ao contrário, os homens se feminizam. É o que mostra o estudo da antropóloga Perry Reeves Sanday (1992), quando esta põe em evidência a cultura para a afirmação de uma sociedade que valoriza a passividade. E o modelo em que essa sociedade se espelha é o do comportamento considerado, na maioria das sociedades conhecidas, como feminino. Trata-se da sociedade minangkabau, na Sumatra Ocidental. Entre os costumes dessa sociedade, encontra-se o *adat*, que tem como elemento central a gentileza e as boas ações. Tudo o que

cada um faz deve ter em vista o não-prejuízo do outro. Como é uma sociedade matrilinear, são as mulheres que se encarregam de preservar o *adat*, o código de costumes dos minangkabaus. Por um certo período de tempo, os rapazes saem da casa para garantirem o sustento econômico do lar; mães e esposas ficam cuidando da propriedade.

Assim como os casos dos Mundurucu e dos Sambia, a maturação dos rapazes Minangkabau envolve a separação física e emocional das mães; entretanto, diferentemente daqueles casos, não existem rituais nem demonstração de domínio masculino sobre o lado materno, ou a recriação do feminino numa imagem masculina. Não é necessário silenciar o feminino para se tornar um homem independente e orgulhoso na sociedade Minangkabau”. (Sanday, 1992; p. 100)

Nessa sociedade, embora os homens possuam os principais papéis políticos, são os símbolos femininos que predominam em sua cultura.

Na literatura do passado, e mesmo hoje em dia, não é raro ler que os Minangkabau são um matriarcado. O matriarcado, neste caso, não deve ser visto como um domínio político por parte das mulheres. Na Sumatra Ocidental, os homens ocupam os principais papéis de liderança. (...) Entretanto, a autoridade das mulheres é claramente evidente em todas as principais cerimônias e na condução das atividades domésticas e econômicas do grupo familiar. Hoje os Minangkabau seriam considerados uma sociedade em que o simbolismo feminino domina o espaço da cultura, e os homens manipulam o sim-

bolismo político e cultural na perpetuação da lei e das práticas de costumes Minangkabau”. (Idem, p. 101)

Sanday entrevista um dos membros do parlamento provincial da Sumatra Ocidental. Ele se notabilizou por sua luta pela permanência dos costumes tradicionais de seu povo contra a ocidentalização. Eis um trecho de suas palavras:

As mulheres têm mais privilégios porque as pessoas pensam que as mulheres determinam a continuação das gerações. Depende das mulheres se a próxima geração será boa ou má. O papel das mulheres determinará as gerações futuras, porque as crianças ficam a maior parte do tempo com suas mães, e as mulheres são primariamente responsáveis por ensinar às crianças. Em casa, o *adat* é ensinado pela irmã mais velha, que é chamada de *Bundo Kandung* (mãe de verdade). (Ibidem, 1992, p. 102)

O informante de Sanday reforça seu argumento da preservação da feminilidade em sua cultura como uma forma de combater a violência e as guerras:

Se as mulheres não tiverem os direitos que têm em Minangkabau elas farão coisas negativas. Por exemplo, quando a casa fica com os homens, as mulheres precisam sair. Como ela é fraca, será molestada ou maltratada pelos homens de fora. Como ela fica em casa, ela é mais protegida. Não irá ficar

andando por aí. As brigas e os desacordos são resolvidos mais rápido e mais efetivamente quando as mulheres tomam parte. Quando dois homens brigam e suas mulheres pedem que não o façam, emocionalmente a briga não irá acontecer. Quando um país luta com outro; se as mulheres tomarem parte, a guerra terminará mais rápido, porque as mulheres falarão sobre a segurança das crianças. Quando se trata de crianças as mulheres são muito emocionais. As mulheres têm mais sentimentos humanos, são mais humanitárias. Elas pensam mais nos sentimentos das pessoas, e por causa disso elas devem ter o direito de falar. As mulheres entendem as emoções. As guerras no mundo teriam parado antes se as mulheres tivessem mais papéis para representar. Na situação reversa, quando um homem é um covarde, a mulher pode inspirá-lo a lutar. (Ibidem, p. 102)

Sanday analisa a fala de seu entrevistado e conclui:

A definição de verdade em termos de comportamentos que não violem o sentimento humano e a ênfase na proteção das mulheres no grupo familiar matrilinear sugerem que a vulnerabilidade e sensibilidade para como os outros são qualidades que os Minangkabau respeitam e valorizam. (Ibidem, p.103)

Na sociedade brasileira também se herdou e se foi reelaborando historicamente a idéia de que a sensibilidade e a afetividade são sentimentos próprios das mulheres. Mas essa delimitação de sentimentos serve, na verdade, para depreciá-las. Elas são tidas como emocionalmente

históricas e, do ponto de vista cognitivo, incapacitadas. Da mesma forma, são esses sentimentos depreciativos também para o homem que os experimenta. O homem que cultua sentimentos de fragilidade passa a ser considerado um “maricas”.

Se uma sociedade não valoriza esses sentimentos considerados femininos, é natural que desprestigie as mulheres. Ao contrário, a valorização da afetividade e da sensibilidade leva a sociedade minangkabau a respeitar a mulher e se caracterizar como livre de estupros. “Por livre de estupro não quero implicar que o estupro esteja totalmente ausente” (Sanday, 1992, p. 91), esclarece a autora. Trata-se de uma sociedade em que a esposa é capaz de proibir o retorno de seu marido apenas deixando a porta fechada para ele. Além do mais, “qualquer homem que abuse de, ou estupe, uma mulher solteira enfrenta punição severa e o ridículo público”. (Idem, p. 101)

Comparando-se esses comportamentos com os que a autora observa em seu país, os Estados Unidos, as diferenças entre os dois explicam por que os números de estupro nos Estados Unidos são tão altos em relação a um número baixíssimo na Sumatra Ocidental. De forma genérica, as “sociedades livres de estupro são caracterizadas por igualdade e complementaridade sexual” (Ibidem, p. 99). Diferentemente, “em sociedades como a dos Estados Unidos, onde o sucesso sexual é parte importante do perfil do homem de sucesso, não é surpreendente que alguns homens estuprem mulheres”. (Ibidem, p. 104)

Ainda se referindo aos Estados Unidos, a autora afirma que

a codificação sexual do poder e do prestígio masculino, evidente na degradação e objetificação do feminino projetado em telas de cinemas e representado nos ‘pornoshows’, ajuda a explicar a alta incidência de estupro entre conhecidos relatada por pesquisadores nos campi de universidades americanas”. (Ibidem, p. 104)

Ao contrário dos minangkabaus, os homens estadunidenses são instigados a esconder a sua fragilidade, fazendo das mulheres objetos sexuais e dando livre acesso à pornografia. Qualquer manifestação de ternura ou de fraqueza é rejeitada. Segundo a autora, há um discurso em defesa da pornografia que, a pretexto de defender a liberdade individual, acaba por degradar a mulher.

A quase completa ausência de uma preocupação com o decoro e o respeito pelas mulheres nesses debates em favor da pornografia é desencorajador para a maioria das jovens. Na ausência de uma liderança moral forte e bem articulada, que respeite a dignidade feminina, essas mulheres se tornam deprimidas e começam a culpar-se pelos incidentes de coerção sexual que experimentam. (Ibidem, p. 106)

A excessiva valorização da pornografia é apresentada por Sanday como um elemento capaz de rebaixar a mulher em sua dignidade. A autora poderia juntar a isso também a cultura da violência, que é extremamente disseminada em seu país e influencia o mundo todo. Pornografia e violência marcam também a vida mental dos jovens brasileiros. Assim

como ocorre nos Estados Unidos, sensibilidade e fragilidade masculinas são anátemas no Brasil. Uma suposta revolução sexual que se fazia acompanhar do progresso social (Guillebaud, 1999) fez com que as pessoas em geral e até as feministas se calassem diante da objetificação do corpo da mulher.

Há cerca de 30 anos, quando a exposição pública da mulher como objeto sexual começava a se esboçar, muitas feministas, como Betty Friedam, denunciaram esse fato como uma nova forma de submissão feminina. Hoje, elas se calaram frente à explosão de sensualidade como elemento de consumo; o corpo da mulher serve para promover todo tipo de produto lançado no mercado. Ao se unirem as duas coisas, consumo e sensualidade, o aviltamento da mulher tornou-se evidente e passou fazer parte da vida tanto do brasileiro como de todo o mundo ocidental.

Nádegas revolteantes inundam as imagens televisivas. Em desqualificados programas de auditório, o roçar o corpo da mulher seminua é elevado à condição de prêmio em concursos-chacota. A expressão máxima desse aviltamento da mulher se encontra na fusão entre essa explosão de sensualidade e o simbolismo da violência presente nas relações sociais entre os jovens. Um tipo de música que encanta a juventude trata a mulher como um animal selvagem pronto para ser subjugado pela força do macho. Pagodes, *raps*, *funks* têm divulgado o espancamento, o estupro e até a curra como tratamentos normais a serem dedicados às mulheres. Sendo assim, a sociedade brasileira é também propensa ao estupro, tomando-se a caracterização realizada por Sanday, porque é uma sociedade que cultua valores e sentimentos de agressividade, impróprios para uma relação equilibrada entre homens e mulheres.

CAPÍTULO 3

O MODELO BRASILEIRO DE FAMÍLIA

E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos*, foi quem primeiro desenvolveu um estudo minucioso sobre a família brasileira. Ele procurou mostrar nestas obras como a família colonial brasileira se formou a partir de uma organização patriarcal, tendo sido esse modelo a base sobre a qual também se formou toda a sociedade brasileira. A família colonial era representada pelo senhor de engenho, seus dependentes, agregados e escravos. No centro estava a Casa Grande, de fora a Senzala e os agregados vivendo em suas pequenas moradias nas redondezas da fazenda. A relação estabelecida entre os economicamente dependentes e a família do senhor de engenho era de grande proximidade. Eram os escravos que ajudavam seus senhores no banho e em várias atividades íntimas. As escravas cuidavam dos filhos dos senhores, amamentavam-nos, preparavam-lhes a alimentação e estavam presentes em todos os momentos da vida da casa grande.

Segundo Gilberto Freire, “filhos e esposas se achavam quase no mesmo nível dos escravos” (1987, p. 421). As mulheres só chamavam os maridos de senhor, um costume que se modificou no século XIX, como informa o autor: “as mais afoitas foram chamando-o de ‘tu’, as outras de ‘você’, acabando-se com rígido tratamento colonial de ‘senhor’ da parte das esposas e dos filhos” (Idem, p. 421). Até esse período, segundo Gilberto Freyre, a mulher era nada mais que a extensão da propriedade do senhor.

À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. O ar humilde que as filhas de Maria ainda conservavam nas procissões e nos exercícios devotos da Semana Santa, as meninas de outrora conservavam o ano inteiro. É verdade que as atrevidas namoravam nas festas de São Gonçalo; outras nos concertos da igreja. Mas isso nas cidades: no Rio, no Recife, na Bahia; e assim mesmo namoros a sinais de leque; quase sem conversa ou agarrado de mão. (p. 421)

As meninas, “criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos”. (p. 421) Enquanto as mulheres viviam enclausuradas, total liberdade sexual era concedida aos filhos e maridos:

Não eram as negras que iam esfregar-se pelas pernas dos adolescentes louros; estes é que, no sul dos Estados Unidos, como nos engenhos de cana do Brasil os filhos dos senhores, criavam-se desde pequenos para ganhões” (Ibidem, p. 378)

Submissas, as mães e as filhas corriam o risco de serem assassinadas por qualquer atitude suspeita. Muitos pais preferiam isso a ver sua filha mal falada. Eram muitos os casos também de assassinatos por infidelidade conjugal. Em palavras de Loreto Couto, Freyre cita as características da mulher decente: “castidade, vergonha, recolhimento, pejo, encolhimento, sisudeza e modéstia” (Ibidem, p. 423). No entanto, isso valia mais para as mulheres brancas dos estratos mais elevados, porque “em muitas mulheres pretas e pardas falta talvez a compostura, e sobeja a liberdade” (Ibidem, p. 423)

Essa rígida organização patriarcal, embora não mais exista em nossa sociedade como estrutura de relações sociais efetivas, está na base da constituição de valores referentes às relações de gênero que vêm ocorrendo no Brasil desde os tempos coloniais. Em sua leitura de *Sobrados e Mucambos*, Custódia Selma Senna (2000) tece considerações sobre essa transformação de um sistema de acomodação caracterizado pela casa grande e a senzala para uma forma urbana, mantendo-se o sistema patriarcal.

Para Freyre, a quebra do sistema de acomodação que o século XIX instaura pode ser lida metaforicamente como uma vingança da *rua* contra a *casa*, já que o antigo complexo casa-

grande e senzala é estilizado em especializações: banco, igreja, fábrica, comércio, hospital etc; o poder do *pater familias* é restringido pelo Estado e contestado pelos conflitos geracionais; a primazia social é deslocada do rural para o urbano, e inauguram-se novas distâncias sociais entre o sobrado e o mucambo. No entanto, acrescentaríamos, a vingança da *rua* não configura propriamente uma vitória sobre a *casa*, mas a reinstauração de uma nova modalidade de equilíbrio de antagonismos que permite a continuidade da casa-grande desmaterializada agora em valor. (Senna, 2000, p. 99-100)

Roberto Da Matta (1987) chega a encontrar de forma também concreta relações patriarcais na vida familiar atual muito próximas daquelas que se viram em *Casa Grande e Senzala*.

Possuir uma família completa, então, é um valor no sentido de que revela uma forma de sucesso ou de superioridade social. Apenas o patrão ou o mandão pode ter o direito estabelecido e tacitamente reconhecido de ter seu grupo doméstico inteiro, fazendo por meio dele os arranjos que desejar. Seus empregados, porém, não podem realizar o mesmo e devem controlar sua vida doméstica, não deixando que ela seja um obstáculo ao seu papel como agregado ou empregado do patrão. (Da Matta, op. cit., p. 130-1)

Da Matta verifica que essas relações senhoriais presentes na família brasileira atual influenciam também a conduta do brasileiro em sua vida pública. O brasileiro não consegue separar o público do privado, o

que o leva a justificar o nepotismo e as relações compadrescas. A influência que este tipo de relações vem exercendo sobre a vida do brasileiro é mais do que suficiente para atestar o poder de um modelo dominante de família brasileira que tem origem no período colonial. E, de qualquer forma, o sentido dado ao modelo patriarcal não é somente pela forma de organização política e econômica da sociedade, é também por uma constituição de valores inerentes à vida social, que colocam a mulher numa condição inferiorizada, como é entendido no que escreve Peggy Reeves Sanday (1993):

O modelo patriarcal articulado por antropólogos feministas tem duas formas: uma enfatiza a posição estruturalmente periférica das mulheres em relação ao sistema de direitos e deveres quanto a pessoas ou coisas; a outra se concentra na desvalorização simbólica da mulher”. (p. 72)

Porém, é preciso esclarecer que Sanday apresenta essa visão, querendo afirmar que ela pertence a uma antropologia feminista que cria mitos com o fim de atuar politicamente na causa feminina. Sendo assim, a autora contesta tal visão. Ela diz que existe um outro tipo de antropologia, pretensamente livre de ideologias, que não se caracteriza como feminista, mas como relativa às mulheres. Com isso, ela quer criticar a tese de Simone de Beauvoir que afirma que, em todas as sociedades, o poder político sempre esteve com os homens, desconsiderando a existência de “sociedades no mundo em que os homens estão ligados às casas das esposas e o princípio feminino é o foco da descendência” (Idem, p.

81), uma delas, inclusive, pesquisada pela própria Sanday, a sociedade minangkabau, na Sumatra Ocidental.

O trabalho de Sanday e de outras antropólogas, como Alice Schlegel (1996), têm uma grande importância no sentido de mostrar que é a força da cultura que estabelece os padrões de comportamento de gênero e também atentar para as possibilidades que se tem de modificar a ordem social vigente. No entanto, para o mundo ocidental, as conclusões a que Beauvoir, em meados desse século, chegou em sua análise da política sexual são incontestáveis. O estudo dos valores patriarcais apontados por Simone de Beauvoir são de extrema importância para a busca de compreensão das relações de gênero. Esses valores marcam o comportamento social, de tal modo a influírem na condição feminina em nossa sociedade.

O triunfo do patriarcado não foi nem por acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram do privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela quem escolhe o seu destino. ‘Os homens fazem os deuses; as mulheres adoram-nos’, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei. (Beauvoir, 1980: 97)

Esta é uma descrição da situação da mulher na sociedade ocidental, inspirada na relação das deusas com os deuses da mitologia grega que enxerga a mesma submissão da mulher comum ao longo da história. A pensadora ainda traça todo um quadro da condição feminina, em seu livro *O Segundo Sexo*, apontando o modelo patriarcal de sociedade como principal motivo de submissão da mulher em toda a história. Desse modo, as compreensões do que seja um modelo patriarcal para a antropologia feminista, que Sanday apresenta com o fim de criticá-las, são pontos de apoio sobre os quais se sustentam as relações de gênero que inferiorizam a mulher na sociedade. É nesse sentido mesmo que se apresenta um modelo patriarcal de família como dominante na sociedade brasileira.

Para se falar de um modelo patriarcal no Brasil atual, não é necessário que se tenha a imagem concreta de um senhor que mantenha casa, agregados e dependentes. Em termos de família brasileira, perduram valores na sociedade ocidental, de forma que se pode falar em modelo geral de família brasileira como um modelo de família patriarcal em termos dos valores que ela engendra. Mesmo que não se possa dizer que se trata do único modelo existente, pelo menos ele pôde afirmar-se como um modelo dominante, idéia defendida pelo antropólogo Roberto Da Matta (1987), que critica autores que condenam a tese patriarcalista de Gilberto Freire.

Entre esses autores, que Da Matta não cita, está Eni de Mesquita Samara (1987). Ela diz que pesquisas recentes indicam que a família patriarcal restrita ao engenho ou à fazenda, no período colonial, como caracterizou Gilberto Freire, não mais se sustenta. Segundo a autora, al-

guns conceitos em torno da família patriarcal ficaram confusos: “o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo de família patriarcal, que passou a ser usado como sinônimo de família extensa” (p. 30). A autora, além de duvidar que a família brasileira seja caracterizada como patriarcal, também acredita que não se pode caracterizar uma família como patriarcal pelo fato de ser extensa, ou seja, uma família patriarcal, segundo se conclui de sua observação, pode ter um pequeno número de membros. No entanto, ao tentar provar sua argumentação, logo adiante diz que essas provas se baseiam em pesquisas mais recentes que dizem que

as famílias ‘extensas do tipo patriarcal’ não foram as predominantes, especialmente no sul do país nos séculos XVIII e XIX, onde eram mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de componentes (Samara, 1987, p. 30).

É surpreendente que a autora tente refutar o modelo patriarcal, utilizando como válido para esse modelo o próprio conceito de família extensa que ela havia condenado. O que pesquisas empíricas poderiam esclarecer é se essas famílias se moldam ou não por valores patriarcais, independentemente de sua extensão, coisa que, mesmo se as pesquisas em que a autora se baseia o fazem, ela não demonstrou.

Até mesmo a dominação masculina é posta em dúvida por Mariza Correa (1993), outra autora que procura criticar a tese do modelo de família patriarcal brasileiro. Correa faz isso com o argumento de que al-

guns estudos sobre São Paulo, relativos ao final do período colonial, apresentam algumas imagens de mulheres que divergem do padrão convencional. Mas, para essa afirmação da autora, a prova que apresenta ainda não é suficiente. Correa admite que as mulheres submissas e confinadas ao lar resumem a imagem feita por cronistas e viajantes da época. Mas ela diz que eles também observaram mulatas, negras e brancas pobres fugindo a esse padrão, uma vez que tinham que lutar, sozinhas, por sua sobrevivência. Porém, não é pelo fato de mulheres serem amasiadas ou prostitutas que elas deixam, por isso, de viver numa sociedade patriarcal. Com certeza, não são coisas incompatíveis, no sentido que aqui se entende por patriarcal. Soihet (1997), mostra como as mulheres do Rio de Janeiro, no século XIX, em sua maioria vivendo em uniões irregulares, continuavam mantendo em seu imaginário a importância do casamento formal:

No Rio de Janeiro, apesar de a grande maioria das mulheres da classe trabalhadora não contrair o casamento formal, ele se afigurava como um valor. É o que se depreende das declarações de mulheres que criticavam outras por assumirem determinados comportamentos, como proferir palavras de baixo calão ou por ser ‘rixosa’. Ao comentar sobre elas, acrescentavam a observação de que assim agiam, “apesar de serem casadas”. A condição de casada por si só pressupunha um comportamento irrepreensível da mulher. (Soieht, 2000, p. 369).

Tanto para Samara quanto para Correia, existe uma multiplicidade de tipos de família no Brasil desde a colonização, de tal modo que não se

pode falar em família propriamente patriarcal. Elas apresentam o argumento de que haveria uma gama de variações no seio das famílias, como concubinatos, divórcios, celibatos etc., que anulariam a idéia de único modelo. A isso contrapõe Da Matta:

Há diversidade, mas há também o poder dos modelos dominantes que fornecem paradigmas sociais fundamentais para toda população, que pode ou não atualizá-los de modo aberto e concreto. (1987: 26)

Tanto Samara quanto Correa baseiam sua argumentação no que para elas é muito importante: variedade e quantidade. Elas acham fundamental observar que a variedade de tipos de famílias até mesmo no Brasil colonial não se compunha em sua maioria por aquelas famílias de senhores brancos de engenhos, mas de uniões irregulares.

Só que o fato de existir união irregular não significa que os valores sociais relativos a casamento e família tenham sido modificados; pode ser meramente uma questão de condições práticas. Numa realidade espacial onde há padres itinerantes e nenhum cartório, obviamente haverá em sua maioria uniões irregulares, em termos formais. Mesmo num contexto como esse, a sociedade constantemente cria formas de readaptação de acordo com os seus valores sociais mais caros. Assim algum tipo de formalização é realizada, embora não seja dentro dos rígidos padrões pré-estabelecidos. Era o que ocorria, por exemplo, com o chamado casamento de direito comum nos Estados Unidos:

Quando as pessoas tendiam a viver em regiões onde funcionários licenciadores e sacerdotes não eram facilmente encontrados e sob circunstâncias econômicas que tornassem proibitivo o custo de um casamento cerimonial, o casamento de direito comum era reconhecido a fim de impedir a bastardização das crianças e o fim de uniões que poderiam lançar o ônus do sustento de mulheres e crianças sobre a comunidade (Pilpel e Zavin, 1968, p. 1570).

No Brasil, pelas mesmas dificuldades práticas apresentadas acima, muitas uniões conjugais no começo do século XX eram, na verdade, formalizadas através da benção dos pais. Na sociedade tradicional brasileira, o senhor de engenho se encarregava de formalizar as uniões entre seus agregados e dependentes, como está retratado num episódio do romance *Menino de engenho*, de José Lins do Rego (1987), em que o coronel José Paulino chega a pôr um de seus agregados num tronco para obrigá-lo a casar-se com uma moça que acusava o rapaz de tê-la engravidado. No engenho, na falta de padre ou juiz, era o coronel que exercia provisoriamente suas funções.

Além de tudo, por mais que um casal deixe de cumprir o casamento formal, a dominação do sexo masculino sobre o feminino, característica do patriarcalismo, não vai deixar de existir. Pierre Bourdieu (1999) mostrou que mesmo as mulheres tendo conquistado a igualdade formal, que impede o homem de se impor sobre elas de forma concreta e indiscutível, ainda sobrevive uma dominação simbólica. Mesmo hoje as mulheres tendo se firmado no mercado de trabalho e adquirido estudo suficiente para se igualar aos homens, elas ainda encarnam um elemento ne-

gativo que influencia de forma também negativa tudo o que a elas está relacionado. Assim, se a mulher entra num campo profissional caracterizado como masculino, este campo acaba por perder o seu valor, enquanto uma tarefa tida como feminina nas mãos de um homem torna-se refinada, haja vista os cozinheiros, os cabeleireiros e os costureiros de luxo, geralmente homens.

As mudanças visíveis de *condições* ocultam, de fato, a permanência nas *posições relativas*: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis. Em número maior que os rapazes, quer para obtenção do bacharelado, quer nos estudos universitários, as moças estão bem menos representadas nos departamentos mais cotados, mantendo-se sua representação inferior nos Departamentos de Ciências, ao passo que cresce nos Departamentos de Letras”. (Idem, p. 108-9)

E contra a evidência de que atualmente no mundo ocidental, o número de mulheres ocupando vagas em qualquer das faculdades mais cotadas, como medicina e direito, não é inferior ao de homens refutaria essa idéia, Bourdieu ainda observa:

Nas faculdades de Medicina, a porção de mulheres decresce à medida que se sobe na hierarquia das especialidades, algumas das quais como a cirurgia, lhes estão praticamente interdita-

das, ao passo que outras, como a pediatria, ou a ginecologia, lhes estão quase que reservadas. (...) E é sabido que o mesmo princípio de divisão é ainda aplicado, dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso. (Ibidem, p. 109)

As estruturas masculinas e dominadoras ainda são tão fortes na sociedade que, por trás da aparente igualdade entre os sexos ainda permanece a dualidade que coloca o feminino no lugar negativo:

E depois de longas lutas das mulheres para fazer reconhecer suas qualificações, as tarefas que as mudanças tecnológicas redistribuíram entre os homens e as mulheres serão arbitrariamente recompostas, de modo a empobrecer o trabalho feminino, mantendo, decisoramente, o valor superior do trabalho masculino”. (Ibidem, p. 76)

Ao se atentar para os valores simbólicos presentes nas relações sociais, percebe-se que o mais importante a ser considerado para as relações de gênero é o estudo da família como valor, na perspectiva apresentada por Roberto da Matta (op. cit.), que não leva em conta a questão meramente numérica, mas o que está impregnado no seio da sociedade como valores paradigmáticos.

“Afirmar que o modelo da sociedade é o da família patriarcal não impede que uma viúva ou uma mulher solteira possam viver patriarcalmente.” (Da Matta, op. cit., p. 126)

Para Connel Riow (1987), a teoria do patriarcalismo não possui um sistema lógico bem estruturado. Segundo o autor, ela é um emaranhado de intuições e argumentações sobre coisas variadas e, corroborando Sanday, afirma que essa teoria, para as feministas socialistas, consistiu em se repensar a divisão sexual do trabalho. Ele vê mais brilhantismo que sistematização em muitas das elaborações teóricas sobre o patriarcalismo. Porém, o fato é que este ainda resiste no mundo contemporâneo como uma força ainda não superada. Mesmo tendo a teoria do patriarcalismo sofrido variações em sua formulação, ela ainda permanece como explicação da condição feminina na sociedade, como o afirmam Shotter e Logan (1990):

O patriarcado no presente se reproduz em seus elementos de apoio e seus elementos de resistência, e talvez só possam surgir abordagens não-patriarcais para estruturar e reestruturar nossos mundos social e político depois que, lentamente, a resistência passar a substituir o apoio. (p. 101)

Dos estudos aqui vistos sobre a família brasileira, há os que seguem a tradição freyriana que mostram a sociedade patriarcal formada no período colonial, mas que foi extinta como organização política, social e econômica dando lugar à família moderna, e estudos empíricos que

apontam modelos diferenciados de família brasileira. Roberto da Matta possui argumentos que apresentam a família brasileira como sendo patriarcal em termos de valor. Para tanto, ele faz aproximações das relações senhoriais com a relação estabelecida entre patrões e empregados no Brasil e também tira conclusões da influência senhorial nas relações do indivíduo com o setor público.

As observações de Da Matta oferecem um quadro simbólico sobre a família brasileira que, apesar de apontar para elementos visíveis em nossa sociedade atual, carece de estudos mais aprofundados no sentido empírico. Por outro lado, os dados empíricos apresentados pelas pesquisadoras Samara e Correia para refutar a tese da existência de um patriarcalismo brasileiro prescindem desse elemento simbólico, tão fundamental para se perceberem as relações de gênero. Entender a família brasileira como tendo sido gestada e consolidada sob um modelo patriarcal, que reproduz valores sociais que colocam a mulher em condição inferiorizada em relação ao sexo masculino é a tendência escolhida para este trabalho. Embora se reconheça a possibilidade de outros modelos de abordagem, eles não invalidam a idéia de que existe uma cultura patriarcal no Brasil.

CAPÍTULO 4
CARACTERIZAÇÃO DAS VÍTIMAS
DE ESTUPRO EM OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA
DELEGACIA DE MULHERES EM GOIÂNIA

Com o intuito de buscar estabelecer uma caracterização das vítimas de estupro e perceber as condições em que o mesmo ocorre atualmente em Goiânia, foi realizado um estudo quantitativo com dados levantados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. Procurou-se fazer o levantamento de todos os casos de estupro denunciados durante o período de um ano. Para tanto, escolheu-se o ano de 1999, porque não é muito distante no tempo e, em termos práticos de pesquisa, os seus documentos já estão reunidos numa sala separada na delegacia.

As informações foram retiradas em boletins de ocorrência e inquéritos policiais. O boletim é um documento em que se registra a ocorrência no momento em que a vítima, ou o seu representante legal, comparece à delegacia. Esse documento contém informações bastante concisas sobre o fato. Geralmente, se é um estupro caracterizado por assalto sexual, o boletim consegue reunir muitas informações no curto espaço de uma folha de papel, como local, data e horário da ocorrência, nome do pai e da mãe, endereço da vítima e um pequeno histórico do caso. Porém, quando se trata de estupros ocorridos no ambiente doméstico ou por

conhecidos, que têm uma complexidade maior, essas informações do boletim costumam ficar incompletas e somente no inquérito policial é que se vão detalhar mais os fatos. Por isso, a pesquisa realizada apenas em boletins de ocorrência não foi considerada suficiente. Daí que às informações retiradas de cada inquérito soma-se o esforço em ler calhamaços de depoimentos para encontrar os elementos definidores das variáveis selecionadas para essa pesquisa.

A delegacia, quando conhece a identidade do acusado, geralmente informada pela vítima, abre o inquérito policial. Não tendo conhecimento dessa identidade, o que ocorre geralmente em assaltos sexuais praticado por desconhecidos, os boletins são separados numa pasta, aguardando posterior identificação, que pode dar-se a partir de investigações da delegacia ou por iniciativa da própria vítima, quando esta, ao rever o seu agressor em matérias policiais dos meios de comunicação ou em algum outro lugar, comunica o fato à delegacia, que toma as providências necessárias para o reconhecimento formal do acusado por parte da vítima.

Com esse universo, representado pelos boletins referentes aos autores ignorados e inquéritos policiais, imaginou-se a possibilidade de abarcar todos os casos ocorridos durante o ano de 1999. Porém, do quantitativo de estupros registrados pela delegacia a cada ano, nem todos os casos poderão ser realmente classificados no inquérito policial como estupros. As vítimas, ao chegarem à delegacia, algumas vezes nomeiam como estupro um ato que depois será classificado de outra forma, como, por exemplo, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor ou corrupção de menores.

Algumas vezes, a vítima só assina o requerimento de inquérito depois de alguns anos e daí ele só vai-se concluir muito depois, sendo guardado posteriormente na pasta daquele ano em que a vítima assinou a queixa-crime. Por esse e outros motivos, nem todos os inquéritos de 1999, que são enumerados pela ordem seqüencial e cronológica, foram encontrados na pasta referente a tal ano. Alguns deles estão nas mãos das delegadas ainda em tramitação. Mas muitos deles podem ser referentes aos vários casos com que a delegacia trabalha, como lesões corporais, tentativas de homicídios, ameaça, entre outros. Por todos esses motivos, o quantitativo aqui estudado somou uma diferença em relação à totalização feita pela delegacia. Foram analisados 113 casos, enquanto a delegacia informou em suas estatísticas 149 estupros para o ano de 1999.

A partir dos dados levantados, detectaram-se alguns tipos diferentes de estupros registrados pela delegacia: os que se denominam assaltos sexuais (69%), os casos de violência doméstica (17,7 %), estupros presumidos, em que há consentimento por parte da vítima menor de 14 anos (9,7 %) e outros (3,6%).

Tabela 1

| Tipo de violência | Freqüências | Percentual |
|--------------------------|--------------------|-------------------|
| Assalto sexual | 78 | 69,0 |
| Violência doméstica | 20 | 17,7 |
| Violência presumida | 11 | 9,7 |
| Outros | 4 | 3,6 |
| Total | 113 | 100 |

Não se pode afirmar que esse quadro caracteriza fielmente os crimes de estupro praticados na cidade de Goiânia, uma vez que muitos casos não são denunciados. Mas, a partir desses números registrados na Delegacia da Mulher em Goiânia, pode-se buscar uma compreensão do que a delegacia da mulher representa para a busca de reparação legal do estupro.

Os estupros praticados mediante assaltos sexuais são aqueles em que a vítima é surpreendida, uma única vez, por um homem que a força ao ato sexual e, depois, evade-se do local. Já aqueles ocorridos num contexto de violência doméstica se caracterizam por uma prática continuada e uma relação de poder entre o agressor e a vítima, que geralmente é dependente do mesmo. Mesmo que, inicialmente, haja um assalto sexual que dê início ao processo, normalmente o ato ocorre repetidas vezes. É costume a vítima esconder por muito tempo o fato, muitas vezes por vários anos. São poucos os casos de estupros domésticos em que a mãe ou alguém da família acaba por descobrir o fato logo no início e o denuncia imediatamente à delegacia. Entre classificar esta situação como assalto sexual ou violência doméstica, foi dada preferência a esta última, por isso o cruzamento entre as variáveis *autor* e *tipo de violência* (ver tabela 3) não apresenta nenhum caso de assalto sexual em que o autor seja o pai, o padrasto ou um parente.

Na maioria dos casos de violência doméstica, o abuso sexual tem início sendo a vítima uma criança e somente quando chega à adolescência é que resolve revelar a alguém. Nesta pesquisa, os dados levantados sobre o tempo de busca da delegacia em relação aos estupros que se estendiam por uma prática continuada não se referem à data da descoberta

da violência, mas leva em conta o fato de que ela já vinha ocorrendo há mais tempo, sem, no entanto, ter sido denunciada desde a primeira vez que aconteceu. O tempo de busca da delegacia para esses casos foi assinalado no maior intervalo para a procura da delegacia tabulado na pesquisa que é o superior a um mês. Com essa medida, busca-se atender a uma preocupação dessa pesquisa que é distinguir o fato caracterizado por violência doméstica do assalto sexual também pelo intervalo de busca da delegacia, uma vez que, nos assaltos sexuais, a procura da delegacia é muito mais ágil que em casos de violência doméstica, como se vê na tabela abaixo.

Tabela 2

| Intervalo | Tipo de violência | | | | |
|---------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|---------------|-----------------|
| | <i>Assalto sexual</i> | <i>Violência doméstica</i> | <i>Violência presumida</i> | <i>Outros</i> | <i>522Total</i> |
| <i>Mesmo dia</i> | 40 | 3 | 2 | 1 | 46 |
| <i>Dia seguinte</i> | 12 | 1 | 1 | 1 | 15 |
| <i>Mesma semana</i> | 7 | 1 | 1 | - | 9 |
| <i>Em 30 dias</i> | 1 | - | 1 | 2 | 4 |
| <i>Após 30 dias</i> | 4 | 14 | 5 | 1 | 24 |
| <i>Não informou</i> | 14 | - | 1 | - | 15 |
| Total | 78 | 19 | 11 | 5 | 113 |

De fato, os estupros decorrentes de assalto sexual, em que a mulher é surpreendida por um desconhecido, subjugada ao sexo forçado e o

agressor evade-se do local, são casos que se diferenciam, em muitos aspectos, dos casos de violência doméstica. Os estupros ocorridos no espaço doméstico que chegam à delegacia são, em sua maioria, casos que se estendem numa prática continuada. A menina adolescente mostra geralmente em seus depoimentos que, ao atingir determinada idade, não suporta mais a situação e revela o que lhe vem ocorrendo para alguém de sua confiança. Trata-se de uma fase em que a menina começa a conviver com outras adolescentes de sua idade na escola e passa a ter consciência da estranha situação que vive em casa.

Sendo a maioria dos tipos de estupro que chegam à delegacia assaltos sexuais (tabela nº 1), pode-se sugerir algumas interpretações. Entre elas a de que a violência doméstica provavelmente ainda está escondida. Talvez a mulher se sinta mais à vontade em procurar uma delegacia quando o estupro é caracterizado por assalto sexual, que se dá numa situação em que ela não está contextualmente envolvida. Entre os assaltos sexuais, que ocorrem uma só vez na rua ou na própria casa da vítima, poucos são os praticados por pessoas de sua convivência: 6 casos, entre os 78. Em sua maioria são autores ignorados: 68, entre os 78 casos.

Tabela 3

| Autor | Tipo de Violência | | | | Total |
|------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------|--------------|
| | Assalto Sexual | Violência Doméstica | Violência Presumida | Outros | |
| Desconhecido | 68 | - | - | - | 68 |
| Conhecido de vista | 4 | - | - | - | 4 |
| Do seu convívio social | 5 | - | 11 | 5 | 21 |
| Pai | - | 5 | - | - | 5 |
| Padrasto | - | 8 | - | - | 8 |
| Parente | - | 4 | - | - | 4 |
| Marido ou namorado | 1 | 2 | - | - | 3 |
| Total | 78 | 19 | 11 | 5 | 113 |

Um tipo de estupro que maciçamente é praticado por autor da convivência da vítima é o caracterizado pela violência presumida (tabela 3). Trata-se de estupro que assim se considera por ser a vítima menor de 14 anos. Através dos depoimentos registrados nos inquéritos policiais, é que foi possível fazer essa tipificação. Sempre que, na presença dos pais ou representante legal, a menor presta declarações na delegacia, o interrogador faz questão de perguntar se houve consentimento de sua parte. Geralmente são casos de namoros, encontros proibidos ou desconhecidos pelos pais. Na tabulação dos dados dessa pesquisa, esse tipo de estupro de menor de 14 anos se distingue de outro que se dá em assalto sexual ou violência doméstica, ainda que sendo mesma a faixa etária. Alguns estu-

pros de meninas com idade até 14 anos foram tabulados para esta pesquisa como violência presumida e outros como assalto sexual.

Tabela 4

| Autor | Idade | | | | | | | Total |
|-----------------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|------------|
| | 0 a 11 | 12 a 14 | 15 a 17 | 18 a 25 | 26 a 30 | 31 a 40 | N.I.* | |
| Desconhecido | - | 2 | 15 | 31 | 7 | 10 | 3 | 68 |
| Conhecido | 1 | 15 | 7 | - | 1 | 1 | - | 25 |
| Pai | 1 | 1 | 2 | 1 | - | - | - | 5 |
| Padrasto | - | 4 | 3 | 1 | - | - | - | 8 |
| Um parente | 1 | 2 | - | 1 | - | - | - | 4 |
| Marido/namorado | - | - | - | 2 | 1 | - | - | 3 |
| Total | 3 | 24 | 27 | 36 | 9 | 11 | 3 | 113 |

* N.I: Idade não informada.

Os estupros praticados por autores desconhecidos perfizeram, em 1999, um total de 68 casos, como se vê na tabela acima. Destes, em apenas 4 deles, os agressores foram posteriormente reconhecidos pela vítima. O reconhecimento consiste no fato de, na presença de testemunhas e sem a menor vacilação, a vítima apontar, entre outros detentos, o autor do estupro que sofrera. Normalmente, a sala de reconhecimento possui um vidro especial próprio para que a vítima não seja notada enquanto aponta o seu agressor.

As experiências das delegadas de polícia com o problema da violência contra a mulher mostram como as mulheres que sofrem constantes espancamentos em casa normalmente são abusadas sexualmente. Apesar de incentivadas pelas delegadas a denunciar também os estupros cometi-

dos por seus maridos, muito raramente o fazem, tanto que em 1999 foram registrados somente 3 casos de estupros por marido ou namorado (tabela 4).

A pesquisa qualitativa apresentada no último capítulo desta dissertação e o seu respectivo diário de campo abordam um pouco da visibilidade social do estupro. Às vítimas de estupro que têm seu caso tornado público, é comum outras vítimas lhes revelarem fatos ocorridos com elas. Alguns casos em seu bairro, não totalmente reservados, mas que não foram denunciados, acabam por lhe chamarem a atenção, sem que ela tivesse dado importância a eles antes de acontecer o mesmo com ela. No decorrer da pesquisa direta com as vítimas de estupro, sempre que perguntadas se tinham informação de alguém que também fora estuprada, mas não denunciou, muitas vítimas geralmente traziam uma resposta positiva. Mas, ao se tentar encontrar essas mulheres que não denunciaram o estupro, logo se percebia o quanto esses casos tendiam a permanecer ocultos.

A psicóloga Mary P. Koss (apud Warshaw, 1996), nos Estados Unidos, realizou uma pesquisa aleatória com 3.187 mulheres. Entre elas, 15% foram estupradas e, entre estas, 84% tiveram o estupro praticado por pessoas conhecidas. Comparando essa noção que a pesquisa de Koss oferece sobre a enorme quantidade de estupro por conhecidos naquele país, é possível sugerir que os números da delegacia da mulher muito pouco refletem a realidade do estupro. Os Estados Unidos, como se viu no capítulo 2 desta dissertação, têm características semelhantes ao Brasil no que se refere à propensão ao estupro. Daí não ser possível que a realidade das ocorrências de estupro por conhecidos naquele país venha a

diferir da realidade brasileira em grau tão elevado. Comumente, nem sempre se considera estupro uma violência do gênero quando praticada por namorado ou marido. Algo que se revela no cotidiano, uma vez que, no imaginário das pessoas, costuma prevalecer a visão de que não existe este tipo de estupro, o que contribui ainda mais para que a vítima se abstenha de denunciar.

Para se obter o perfil das vítimas de estupro que procuram a delegacia, tomam-se as principais características que o compõem como idade, estado civil e ocupação profissional. A idade em que mais aparecem vítimas é entre 18 e 25 anos, ou seja, a mulher jovem ainda, apesar de maior de idade, e, em sua maioria, também solteira (ver tabelas abaixo).

Tabela 5

| Idade | Frequência | Percentual |
|--------------|-------------------|-------------------|
| 0 a 11 | 3 | 2,7 |
| 12 a 14 | 24 | 21,2 |
| 15 a 17 | 27 | 23,9 |
| 18 a 25 | 36 | 31,9 |
| 26 a 30 | 9 | 8,0 |
| 31 a 40 | 11 | 9,7 |
| Não informou | 3 | 2,7 |
| Total | 113 | 100 |

Tabela 6

| Estado civil | Frequência | Percentual |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Solteira | 93 | 82,3 |
| Casada | 9 | 8,0 |
| Separada | 7 | 6,2 |
| Não infor- | 4 | 3,5 |
| Total | 113 | 100,0 |

Mesmo não se podendo, de antemão, afirmar categoricamente que nessa idade é que as mulheres estão mais sujeitas ao estupro porque, como já foi dito, esse percentual refere-se apenas aos casos denunciados, algumas considerações de caráter mais abrangente podem ser feitas diante deste fenômeno. A primeira coisa a fazer é observar que é também nessa faixa etária (18 a 25 anos) que mais ocorrem os assaltos de rua, perfazendo um quantitativo de 26 assaltos entre as 36 mulheres de 18 a 25 anos estupradas, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 7

| Local | Idade | | | | | | | Total |
|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|
| | <i>0 a 11</i> | <i>12 a 14</i> | <i>15 a 17</i> | <i>18 a 25</i> | <i>26 a 30</i> | <i>31 a 40</i> | <i>N. I.*</i> | |
| Rua | - | 10 | 16 | 26 | 5 | 7 | 1 | 65 |
| Casa | 3 | 13 | 9 | 10 | 3 | 4 | 2 | 44 |
| Outros | - | 1 | 2 | - | 1 | - | - | 4 |
| Total | 3 | 24 | 27 | 36 | 9 | 11 | 3 | 113 |

* *N.I.*: Idade não informada.

Se a mulher mais jovem é a que está mais representada nas denúncias de estupro e ao mesmo tempo é ela que mais está sujeita aos assaltos na rua, pode-se sugerir que, para essa faixa etária, o número de mulheres que denuncia consegue, aproximativamente, abranger a realidade cotidiana do estupro. Isso porque os estupros que ocorrem na rua possuem uma tendência muito grande a que sejam denunciados, por se caracterizarem por assaltos sexuais.

Essa possibilidade vem a ser também sugerida pela pesquisa qualitativa desenvolvida para esta dissertação, assunto que pode ser melhor apreciado no último capítulo deste trabalho. As mulheres que foram vítimas de assaltos de rua se viram numa situação em que tinham dificuldades em esconder o fato de parentes e amigos. Muitas delas expressaram uma preocupação em esconder o fato das pessoas, mas mostraram

como as circunstâncias as levaram a denunciar. Entre esses fatores está o de que ela é assaltada na rua e chega em casa em uma situação física ou psicológica lastimável, que se torna visível aos olhos dos seus parentes. Normalmente, é uma pessoa próxima que propõe a busca da delegacia. Resumindo, procura-se sugerir a seguinte interpretação: os assaltos de rua têm uma grande tendência a serem denunciados; por isso, entre os casos de assaltos de rua, a variável idade está bem representada na realidade quantitativa de Goiânia em si, não só na busca de reparação legal do crime.

Embora, as autoridades na delegacia sejam unânimes em afirmar que não existe um tipo específico para a vítima do estupro, em sua experiência cotidiana, esses profissionais observam ocorrências de estupro em todas as idades possíveis. O fato de uma das vítimas de estupro entrevistadas para essa pesquisa ter mais de 60 anos já é indício de que a faixa etária da mulher não impede que ela seja vítima de estupro, como provam também os casos de estupro até de bebês que, às vezes, aparecem na imprensa. Uma delegada entrevistada nessa pesquisa afirmou que quem vai ser a vítima depende muito mais do agressor. Ela afirmou ter deparado com um criminoso que tinha uma tara sexual por mulheres idosas. Segundo ela, é o agressor quem tem a fixação por determinado tipo de mulher.

A despeito da vivência das autoridades com esse tipo de crime, porém, há que considerar que são casos eventuais os estupros de anciãs, pelo menos nos números levantados. No ano de 1999, por exemplo, não surgiu na delegacia uma denúncia sequer estupro de mulher acima de 40 anos. Vale ressaltar na tabela para a frequência das idades apresentada

acima que nela aparece a idade máxima de casos registrados até 40 anos por ter sido esse o limite máximo de idade encontrado na pesquisa.

É preciso considerar que a exposição das mulheres mais jovens na rua é muito maior. A mulher adulta, muitas vezes, não tem mais necessidade de sair todos os dias de casa. Às vezes já tem condições financeiras melhores, pode adquirir um carro e, estando casada, mesmo que trabalhe fora, dedica boa parte do seu tempo livre à família, não tendo, portanto, muito motivo para sair sozinha à noite. As mulheres jovens que denunciaram estupro são, em sua maioria, também estudantes. É mais provável que a mulher acima de 30 anos já tenha completado seus estudos ou desistido deles, não tendo necessidade de estar todos os dias na rua de volta para casa, muitas vezes tarde da noite, o que, obviamente, a expõe menos como vítima potencial dos assaltos sexuais de rua.

Tabela 8

| Ocupação | Freqüência | Percentual |
|-------------------|------------|--------------|
| Nível de 1º Grau* | 29 | 25,6 |
| Nível de 2º Grau* | 12 | 10,6 |
| Estudante | 46 | 40,7 |
| Sem profissão | 14 | 12,4 |
| Não informou | 22 | 19,5 |
| Outros | 2 | 1,8 |
| Total | 113 | 100,0 |

* Nível de 1º Grau (doméstica, operárias, camelôs etc.); Nível de 2º Grau (secretárias, vendedoras, atendentes etc).

O fato de a maioria dos estupros ocorrerem com mulheres mais jovens não reduz à explicação biológica a questão do estupro, mesmo tendo-se que enfrentar um argumento forte, que é o de que a mulher a partir da puberdade está sexualmente à disposição. Além disso, a maturação é um dos limites impostos pela biologia para a vida em grupo. No entanto, para a cultura ocidental, a mulher jovem começa a ter uma participação mais ativa na sociedade e está em busca não só de relacionamentos com o sexo oposto, mas também de trabalho e instrução. Daí a razão pela qual as mulheres que procuram a delegacia para registrar ocorrência de estupro são, em sua maioria, estudantes e, por outro lado, são abordadas com mais frequência quando estão sozinhas (tabelas 8 e 9). Observando-se o quadro de estudantes, comparado à condição em que elas foram abordadas, tem-se:

Tabela 9

| Condição das Vítimas | Estudantes |
|-----------------------------|-------------------|
| Só | 25 |
| Acompanhada de mulher | 3 |
| Acompanhada de homem | 2 |
| Violência presumida | 16 |
| Total | 46 |

Pela leitura dos boletins e inquéritos na delegacia da mulher, percebe-se que nos casos de mulheres casadas, que sofreram assaltos sexuais, há uma tendência a que o estupro seja denunciado. Os relatos registrados na delegacia mostram que, se a mulher não decide de imediato por procurar a delegacia, o marido costuma exigir essa atitude dela. Pode-se até sugerir que o quantitativo de mulheres casadas vítimas de estupro em assaltos sexuais esteja bem representado entre a totalidade de casos denunciados, ressalvando-se a questão de que ela pode ser casada, mas não formalmente e, por isso, o registro é preenchido como se fosse solteira.

A mulher casada pode tentar esconder do marido, mas, como se observa no registro de todos esses casos, assim que o marido fica sabendo do fato, ele opta por denunciar o caso à polícia. Se a mulher conseguir esconder totalmente do marido, a tendência é que não procure a delegacia, mas é muito difícil que ela consiga fazer isso. Os boletins e os inquéritos mostram que as vítimas escondem num primeiro momento, mas acabam revelando a alguém e a pessoa mais próxima é geralmente o marido. Em muitos casos observados nos boletins e inquéritos, o próprio marido percebe algo estranho e, ao inquirir a esposa, ela acaba por revelar-lhe o fato.

Em relação ao local, na rua ou em casa, como se vê na tabela abaixo, os estupros ocorrem com a seguinte frequência: na rua em 57,5% dos casos; dentro de casa, 40%; outros, 3,5%.

Tabela 10

| Local | Frequência | Percentual |
|---------------|-------------------|-------------------|
| Rua | 65 | 57,5 |
| Casa | 44 | 40 |
| Outros | 4 | 3,5 |
| Total | 113 | 100 |

Isso significa que, mesmo dentro de casa, a mulher não encontra muita segurança contra o estupro. Mas há também que se levar em conta os estratos sociais. Para esta distinção, os bairros foram separados em três tipos: nobres; antigos e mistos; populares. Além disso, deve-se alertar que os estupros praticados por parentes ocorrem em sua maioria dentro de casa e estão classificados nessa pesquisa como violência doméstica. Os estupros que ocorrem em casa são em sua maioria em bairros populares: 31 casos de estupros localizados em bairros populares, entre o total de 44 estupros ocorridos em recinto doméstico. Nestes bairros, muitas vezes em função da fragilidade das construções, é que ocorre a maioria dos assaltos sexuais em que o agressor invade a casa da vítima.

Tabela 11

| Bairros | Em casa |
|----------------|----------------|
| <i>Nobre</i> | 3 |
| <i>Misto</i> | 10 |
| <i>Popular</i> | 31 |
| Total | 44 |

Reiterando afirmação anterior, a mulher tem hoje necessidade de se instruir, mas para isso precisa enfrentar as ruas, muitas vezes tarde da noite, como se vê na tabela abaixo.

Tabela 12

| Horário | Frequência | Percentual |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| 5 às 7 | 9 | 8,0 |
| Entre 7 e 19 | 21 | 18,6 |
| 19 às 22 | 19 | 16,8 |
| Entre 22 e 24 | 17 | 15,0 |
| Entre 24 e 5 | 21 | 18,6 |
| Prática continuada | 18 | 15,9 |
| Não informou | 8 | 7,1 |
| Total | 113 | 100,0 |

Na tabela de horários acima, que mostra os períodos em que mais freqüentemente ocorrem estupros, essa necessidade da mulher de sair às ruas fica evidente. Nela se vê um percentual muito significativo de estupros ocorridos entre 22 horas e meia-noite: 15% de estupros ocorridos num intervalo de apenas 2 horas. É neste horário que, normalmente, se retorna da escola ou do trabalho.

O que também é importante verificar é o grande percentual de estupros ocorridos durante o dia — equipara-se ao que ocorre no período noturno. Se forem tomados apenas os assaltos sexuais em casa ou na rua, como se vê na tabela abaixo, tem-se o seguinte quadro: 87 estupros, sendo 30 ocorridos durante o dia, 36 durante a noite e 21 no período da madrugada.

Tabela 13

| Horário | Assaltos sexuais |
|----------------------|-------------------------|
| <i>Durante o dia</i> | 30 |
| <i>À noite</i> | 36 |
| <i>Madrugada</i> | 21 |
| <i>Total</i> | 87 |

Apresenta-se, diante disso, um grave problema social relativo ao estupro, que põe em risco a vida da mulher que sai em busca de qualificação e trabalho. Um quadro como esse ameaça a liberdade da mulher.

Pesquisa realizada no Distrito Federal (Kuhn, 1998) também mostra que, em 87% dos casos que chegam à delegacia, a vítima é abordada quando está só. Na história do estupro, desde séculos passados, essa situação é recorrente. Pastoras, floristas, vendedoras de doces geralmente sofriam esse tipo de agressão. Provavelmente, essas mulheres não tinham outra alternativa, eram pobres, precisavam trabalhar, e ainda eram questionadas moralmente por não permanecerem dentro de suas casas como as donzelas da alta classe. Não eram consideradas moças de família. Hoje, mesmo sendo outros os códigos morais, os quais não impedem a mulher de estudar e trabalhar, a acentuação da violência sexual contra a mulher pode ameaçar sua liberdade conquistada atualmente.

CAPÍTULO 5

A VIDA APÓS O ESTUPRO: SUBJETIVIDADE E ESTIGMA

No momento em que é abordada, a vítima de estupro vive o medo terrível de que o revólver apontado para a sua cabeça ou a faca a roçar seu ventre, pescoço ou virilha, quase a ferir-lhe a pele, deixem de apenas ameaçar e se tornem efetivos. Muitas vezes, com o uso de fraude, sem qualquer arma, o autor conduz a vítima para um local ermo ou para o interior de uma casa, onde não há mais ninguém, ou fica de espreita em algum beco. Diante da surpresa, ao tentar esquivar-se, a vítima é surpreendida com socos e empurrões até ser subjugada. Algumas mulheres são jogadas numa cama e se vêem imediatamente imobilizadas sob o peso do corpo do agressor.

O tempo parece infinito. Diferente de outros crimes, que têm que ser praticados com a maior agilidade possível, o estupro empreende uma lenta tortura física e psicológica. Para arrancar da vítima a sua satisfação, o criminoso precisa se mostrar o mais ameaçador possível a cada momento. O horror que a tortura causa na vítima a leva a imaginar-se morta, o seu corpo abandonado ali naquele local. Fica em estado de pânico;

submete-se a toda humilhação possível para resguardar a sua vida. Ao ser deixada, sente alívio, mas logo em seguida vem o estertor, a raiva, a vontade de se limpar, de uma sujeira que parece não sair nunca, porque está impregnada de ódio, com a humilhação sofrida. Mas os infortúnios não terminam aí, como se só tivesse que triunfar diante de um fato trágico ao qual sobreviveu e pudesse contar detalhes de quando sua vida esteve por um fio. É que a sua história não é para ser contada porque ela desnuda a intimidade de um contato aviltante.

Por esse motivo, provavelmente, muitas mulheres preferem não denunciar à polícia o estupro sofrido. Nem toda mulher que denuncia o faz tendo uma clara consciência do seu ato e de suas conseqüências. Muitas vezes, isso acontece porque o fato se torna muito evidente às pessoas do seu convívio. A tendência maior nesses casos é que siga o conselho de alguém e procure a delegacia da mulher ou algum distrito policial. Mas, ao fazer isso, ela corre um sério risco que é o de se expor. O que aconteceu com uma das vítimas entrevistadas para esse trabalho é um caso típico.

Depois de sofrer a violência, acabou sendo ajudada por uma pessoa desconhecida que a levou para o local de trabalho de seu irmão. Chegando lá, todos os colegas de trabalho do rapaz ficaram sabendo do fato. Foi com o irmão para a delegacia na esperança de poder encontrar o criminoso. Resolveu passar uns dias em casa de um parente e, quando chegou de volta a sua casa, a vizinhança toda já estava sabendo do que lhe ocorrera. É como se ela tivesse acordado de um pesadelo que era visível a todos, sem que ela pudesse atentar para isso. Esse pesadelo não termina no simples ato de acordar, porque a presença de outros na sua

história fica permanentemente a martelá-lo. Um certo arrependimento por não ter devidamente escondido o seu infortúnio se manifesta na entrevista. “Por que eu deixei que todos soubessem? Por que eu não pedi meus irmãos para esconderem dos vizinhos?”

Essa história mostra como uma denúncia de estupro acaba acontecendo muito mais por uma contingência do que por iniciativa da própria vítima. Um outro exemplo faz um contraponto para referendar essa tendência a que os casos de estupro não sejam denunciados. A moça foi arrastada por um ex-namorado para um motel. Lá ele bateu muito nela, rasgando-lhe a blusa e a saia. Depois a trouxe de volta para local próximo de onde a recolhera. Ao retornar, a moça não encontrou ninguém em casa. Sua mãe estava na igreja e seu pai havia saído. Como não havia ali nenhuma testemunha do estado em que se encontrava física e psicologicamente, foi de imediato para o banheiro e se lavou sofregamente. Pegou as roupas rasgadas e juntou-as num saco plástico e pôs tudo no lixo. Resolveu não contar a ninguém. Sua família só foi informada do que lhe ocorrera por intervenção de uma outra pessoa a quem pedira segredo. Isso depois de passados muitos dias, em que as provas materiais do crime já haviam desaparecido.

Com isso, quer-se mostrar como a tendência da mulher é esconder o fato do estupro. Aquela que denuncia de uma forma ou de outra vai ter que enfrentar o meio externo. Alguns aspectos da interação social de mulheres vítimas de estupro aqui entrevistadas serão apresentados nas relações que elas estabelecem com a família, com a delegacia, com o meio externo em geral, nas reações desencadeadas diante do fato e na pessoa da vítima consigo mesma.

1. Metodologia de análise das entrevistas

Foram realizadas entrevistas com 14 mulheres vítimas de estupro, buscando-se uma diversidade quanto às situações em que o mesmo ocorre e à faixa etária também, resguardando-se o limite de idade de 14 anos acima. O contato com as mulheres entrevistadas nessa pesquisa foi estabelecido por intermédio da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em Goiânia. Por meio de informações diversas, buscou-se, também, entrevistar mulheres que não denunciaram. Essa busca resultou no contato direto com três vítimas com essa característica, mas apenas com uma delas efetivou-se entrevista gravada. Uma delas recusou-se de forma determinada; com outra, houve uma conversa informal sobre o assunto que foi anotada no diário de campo. Apesar de ela ter assumido o compromisso de fornecer uma entrevista gravada, desmarcou quatro vezes, inviabilizando a realização da mesma.

No princípio havia sido delimitada uma idade mínima de 18 anos. O entendimento era o de que seria necessário perceber a atitude social da vítima ao tomar a decisão de buscar ou não a delegacia da mulher. Posteriormente, a experiência de campo mostrou que a iniciativa e a decisão de procurar a delegacia acaba sendo da família em conjunto, independente da idade da vítima. O estado de choque da vítima a conduz a uma dependência muito grande da família, mesmo se maior de idade.

De qualquer modo, mesmo tendo sido inicialmente demarcada aquela idade-limite, o primeiro contato foi realizado com uma mulher cujo estupro ocorrera quando tinha 16 anos e se encontrava com 18 à época da entrevista. Além disso, o fato se confirmou em apenas tentativa, uma vez que, de acordo com os laudos médicos, ela permanecia virgem. A facilidade de acesso a essa vítima levou a que se fizesse com ela uma entrevista-piloto. A busca das demais informantes continuou considerando o limite de 18 anos.

A primeira fase da saída a campo, de outubro de 2000 a janeiro de 2001, foi em busca de informantes de todos os tipos possíveis, mantendo-se apenas o limite de idade de 18 anos acima. Como o número de estupros praticados por autores ignorados, em assaltos sexuais, é bem maior nos registros da delegacia, foi possível fazer um apanhado de umas dez vítimas com essa característica numa só região de Goiânia. No início, o trabalho de campo estava tornando-se infrutífero, uma vez que se constatou um número razoável de vítimas que mudavam de endereço. O contato mais direto com as situações foi amadurecendo a idéia de que é comum a vítima querer mudar-se, mas nem todas tinham essa condição, por isso havia esperança de encontrar pelo menos uma num bloco de dez.

O esforço de encontrar os endereços, utilizando mapas, ao invés de informações de pessoas que viessem a pôr em perigo a segurança da pesquisadora, estava se tornando algo complicado. A imersão no trabalho de campo e o conhecimento da realidade do estupro pelos registros da delegacia revelavam a ocorrência desse tipo de crime em locais e horários menos esperados do que comumente se imagina. Tudo isso, aliado ao fato de a maioria dos estupros acontecerem em certos bairros de Goi-

ânia, deixava um temor muito grande na pesquisadora, por ter que realizar seu trabalho de campo em bairros de alta criminalidade. Tomou-se conhecimento, por exemplo, que muitos estupradores usavam do expediente de uma informação errada para pôr a vítima em local ermo e assim poder agir. Pedir uma informação poderia também ser perigoso, porque significava revelar o lugar para onde se estaria dirigindo.

Todos esses elementos foram crescendo na imaginação da pesquisadora, mas não significavam pura invenção, tinham base na realidade dos boletins de ocorrência. Daí as precauções não serem efeito meramente de uma “paranóia”, mas cuidados necessários à segurança da pesquisadora e ao bom desempenho da pesquisa. Contratar um motorista profissional foi fundamental para não se perder tempo no percurso. Com isso, foi possível visitar cerca de cinco endereços numa só busca. A aproximação em si da vítima de autor ignorado, em assaltos sexuais, não ofereceu grandes obstáculos. As mulheres que haviam sofrido assaltos sexuais se mostravam bastante acessíveis, muitas delas muito amáveis, demonstrando interesse em contribuir com a pesquisa. A cada saída a campo, alcançava-se uma entrevista realizada ou pelo menos agendada. Com isso, foram realizadas, nesse primeiro momento, 9 entrevistas com vítimas cujos autores eram ignorados e uma com vítima de autor conhecido apenas de vista.

A dificuldade maior veio no segundo momento da pesquisa, em que se buscou suprir a diferença em relação aos estupros por conhecidos. Para tanto, somente casos dessa natureza foram selecionados. Mas como o número deles era bem inferior, ainda mais para o limite de idade estabelecido, de 18 anos acima, não era possível selecionar os casos por re-

gião; havia vários casos, cada qual num ponto diferente da cidade. Além disso, a vítima com essa característica oferecia mais resistência a ser entrevistada. De modo geral, o contato com esse tipo de vítima era muito mais trabalhoso, perdendo-se mais tempo ainda no percurso de uma casa a outra que nos outros casos.

Essa dificuldade levou a que se estendesse mais o limite de idade para o mínimo de 15 anos. Mesmo assim ainda continuou difícil encontrar essas vítimas, porque as adolescentes têm uma tendência maior a se mudar: ora se casam, ora passam a morar com um parente numa outra cidade. Daí que a facilidade maior adquirida em função da flexibilidade etária da amostra não alterou muito o grau de dificuldade de acesso às vítimas. Foram realizadas 6 entrevistas com vítimas de autores conhecidos.

Procurou-se com as entrevistas estimular a vítima a apresentar as impressões que lhe deixaram o seu contato com as pessoas após o estupro, pessoas ligadas à sua vida íntima e às instituições oficialmente relacionadas a essa questão e aquelas às quais pode ter buscado espontaneamente. Buscou-se verificar como ela passou a se perceber depois do estupro, que transformações ocorreram na sua subjetividade e até que ponto essas transformações têm relação com o meio social. Alguns elementos externos observados foram o estigma, a vergonha e a culpa, todos eles no seu sentido socialmente construído. Tentou-se não fazer qualquer referência direta a esses elementos nas entrevistas por parte da pesquisadora. Onde isso ocorreu, caso da primeira entrevista realizada como experiência-piloto e em alguns momentos esporádicos das entrevistas, esses elementos não foram considerados na análise.

Tratando-se de uma pesquisa sobre violência sexual, a experiência de campo mostra que há uma série de melindres a serem observados no contato com as vítimas e seus familiares. Então, o próprio ato de buscar as vítimas – nas relações que se efetivam entre pesquisadora, vítima e seus familiares –, a combinação do ambiente psicológico observado e a subjetividade, são elementos para a reflexão e análise na pesquisa. Assim, tentou-se registrar toda a impressão subjetiva dos primeiros aos últimos contatos em um diário de campo. A experiência do primeiro contato mostrou o quanto o trabalho com esse tema representava uma barreira em si mesmo, como se vê abaixo:

“Eu havia estacionado o carro um pouco acima do endereço, tamanha a necessidade que sentia de não chamar a atenção. Desci a pé até onde algumas mulheres conversavam ao portão. Uma delas, parece ter sido a mãe, foi chamá-la lá dentro. Quando a moça apareceu, chamei-a em particular e falei sobre um trabalho de pesquisa de sociologia e sobre a delegacia de mulheres. Externei que queria entrevistar algumas vítimas, pessoas que registraram queixa na delegacia. A voz embargava um pouco, mas fazia de tudo para esconder o nervosismo. Em nenhum momento, mencionei o estupro. Ela me perguntou se se tratava *daquilo* que tinha acontecido com ela. Respondi que sim” (Diário de campo, 24/09/00)

O comportamento da pesquisadora ao não mencionar a palavra *estupro* influenciou toda a conversa com a entrevistada, cuja entrevista gravada também não menciona essa palavra. A cada contato, as barreiras

psicológicas foram diminuindo até se chegar ao ponto de elas não mais interferirem no trabalho de pesquisa. A partir desse amadurecimento, foi possível detectar os momentos em que a dificuldade de aproximação partia unilateralmente da vítima contatada.

Por questões éticas, o contato com a vítima sempre esteve imbuído do mais absoluto sigilo. Em nenhum momento o objetivo do trabalho foi revelado a alguém que não fosse a própria vítima, mesmo quando se sabia pelo registro na delegacia que houve a participação da família no caso. A preocupação em evitar qualquer suspeita em relação aos verdadeiros objetivos da procura pelas vítimas em seus endereços exigia histórias que eram criadas em várias situações a que a imaginação pode levar. Além disso, nenhuma das vítimas foi identificada neste trabalho, nem por nome ou qualquer informação que viesse a ter o mesmo efeito. Todos os nomes de pessoas que aqui se apresentam foram criados, inclusive aqueles de parentes ou amigos que aparecem nas falas das entrevistadas.

2. Relação com a Família

Percebe-se, nas falas de muitas entrevistadas, que a família é o horizonte pelo qual se vê ou não possibilidade de integração no mundo social após o estupro. Se outros grupos de convivência aparecem é no sentido de substituir ou complementar o papel da família. Isso quando se trata de um caso que se torna público e a vítima fica exposta em seu meio social. Nesses casos, é muito difícil para ela enfrentar o problema sem a ajuda de sua família, a não ser nos casos em que foge completamente desse ambiente, passando a viver num local onde ninguém conhece seu passado. Observa-se mais fortemente a necessidade desse apego à família nas mulheres solteiras, como as entrevistadas Gislene, Valéria, Eliane e Cátia. As quatro viviam com a família à época do estupro. Valéria, cuja mãe reagiu agressivamente, culpando-a pelo fato de ter saído de casa sem permissão, não pôde superar facilmente o problema e por um bom tempo em sua vida não conseguiu uma boa integração em seu meio social: abandonou a escola, ficou “mal” falada, acabou se tornando mãe solteira; além disso, alguns namorados com os quais se relacionou após o fato do estupro a abandonaram por causa da imagem que lhe fora imputada na vizinhança. Valéria relata um pedaço da sua história, de como foi a reação da mãe:

“Depois que eles fizeram tudo lá, era bem aqui pertinho da minha casa, fui embora, assim machucada, andando devagarinho. Não conseguia andar direito. Bati na porta. Aí a mãe apareceu, abriu e já foi batendo a minha cabeça na parede. Eu não dava conta de reagir porque eu estava muito machucada. Como ela me bateu! Nossa! Ela queria me matar. Ela viu o jeito que eu estava, eu estava ruim. Minha boca, o homem bateu na minha boca, deu tapa assim no meu rosto, colocou o revólver, colocou uma doze (revólver), então cortou, quando ele colocou a doze assim (apontou a parte de dentro dos lábios), cortou meus lábios assim. Aqui assim (mostrou o pescoço) ficou roxo, porque ele chupou. Que vinham assim e chuparam, ficaram as marcas; também no meu rosto. Aí quando eu fui chegando assim, ela foi vendo logo que eu fui estuprada. A minha calça estava suja de sangue. Eu sangrei muito porque machucou o útero, então sangrou muito. Ela foi me vendo e falando: ‘Que que foi Valéria?’ Minha voz não saía, eu estava nervosa demais, com muito medo. Ela gritava: ‘Você foi estuprada, né? Eu te falei, sua desgraçada!’. E já foi me pegando e fazendo tudo que ela fez.” (Valéria)

Não é difícil imaginar a agonia dessa moça de 19 anos, ao chegar em casa toda machucada e sua mãe recebê-la a pancadas. Valéria sofreu com isso, teve sua estima rebaixada. Mas a mãe parecia estar sob o efeito catatônico de quem se vê diante de uma enorme perda. Valéria era virgem e, provavelmente, para a mãe devia levar a culpa por não ter se resguardado em casa. A continuação da fala de Valéria já mostra a mãe recobrada do impulso de agressividade:

“Eu estava assim meio aérea, sabe? Noção do que aconteceu comigo eu só fui ter no quarto dia. Foi aí que eu vim ter noção do que tinha acontecido e comecei a pensar. Então, a mãe, ela veio pro rumo da gente e falou comigo mais compreensiva.” (Valéria)

Com as outras meninas solteiras, a reação na família foi também de espanto, mas a revolta não recaiu sobre a vítima e, sim, sobre os agressores. Ao se apresentarem as razões de as vítimas estarem ali naquela situação, a atitude de pais, irmãos e outros parentes dessas moças foi de querer encontrar e ir em busca do agressor. Gislene e Eliane estavam fisicamente machucadas. Cátia apresentou-se inusitadamente acompanhada de uma pessoa desconhecida e, apesar de não exibir marcas físicas muito aparentes da violência, encontrava-se visivelmente abalada psicologicamente. Um pouco da reação da família é apresentada em trechos de suas falas abaixo:

“Minha mãe veio e me trouxe para cá. Os meninos saíram correndo para ver se encontravam o cara, mas não encontraram. Aí me levaram para a delegacia para dar parte” (Patrícia)

“Meu primo que falou que tem que denunciar. Eu falei assim: ‘Nossa já pensou se o pegarem! Nossa, meus irmãos vão bater tanto nele!’.” (Cátia)

“Eu bati na porta e meu pai que abriu. Assim que ele olhou em mim, falou ‘meu Deus!’ e já caiu sentado no sofá. Eu falei ‘que que foi, pai, que que o senhor está sentindo?’ ‘Não. Que que foi pergunto eu. O que aconteceu?’ E aí eu fui contar a história pra ele. Ele ficou revoltado. Subiu lá naquele morro mais meu irmão e cortou aqueles trem tudo” (Eliane)

O morro, debaixo de um pé de esporão, era o local onde Eliane fora estuprada; estava tomado de mato. O pai e os irmãos, não tendo nenhuma pista dos agressores, que foram três, acharam por bem eliminar o mato que servira de esconderijo para os criminosos.

Ao se voltarem para as vítimas, os familiares cobriram-nas de cuidados, como está representado na fala de Cátia.

“Meu irmão o tempo todo comigo tadinho. Nossa, maior força que ele me deu!” (Cátia)

Em resposta à pergunta se na família alguma coisa mudou depois do estupro, algumas falas expressam de maneira direta a relação de proximidade com a família após o estupro:

“Melhorou. Melhorou bem mais. Só melhorou. Parece que ficaram mais carinhosos comigo. Só que não me deixavam sair sozinha mais. Eu não achava ruim não, porque eu não queria sair sozinha mais, nem eu queria mais” (Cátia)

“A única coisa que mudou é que parece que eles ficaram mais amorosos comigo. Meus irmãos, achei que eles iam ficar diferentes, do jeito que eles eram! Mas não. Hoje em dia, aí é que eles são pegajosos mesmo.” (Eliane)

Patrícia, mesmo não tendo sido dirigida diretamente a ela tal pergunta, expressou o mesmo apego à família após o estupro:

“Onde eu vou minha mãe vai comigo, meu pai vai comigo, mas eu não tenho coragem de sair sozinha.” (Patrícia)

Isaura e Lídia, separadas do marido, moravam junto com os filhos à época do estupro. A revolta e o desejo de vingança nos filhos não é diferente do que ocorre nos casos apresentados acima:

“Eu cheguei aqui em casa, eu estava morta de depressão. Aí chamei minha filha; meus filhos estavam de plantão na Rotam. Meu genro saiu com um pau desse tamanho, mas não adiantou não porque ele fugiu ali pela Marechal” (Isaura)

“Meu quarto filho pegou o carro dele, desesperado, andou ao redor para ver se achava uma pessoa daquele jeito pra matar, porque, na hora, se pegar, mata. O que ele queria era ver se achava pra matar” (Lídia)

A reação da família de um modo geral é de acolhimento. Nas tragédias que ocorrem na vida das pessoas, todos querem saber como se deram os fatos. Mas, como se trata de uma história muito dolorosa, a vítima só consegue contá-la aos prantos. Geralmente faz isso, com detalhes, somente na delegacia, porque perguntam. Para parentes e amigos, mostra apenas como foi rendida, as características do agressor, as que pôde ver. Ao voltar para casa, o consolo da família é o do contato, é o conforto dado pela proximidade, pelo sentimento de pena. Mas o assunto se cala, e a vítima guarda consigo o assombro do fato e fica a sofrer sozinha com ele. Só depois de um certo tempo alguém volta ao assunto, mas apenas passageiramente para perguntar se está tudo bem com a vítima.

Uma pessoa que cai doente de modo repentino ou é acidentada, gosta de detalhar o fato ocorrido como algo que ficou no passado, não mais vai incomodá-la, uma vez que deve se vangloriar de ter sobrevivido. Diferente da mulher estuprada, não vê mal nenhum em repetir a mesma história. No caso do estupro, a própria desgraça já fala por si, ao se localizar no interior da própria mulher, de tal modo que externar isso acaba gerando sofrimento. Por isso que toda dedicação dispensada pela família às vítimas inclui o silêncio total sobre o fato, que fica bem guardado, como se tivesse sido esquecido. Com todas as vítimas entrevistadas nesta pesquisa, depois que passou a fase de ebulição dos fatos, ninguém mais se referiu ao assunto do estupro dentro de casa. Depois de um bom tempo, sim, alguém chegou a falar alguma coisa, mas de forma indireta.

Tratando-se de mulheres com vida conjugal, casos de Clarice, Maria do Socorro e Márcia, as atitudes de seus companheiros foram de extrema revolta. Os problemas psicológicos que as mulheres casadas passam a ter afetam a sua relação conjugal, mesmo que haja companheirismo por parte do marido. O marido de Clarice foi bastante compreensivo com ela em relação aos seus problemas sexuais decorrentes do estupro:

“Ele não mudou nada comigo. Às vezes, se mudou foi pra melhor. Toda vida ele foi muito carinhoso, muito atencioso. Aí às vezes quando, talvez, na hora da relação ele queria e eu não... porque se eu lembrar, eu não dou conta de ter relação. Aí eu falo, Preto, olha, não dá. ‘Não, então está bem’ ela fala. Daí ele fica quieto. Nem por isso ele foi me trair” (Clarice)

O estupro havia ocorrido num quarto da casa, enquanto o marido se encontrava rendido por um dos agressores. No entanto, Clarice diz que, por muito tempo, ele não quis saber o que se passara por lá.

“Ele procura não falar. Logo depois que aconteceu, ele não me perguntou nada, que tipo que foi que os caras fizeram, o que que eles tinham feito. Depois de um bom tempo (3 anos) que ele veio me perguntar o que que eles tinham feito, se eles tinham feito só na vagina ou se eles tinham feito outro tipo de coisa. Aí que eu expliquei pra ele. Falei ‘não, só fizeram mesmo na vagina’. Não fizeram sacanagem nenhuma não, a sacanagem foi ter feito. Foi que nem eu falei, eu falei mesmo pra delegada, uma relação forçada, eu não queria e eles fize-

ram, mas eles não me machucaram, eles não me bateram, eles não fizeram nada mais.” (Clarice)

Maria do Socorro, ainda que o marido soubesse do estupro, não dividiu com ele seus traumas sexuais posteriores:

“Eu ficava assim nervosa, fria, tensa. Parece que toda hora eu ficava assim amargurada, com raiva. Tinha hora que eu pensava que era ele (o estuprador) quando vinha meu marido. Quando era o meu marido, eu pensava que era o estuprador. Eu não sei explicar, parece que estava ali e me assustava demais. A gente não tem controle sobre o pensamento, parece que não está nem na gente. Ah, isso acaba com a pessoa!”
(Maria do Socorro)

Segundo Maria do Socorro, seu marido não percebeu o que se passava com ela durante as relações sexuais:

“Com ele não atingiu nadinha. Eu não demonstrava. Ficava só comigo. Eu não falei pra ele o que sentia, porque eu acho que isso magoa muito. Agora que já passou muito tempo que aconteceu, não me atinge em nada, mas se ele fosse uma pessoa que tivesse prestado atenção, ele ia ver que tinha diferenciado alguma coisa nas nossas relações, mas ele não percebeu nada e foi muito difícil para mim, foi difícil agüentar tudo sozinha.” (Maria do Socorro)

Quando tomaram conhecimento do fato, marido e filhos de Maria do Socorro procuraram o agressor, que era conhecido de todos, companheiro de cachaça do marido, encontraram-no em um bar e se empenharam em bater nele.

“Meu marido ficou bravo, ficou revoltado, juntou com mais meus dois filhos, juntou meu cunhado, meu sobrinho e ainda deram um cacete nele, quebrou um taco na cabeça dele, mas nem machucar não machucou, parece que o trem tinha o demônio. Bateram nele, só não mataram. Meu cunhado enfiou a faca nele, envergou, mas não entrou. Parece que ele tem uma oração forte. Não bateram muito nele porque ele pulou e correu. Na delegacia, pegaram ele. Ele ficou preso não sei quanto tempo, porque naquela época eu estava muito angustiada. Eu sei que ele foi preso, depois soltaram, depois ele foi preso de novo. Aí teve que vender esse lote aqui pra pagar para sair da prisão.” (Maria do Socorro)

Um problema enfrentado por mulheres vítimas de estupro é o da culpa e da desconfiança em sua palavra quando diz que não lhe interessava aquele ato sexual, que ele foi forçado. Em relação à mulher assaltada por um estuprador com todas as características de um criminoso de rua, a desconfiança na palavra da vítima costumeiramente é descartada. Porém, a culpa possivelmente subsiste na reprovação de algum comportamento seu que a expôs à violência, como no caso de Valéria que foi relatado anteriormente, em que a mãe interpretou o ato praticado contra a sua filha como fruto da desobediência, por isso a espancou mesmo ela

tendo chegado em casa bastante machucada. Essa culpa pode remoer a auto-estima da vítima e aumentar ainda mais o seu sofrimento. No caso de uma mulher casada, a presença de qualquer sinal de culpa traz sérias crises conjugais. Para Márcia, sua culpa foi abrir a porta para o vizinho, altas horas da noite. Um vizinho que não levantava qualquer suspeita, sempre esteve em sua casa jogando baralho com o marido até tarde da noite.

“Eu confiava nele. Ele era de dentro de casa. Nem tinha passado pela minha cabeça que ele tinha pulado o muro, porque de vez em quando a gente esquecia o portão aberto. Então, não tinha passado pela minha cabeça. Uai, tinha dia que era uma hora da manhã, ele estava aqui jogando truco com o meu marido. Era amigo de ir pras beiragens de córrego, então, não pensei mal nenhum. Que mal que você vai pensar de uma pessoa de dentro da sua casa? Então, não pensei mal nenhum não. Ele chegou dizendo que ia me contar um negócio do meu marido e então fiquei curiosa, porque meu marido, eu sabia que estava com malandragem. E a gente quando é traída, a gente quer saber de tudo quanto é jeito. Aconteça o que acontecer, a gente quer saber. Então, pensei nada não. O que meu marido contava pra ele, ele ia e me contava. Eu pensei que era só um gesto de amizade, mas não sabia. Ele foi me agarrando à força hora que eu abri a porta. Ele foi me agarrando e falando que não era nada disso que ele era apaixonado por mim.” (Márcia)

Márcia caiu numa armadilha e ainda não conseguiu se desembaraçar. Ela vive uma situação de terrível desconforto. Por dois meses, não contou a ninguém, a não ser à irmã. Tentou esconder do marido até quando não mais conseguiu. Quando chegou à delegacia, as provas materiais do crime já tinham sido desfeitas. O contexto em que ocorreu o estupro a deixou numa situação ambígua. Era o seu próprio vizinho e havia aberto a porta para ele tarde da noite.

É comum, em estupros praticados por pessoas conhecidas, a vítima não partir de imediato para atitudes extremas como gritar, pedir ajuda. Em se tratando de um criminoso de rua ela não pode fazer isso, porque tal pessoa já demonstra um comportamento ameaçador. Mas justamente quando se trata de alguém de sua convivência é que a reação se torna algo bastante complicado. Ela pode chamar a atenção das outras pessoas e, na sua presença, o agressor simplesmente negar o fato. Márcia, diante da aflição em que vive, sente arrependimento por não ter prontado um escândalo.

“Eu fiquei parada muito tempo depois que ele saiu, pensando. Aí hoje é que eu penso: gente, por que que eu não chamei a polícia, não liguei? Podia ter gritado até a mulher dele escutar. Não pensei. Porque eu lutei muito com ele e perdi as forças.” (Márcia)

A surpresa da abordagem por alguém que a vítima sempre conviveu causa-lhe espanto e traz incredulidade. A princípio, é difícil ela acreditar que aquilo vai realmente acontecer, possivelmente imagina que

reagir com muita gritaria como se estivesse sendo atacada por um criminoso de alta periculosidade vai ser vexaminoso. Essa atitude traidora do agressor que tem convivência com a vítima é que, no primeiro momento da abordagem, contribui para rendê-la mais facilmente, sem uso de arma. Até onde se conhece, pelos registros da delegacia, apontados inclusive na tabulação estatística, no capítulo 4 desta dissertação, os casos de estupro por conhecidos são realizados sem utilização de qualquer arma para abordagem da vítima.

Assim que Márcia contou ao marido, ele deu a ela bastante apoio. Ele entendeu que se tratava mesmo de um estupro. O estado psicológico em que Márcia se encontrava já vinha denunciando algo grave ocorrendo com a mulher, mas ela não revelava o que era. Quando resolveu contar, o fez por telefone. No mesmo momento, o marido, que era policial militar, saiu do serviço e veio para levá-la para a delegacia da mulher. O marido contratou um advogado e o casal passou a viver em torno da busca de condenação. Mas essa ansiedade por uma luta vã trouxe muita desesperança e fez aflorar a culpa, causando muita angústia. Passaram a viver o inferno juntos. Márcia tornou-se uma pessoa nervosa e o marido não teve mais paciência.

“Aí lá na delegacia ele me levou para fazer as coisas que a gente tem que fazer. No começo, a reação dele [do marido] foi me ajudar. Mas hoje, até hoje em dia, quando ele via, ele me xingava, xingava ele, o homem. Xingava demais. Meu marido me agrediu também, me batia por causa disso [aos soluços]. Ah, não, por que que eu fui abrir a porta, ele falava, me deu murro muitas vezes dentro do carro, porque eu não

contei pra ele logo, porque de repente esse homem podia até matar ele pelas costas e ele não sabia. Mas eu não conseguia contar. Como é que eu ia falar? Não tinha jeito. Aí eu era imprensada de um lado por ele [o marido]. Era imprensada de outro lado por outro. Tinha medo desse outro pegar e matar meu marido, tinha medo desse [o marido] pegar e matar e ele. Como ele é militar, podia bagunçar a vida dele. Aí depois como é que meus filhos iam viver? Eu penso muito nisso, porque eu tenho muito medo de meus filhos não serem gente. Então eu pensava, eu penso, não pensava não, eu penso muito nos meus filhos.” (Márcia)

Simone, que fora estuprada por ex-namorado e a polícia o prendeu em flagrante, com o tempo foi perdendo a fé na justiça. O agressor foi preso em flagrante. Posteriormente, recebeu uma condenação, que, pelas características apresentadas por Simone, trata-se de uma prisão-albergue.

“A delegada me explicou que não ia ser preso porque ele não tinha nenhuma ficha antes. Mas que eu avisasse pra ela que ele estava mexendo de novo comigo. Ele ficou ligando várias vezes na minha casa, me implicando, mas eu não voltei mais lá na delegacia porque não quero mexer mais com isso. O jeito que essa pessoa é, ele pode até me matar, matar meus filhos, é disso que eu tenho medo.” (Simone)

Simone não teve mais sossego com o seu algoz ligando para sua casa e prejudicando sua relação com o marido. Certa vez este chegou a atender o telefone ouvindo todo tipo de obscenidades. Moravam Márcia

e o marido na casa da mãe dela, mas tiveram que se mudar para não depararem mais com o agressor. Acha que a melhor solução foi mesmo arranjar alguém para viverem juntos, precisava de a qualquer custo se ver livre do ex-namorado. Na sua opinião, era fundamental a proteção de um homem.

“Com esse homem me perturbando o tempo todo, foi a hora que o Francisco veio pra me ajudar. Agora que ele está comigo, ele [o agressor] não amolou mais. Então, pra mim foi o jeito que eu tive pra conseguir ser mais feliz. Eu preciso de ter um marido, também pras pessoas parar de ficar falando mal de mim. Ele veio na hora certinha pra me ajudar. Mas, hoje, eu tenho é medo de homem, se eu me separar e tiver que arranjar outro, eu não consigo mais” (Simone)

Simone fala de uma proteção masculina a ser dada à mulher que, segundo Susan Brownmiller (1993), se origina na constituição da família na história da evolução humana:

Desapontada e desiludida com a inerente incapacidade feminina de se proteger, ela se tornou alienada, no sentido verdadeiro, das outras fêmeas, um problema que persegue a organização social das mulheres até os dias de hoje. E aqueles que assumiram a obrigação histórica da sua proteção — mais tarde formalizados como marido, pai, irmão, clã — extraíram muito mais do que migalhas. Eles reduziram seu *status* ao de coisa possuída. O preço histórico da proteção feminina pelo homem contra outros homens foi a im-

posição da castidade e da monogamia. Um crime cometido contra o seu corpo tornou-se um crime contra a propriedade masculina.⁴
(p. 17)

Para tentar proteger a mulher, resguardando-a em casa, uma série de proibições foram criadas. Considerando-se os perigos urbanos a que a mulher fica sujeita, uma tragédia como o fato do estupro tende a fazer renascer os valores da família patriarcal e a mulher se sente na necessidade da presença masculina para obter proteção. Até certo tempo no Brasil, como em todo o mundo ocidental, o estupro não era considerado um crime contra a mulher, mas um crime contra a família e, mais especialmente, contra aqueles que a protegem. Mesmo, hoje, o crime ter tomado um outro caráter, o de que ofende a própria pessoa, ainda se percebe que quando uma mulher da família é estuprada, esta família se faz muito presente.

Como se viu em todas essas falas, a presença da família é fundamental no processo de superação do trauma do estupro. Seja na vida conjugal ou ainda vivendo com os pais, a vítima de estupro carece mais do que nunca do apoio familiar. Isso remete à questão institucional, uma vez que a família tenta restabelecer algo perdido. Quando as moças falam que seus irmãos e pais ficaram mais carinhosos com elas, há que considerar que elas também se tornaram mais dependentes para merecerem

⁴ Disappointed and disillusioned by the inherent female incapacity to protect, she became estranged in a very real sense from other females, a problem that haunts the social organization of women to this very day. And those who did assume the historic burden of her protection – later formalized as husband, father brother, clan – extracted more than a pound flesh. They reduced her status to that of chattel. The historic price of woman's protection by man against man was the imposition of chastity and monogamy. A crime committed against her body became a crime against the male estate.

toda esta atenção. É como se fosse restabelecido um elemento básico da concepção que a sociedade tem da mulher — a fragilidade.

3. A vítima e o ambiente externo, não-familiar

As informantes dessa pesquisa, ao relatarem a sua experiência, comumente expressam uma forte presença da sociedade – representada nos vizinhos, colegas de trabalho e parentes. Mesmo para aquelas vítimas que procuraram não deixar estender muito a notícia do fato, incomoda-lhes a sociedade em abstrato, representada pelo medo à exposição pública de sua intimidade roubada. Muitas vezes essa exposição ocorre sem que a vítima tenha tido tempo para refletir e tomar alguma providência, como demonstra Cátia, ao ser perguntada sobre como os vizinhos ficaram sabendo do que lhe acontecera:

“Olha, eu tinha contado pra Áurea. Era uma vizinha minha aqui. Moça, depois ela contou pra todo mundo!” (Cátia)

Para o caso de Patrícia, o jornal foi o veículo de divulgação eficiente entre vizinhos, parentes e amigos de escola. Os pais haviam justificado o gesso na perna quebrada devido a acidente de carro, mas quando saiu o fato no jornal, com as suas iniciais, não foi mais possível esconder.

Os vizinhos daqui tudo ficaram sabendo pelo jornal. Se não fosse o jornal poucas pessoas daqui iam ficar sabendo, por-

que quando aconteceu, só na casa que eu fui e mais um pessoal daqui que ficaram sabendo. Mas veio o jornal e todo mundo ficou sabendo. (Patrícia)

Trechos da fala de Cátia mostram a preocupação com o outro, mesmo que não explique exatamente por que incomoda a exposição pública do seu caso:

“Olha, as pessoas que ficaram sabendo tipo lá na firma do meu irmão ninguém falou nada pra mim, nunca ninguém falou nada. Eu fico com vergonha. Até hoje eu fico com vergonha de encontrar o Galego e outras pessoas que trabalham lá. Até hoje, eu fico com vergonha de encontrar com eles. Mas ninguém nunca me falou nada.” (Cátia)

Perguntada sobre o motivo dessa vergonha:

“Eu fico com vergonha. Saber que eu já fui estuprada, que passei por isso, eu fico com vergonha. Se tivesse sido só natural, eu não teria vergonha, mas que foi estuprada, eu tenho essa vergonha. Às vezes, quando eu chego, converso com o Marcos, ele me trata superbem: ‘E aí, meu amor, saudade de você’. Ele e os outros meninos de lá da firma, eu tenho uma certa vergonha de todos eles.” (Cátia)

Ao querer saber se ela sabe explicar essa vergonha:

“Não, não sei explicar porque aconteceu isso comigo. Poderia ser um segredo, você não acha? Mas não foi. Na hora ficaram sabendo, todo mundo ficou chocado com aquilo, com aquela situação toda, mas poderia ser um segredo, poderia guardar esse segredo. Só que eu tinha que fazer alguma coisa. Lá no Flamboyant, a mulher me levou até o meu irmão e já contou tudo. Eu fui pensar depois, poderia ter sido um segredo meu e dos meus irmãos, da minha família. Não queria contar isso pra ninguém, não queria que ninguém ficasse sabendo disso, porque é vergonhoso. Eu já escondi de muitas pessoas, porque não preciso ficar falando isso também pra qualquer pessoa. O Wilson [namorado] mesmo ficou sabendo bem depois.” (Cátia)

Isaura da mesma forma tem receio da exposição pública. Ela diz que continuou seu trabalho normal, atendendo as pessoas, sem que ninguém notasse o seu estado psicológico. Ela cuidava de uma venda. Ao ser perguntada sobre as razões pelas quais tentou esconder das pessoas, responde:

“Porque eles conversam demais, um passa para o outro, outro passa para o outro. E aí fica uma coisa tão indecente! Eu já vi acontecer isso com os outros: o mundo inteiro sabe, faz um escândalo, torna-se um debocho. Então, as coisas com mais calado são com mais respeito.” (Isaura)

Ela se referiu a casos que viu ocorrerem com outras pessoas, daí veio-lhe a pergunta da entrevistadora, querendo saber mais dela sobre esses casos:

“Ah esses estupros horrorosos. Já aconteceu com gente que eu conheci assim por longe. A pessoa queria até se suicidar. Todo mundo falando. Ihh. As pessoas falando: ‘Ah! por que que você não avançou, porque você deixou fazer essas coisas com você?’ Como é que você vai dominar bandido? Tem condições? Como essa médica mesmo aí do Hospital Infantil⁵. O que ela vai fazer? Ela está deitada lá na cama de madrugada. O cara chega, fala que foi roubar, depois ‘ah não! vi ela deitada, me deu vontade de fazer sexo’. É um bandido, um safado, um sem vergonha. Hoje ela anda numa depressão horrível, porque tem uma amiga minha que trabalha lá e fala: ‘Oh!, Isaura, tem dó dela, ela está numa depressão’. Falei: ‘Mas não! isso passa’. Só que todo dia ficar falando. Aquilo vai atormentando a cabeça da gente. Então, o silêncio dá mais paz pra gente. O silêncio dá mais paz. Eu acho que tem muita coisa que você não precisa declarar para o mundo inteiro não.” (Isaura)

Marcilene evitou até que seus pais, morando em outro Estado, ficassem sabendo do que lhe acontecera:

⁵ Caso amplamente divulgado pela imprensa em Goiânia sobre médica que foi estuprada nas dependências do Hospital Materno-Infantil em janeiro de 2001.

“Lá na delegacia, alguém perguntou se queria que saísse no jornal. A patroa e o irmão dela disseram que de jeito nenhum, porque senão até meus pais no Mato Grosso poderiam ficar sabendo. Agora, se tivesse saído no jornal, muita gente daqui do setor ia ficar sabendo e ia acontecer isso aí que acontece com outras várias.” (Marcilene)

O estupro ocorrido com Marcilene não foi exposto publicamente, não saiu em jornal, e ninguém da vizinhança ficou sabendo. As poucas pessoas que tomaram conhecimento do fato, como seu irmão que mora em Goiânia e a dona da casa para quem trabalhava na época, não contribuíram para afetar sua imagem diante da sociedade. No entanto, ela acredita que seria bem diferente se, ao contrário, seu caso tivesse sido exposto publicamente. Perguntada sobre o que as pessoas poderiam pensar dela depois do estupro:

“Só pena mesmo. Eu achei que as pessoas só tiveram pena. Em nenhum momento, senti que elas me viam diferente. Tem pessoas que sentem nojo da pessoa que foi estuprada. Acha que a pessoa é diferente, fica aquela coisa: ‘Ah, foi estuprada!’ Uma menina onde nós fomos fazer o exame, muita gente soube o que aconteceu com ela. Então as pessoas ficavam falando. Foi ela que contou” (Marcilene)

Lucia também expressa o mesmo receio da exposição pública. O seu caso não saiu em jornal.

“Sei que não saiu no jornal não. O que é melhor, não é mesmo? A gente tem o nome a zelar, você não acha? Uma empresa, um nome a zelar, não é mesmo? Acho que se tivesse saído em jornal ia ser muita a vergonha. Ah, muita vergonha mesmo. A gente fica envergonhada.” (Lídia)

Ela fala das conseqüências se o caso dela saísse em jornal, se, por exemplo, as pessoas deixariam de procurar sua empresa.

“Não deixariam de vir, mas o ser humano é muito complexo. Então, umas coisas dessas daí dão muito motivo, às vezes, de dor, mas muito de gargalhadas também, não é?, abuso, sei lá. O silêncio ainda é melhor. Ninguém vai dar jeito mesmo.”
(Lídia)

A preocupação dessas duas informantes em não se expor é legítima, devido ao prejuízo social que experimentam aquelas que têm seu caso exibido publicamente. As duas moças entrevistadas para esse trabalho que estavam matriculadas na escola abandonaram os estudos, em função da vergonha que passaram a sentir diante das pessoas. O que não ocorreu com outras duas meninas, Leandra e Mila, também estudantes, sobre as quais conversei somente com as mães. Diferente de Patrícia e Valéria, elas tiveram o caso reservado do público e por isso não houve retrocesso em seus estudos em função do estupro. Patrícia e Valéria, depois que o caso delas foi relatado em jornal, a notícia do estupro chegou até suas escolas. Patrícia revelou, após a entrevista, que na sua escola

todos ficaram sabendo o que aconteceu e que suas professoras foram até a sua casa para convidarem-na para apresentar publicamente o seu depoimento. Ela não voltou mais à escola depois disso. A razão se expressa na frase seguinte:

“É que fica uma imagem de que o mundo inteiro está sabendo.” (Patrícia)

A revelação pública para Valéria teve conseqüências ainda mais drásticas, uma vez que, sem pedir a sua permissão, a coordenadora, numa reunião da escola, falou em público sobre o estupro que lhe havia ocorrido. Ela relembra o que a coordenadora falou ao microfone:

“Ela falou que na escola tinha uma pessoa que foi estuprada porque estava tarde da noite na rua e quem fica na rua uma hora daquelas só pode querer isso. Falou no microfone e apontou para mim. Todo mundo estava participando da reunião, todos alunos e professores. Aí depois os meninos começaram a fazer piadinha, a falar, então, eu parei de estudar. Se não fosse por isso, eu continuava estudando, porque eu gostava muito daquela escola.” (Valéria)

Eliane, embora afirme que a notícia do estupro não chegou a sua escola, também parou de estudar. Ela não tomou conhecimento de que tenha sido divulgado em jornal, mas independente disso, toda a sua vizinhança ficou sabendo. Ela foi encontrada por um amigo na rua, quando,

sem enxergar quase nada devido a uma contusão nos olhos, tomava o rumo contrário a sua casa. Ficou com a família desse amigo até amanhecer o dia. Estava visivelmente machucada no rosto; não teve condições de esconder o fato. Resolveu se mudar para casa de parentes no interior do Estado, onde ficou por um ano. Quando retornou à casa dos pais, não voltou mais para a escola; com pouco tempo se casou com o primeiro namorado que teve depois do estupro.

Procurando saber de uma informante, agredida por desconhecido dentro de sua casa, qual seria a diferença quanto ao comentário das pessoas, se no lugar de um estupro, tivesse ocorrido um assalto, ela respondeu:

“Acho que no assalto as pessoas iam ficar mais do meu lado. Agora como foi estupro, ficam falando que eu poderia ter deixado, que eu poderia ter ligação. Como que eu ia deixar um homem entrar, um homem que eu não conhecia? Acho que num assalto eles ficariam mais do meu lado, porque ficaram é falando para os vizinhos, fofocando, mas eu não ligo.” (Gilceia)

Nenhuma das mulheres entrevistadas para essa pesquisa verbaliza arrependimento por não ter reagido ao estupro. As suas razões sempre enternecem o interlocutor. Porém uma violência que acontece escondida dos olhares externos tende a gerar dúvida nos que não se somam ao sofrimento das vítimas, seja acolhendo-as no momento de desespero, seja ouvindo a sua lamentação posterior. Para as pessoas de fora, sempre sobra alguma dúvida quanto ao comportamento da vítima.

Se uma sociedade entende que determinado ato é proibido, é porque ele é “especialmente importante para o controle social, é uma variável positiva, o sentimento de vergonha. Ou seja, a vergonha figura na maioria das interações sociais porque os seus membros podem só ocasionalmente senti-la, mas estão constantemente a antecipá-la”.⁶ (Scheff, 2001) Esse sentimento de vergonha que a mulher tem depois do estupro precisa ser investigado quanto aos valores sociais nele presentes. Na fala acima de Gislene nota-se a presença incômoda de outros que lhe imputam alguma culpa. Para Eliane, o outro aparece para lhe impingir uma marca que a diferencia do que ela era antes do ocorrido:

“As pessoas de fora, muitas vezes, passavam perto de mim e falavam: ‘É, Eliane, você agora já não é mais a mesma’, parecendo que estavam curtindo.” (Eliane)

O prejuízo social da vítima é evidente, pelo que se percebe do contato que ela tem com as pessoas de fora do seu convívio mais íntimo. Nenhuma das duas informantes apresentadas acima escapou dos maliciosos olhares externos. Gislene, que não sofreu outras agressões além da conjunção carnal forçada, teve sua palavra posta em dúvida pela vizinhança. Em Eliane, as marcas físicas da violência – ela ficou visivelmente machucada – parecem tê-la isentado de alguma culpa, mas a sociedade ainda imputou-lhe uma marca, que a diferencia das demais moças, como

⁶ Especially important for social control is a positive variant, a sense of shame. That is shame figures in most social interaction because members may only occasionally feel shame, but they are constantly anticipating it.

algo a atormentar-lhe, “já não é mais aquela mocinha”, segundo sua própria expressão.

Se as pessoas têm essa atitude estigmatizadora em relação à mulher estuprada, é porque partem de uma noção geral que normalmente se tem do estupro, mesmo quando é notadamente claro que se tratou de um ato forçado, como se vê no resultado de pesquisa realizada no Distrito Federal:

Mesmo que a maior parte dos entrevistados entenda que o estuprador é o único responsável pelo crime, atribuem à agredida uma certa co-responsabilidade que encontra fundamento em suas circunstâncias de vida, como ser mulher bonita ou trabalhar à noite, ou nas suas opções desviantes, como o modo de se vestir e de agir. (Suárez, 1999: 95)

Seja esquivando-se dos olhares maldosos ou tentando ocultar o fato, e até mesmo tendo que repetir a torturante história, a vítima de estupro é instada a enfrentar um lado negativo do convívio social. É nesse contato com a vida social que o sentimento de vergonha se faz presente. E este existe como consequência de um estigma atribuído às vítimas. Provavelmente, em função desse estigma, é que há tantas mudanças de expectativas na vida de moças mais jovens, ainda não casadas, vítimas de estupro.

Vigarello (1998), estudando casos de estupros, nos séculos XVI e XVII, observa que as adolescentes ficam

fisicamente estigmatizadas, depreciadas como um fruto corrompido, ferimento ainda mais grave uma vez que a virgindade pode fazer a diferença entre as mulheres dignas e as que não o são. (1998, p.35)

Na história das mulheres, tem-se conhecimento do caminho que se faz da perda da virgindade à contração do estigma. A adolescente desvirginada fica impura aos olhos da família e ela se torna degradada socialmente (Esteves, 1989). Mesmo não tendo exatamente os mesmos efeitos de antes, ainda se constatam, no presente, problemas semelhantes a esses do passado. Alguns sonhos de menina são descartados, pelo que se percebe na fala de Eliane, que ainda era virgem quando foi arrastada por três homens para um matagal. Ela não se casou na igreja em função do estupro, mas sempre teve esse desejo.

“Depois que aconteceu isso aí eu não quis me casar na igreja mais não. Meu pai também disse que era melhor pra mim. Ele disse que aí eu não ia poder vestir de branco mais, não sei o quê. Então, se não for para eu vestir de branco eu não quero também não.” (Eliane)

Mesmo diante da evidência de que não existe mais essa exigência para o casamento religioso, constata-se que valores como o da honra, de que a virgindade seria expressão, perduram de uma forma oculta, dissimulada. Que as moças têm relações sexuais antes do casamento, isso é evidente na sociedade atual, mas é algo que ocorre dentro de um grau de

liberdade e intimidade que a sociedade urbana oferece. A verdade é que as pessoas não se ocupam tanto mais dos detalhes da vida alheia nos centros urbanos. Virgem ou não, a noiva representa todo o ritual próprio da virgindade: veste-se de branco, para simbolizar pureza, sobe ao altar, toma a aliança e sai em lua de mel. Porém o estupro, quando tornado público, traz à tona essa verdade. Depois que Eliane ouviu de seus vizinhos que não “era mais a mesma mocinha”, seria talvez constrangedor para a família se insistisse em subir de branco ao altar.

Ao procurar explicar essa atitude das pessoas diante de um valor que parece já esquecido, o estudo de Maria Luiza Heilborn (1999) traz uma contribuição em relação aos valores relativos à sexualidade hoje. A autora faz uma análise a partir de um material etnográfico do tipo história de vida, com cerca de 80 entrevistas, enfocando as práticas e valores sexuais relativos ao gênero, realizadas com homens e mulheres entre 20 e 45 anos. Embora as mulheres tenham hoje adquirido a liberdade de manter uma vida sexual antes do casamento, a consideração que o homem faz da mulher revela valores que remetem à virgindade:

As categorias de classificação do feminino opõem as mulheres ‘fáceis, que ‘dão mole’, ‘piranhazinhas’, e as mulheres ‘para casar’. Esse parâmetro ordena o modo como os homens se aproximam das figuras femininas. Ainda que as relações estejam organizadas por um princípio de valorização do masculino – ou, como quer Bourdieu (1998), de dominação –, o exercício dessa assimetria não se faz facilmente. É crucial manter-se nessa posição de quem tem as rédeas da situação,

embora isso signifique muitas vezes as ter de fato (Heilborn, 1999, p. 45).

A autora faz algumas constatações quanto ao contato entre homens e mulheres:

Falar de sexualidade, em certo sentido, passou a provocar menos constrangimento. Contudo, isso não alterou a diferença da abordagem do tema entre homens e mulheres – persiste ainda um quadro de ‘dominação masculina’ (Idem, p. 56)

Ela explica também que, para a mulher, a primeira relação sexual significa uma perda, enquanto para o homem um amadurecimento, uma conquista. As mulheres atribuem um significado diverso daquele atribuído pelos homens em relação à entrada na vida sexual: “Casamento, filhos e casa são valores centrais em seus projetos de vida” (Ibidem, p. 54).

Embora, como consequência, fortaleça os laços familiares, o fato do estupro afeta até as relações da vítima com algumas pessoas de fora da família, principalmente se namorado. Patrícia terminou o namoro depois de três meses e não quis ter outro tão cedo. Cátia, daí um mês, também fez o mesmo. Ela explica as mudanças que aconteceram com o seu namoro após o estupro:

“Mudou. Eu acho que mudou, sabe. Ele ficou um pouco descontente. Depois que teve o estupro, eu mesma fiquei com aquela coisa, não queria ir com ninguém, você entende? Aí acabou o namoro. Eu não queria, não queria ninguém na minha vida.” (Cátia)

Com Valéria, problema com namorado veio depois, uma vez que não estava namorando ninguém na época que aconteceu o estupro.

“Tive um namorado depois, mas ele terminou comigo porque as pessoas falavam mal de mim. Ele terminou por isso. Ele me falou: ‘As pessoas falam muito mal de você, Valéria’. Depois desse, tive outro, mas terminou também comigo. Eu contei a ele tudo o que aconteceu. Ele falou pra mim que estupro não existe, isso acontece porque a mulher quer. Se ele pensa assim, então não serve pra ficar comigo, foi melhor ir embora” (Valéria)

Mulheres estupradas por conhecidos, entrevistadas nesta pesquisa, modificaram extremamente suas relações sociais com a vizinhança. Natássia e Márcia foram vítimas de estupro praticado por um vizinho delas. Márcia, como já foi visto na análise de sua relação na família, teve sérios problemas conjugais, porque foi estuprada por um vizinho que bateu à sua porta tarde da noite. Em relação à pergunta sobre o conhecimento que a sua vizinhança tem do fato, ela responde:

“Não sabem a verdade. Eles sabem outra coisa. A filha dele [estuprador] deu entrada no fórum lá, foi lá na delegacia da

mulher, disse que eu estava ameaçando ela, quando eu fui lá e dei um tapa na cara dele lá no bar. O filho dele veio cá e quebrou meu portão e ainda quebrou minha porta. Eu entrei pra dentro. Ela disse que eu estava ameaçando ela. Então, foi o recurso que ela achou pra ver se me intimidava, pra eu parar com o processo. Sabe o que ele fazia? Ele vinha aqui à porta da minha casa e encarava meu marido. Depois do tapa que eu dei na cara dele, ele encarava meu marido. Depois do que ele fez, ele passava aqui na porta daqui de casa, encarando o meu marido. Então, pra quê? Pro meu marido dar um tiro nele, fazer alguma coisa” (Márcia)

Percebe-se a dramática situação vivida por Márcia, que tem que suportar seu estuprador morando perto de sua casa, não sendo considerado um criminoso, tendo até uma família normal. Na verdade, é ela e seus filhos que estão presos dentro de casa, com medo das pessoas. Um portão bem fechado e sensor de presença foram providências tomadas após o estupro. Ela se mudou por um tempo, para se ver livre da vizinhança atormentá-la, mas teve que voltar para o mesmo local, onde não paga aluguel e tem a escola dos filhos mais próxima de sua residência.

“Eu mudei nove meses. Lá estava bem melhor, porque eu mudei de igreja, conheci gente diferente, ninguém sabia da história. Eu estava bem melhor, vivia noutra vida. Aí voltei pra cá, voltou o sofrimento todinho de novo.” (Márcia)

Para Natássia, outra vítima que foi estuprada por um agressor conhecido, vizinho seu, a presença dos vizinhos não a incomoda tanto, uma

vez que se resguarda em sua igreja evangélica e é nela que considera o seu principal ambiente de convivência. Mas, se dependesse da vida na vizinhança para o seu estar no mundo, certamente enfrentaria muitos problemas. Não é nada agradável o encontro casual com o seu agressor na rua, e certa vez o ouviu dizer para um amigo: “Foi essa aí que eu te falei”.

Às vítimas que são estupradas por conhecidos somam-se dois problemas graves que afetam o seu equilíbrio psicológico: a censura da vizinhança e o agressor, que continua a violentá-la com a sua presença no meio em que ela vive. O agressor continua sendo uma pessoa normal e o crime que praticara só é assim reconhecido no íntimo da vítima. Esse estuprador geralmente tenta transmitir dela uma imagem desagradável. E por um reforço da sociedade, representada pela sua vizinhança, é ela que fica sendo rechaçada moralmente.

Pouca gente ficou sabendo, teve gente daqui que ficou sabendo. Depois disso, tiveram uns engraçadinhos que começaram a mexer comigo. Acho que eles pensaram que aconteceu porque eu quis. Então, alguns, eu não falo todos, mas alguns vieram com falta de respeito pro meu lado, sei lá, perguntando onde que eu fui, como é que foi, perguntando os detalhes. Só que aí eu nunca conversei com ninguém mesmo, eu cortava e saía de perto. Só uns meninos aí que andavam com ele, amigo dele, parentes dele. Só eles que ficavam com gracinha comigo. Fora isso, o povo daqui nunca fez nada não. Porque ninguém ficou sabendo. (Natássia)

Simone foi estuprada por um ex-namorado. Ele surgiu em sua casa, conversou um pouco com ela e chamou-a para sair. Ela se recusou dizendo que tinha que olhar os filhos, uma vez que a mãe iria para a igreja. Ele disse que ela iria de qualquer maneira e no mesmo instante a puxou pelos cabelos, tapou sua boca e a colocou na frente de sua moto e deu partida.

“Foi muito rápido, pra buscar ajuda, para gritar, foi muito rápido. Foi questão de minuto. Ele já saiu assim me agarrando pelo cabelo me puxando, e já foi tampando a minha boca e já foi dando chute na porta. Ali ou eu ia ou acontecia o pior ali dentro. Então, pra não acontecer o pior dentro da minha casa, que seriam os meus filhos e minha mãe, eu tinha que ir. Fui. Só que chegando lá, era num mato deserto. Ele estava com uma garrafa de bebida debaixo daquele negócio da moto. Ele quebrou um pedaço dela e falou pra mim que se eu não fizesse tudo que ele quisesse ele ia socar, ia entranhar aquela ponta da garrafa no meu peito até ver sair do outro lado. Aí eu com muito medo, tentei correr, mas ele me pegou. Gritei, mas não tinha ninguém na rua. O mato era deserto de gente. Até chegar na rua era bem fechado. Ele me violentou, me bateu. Fez tanto na frente como atrás, oral, foi tudo. Fez tudo com a ponta da garrafa na mão. Ele fez tudo que ele queria que fizesse, e eu chorando, a minha roupa toda rasgada, toda suja. Arrancou até sangue em mim, porque ele me estuprou atrás e eu nunca tinha feito isso. Foi uma dor que eu nunca vi na minha vida. Acho que é pior do que você levar uma facada.” (Simone)

O horror dessa cena contrasta com o que o boletim de ocorrência registrara para o caso de Simone. Lá está escrito que ela acompanhou o namorado até um motel e foi obrigada a ter conjunção carnal, penetração anal e sexo oral. Ao voltar, a polícia mandou parar a moto e ela aproveitou para denunciá-lo por estupro. Simone conta que a polícia estava chegando quando o seu ex-namorado saía com ela do meio do mato, com medo, não falou nada, mas tentou acenar para os policiais que algo estava acontecendo. Então, eles perguntaram se ela havia sido estuprada e ela respondeu que sim e foram levados para a delegacia da mulher.

Outra vítima, Natássia, que só procurou a delegacia depois de uma semana do ocorrido, não conseguiu recuperar sua história através das provas materiais do crime. Mas nos dois casos, os enganos cometidos pelo boletim de ocorrência em relação aos fatos revelam o quanto custa para as pessoas acreditarem na existência de um estupro provocado por uma pessoa da convivência da vítima. No caso de Simone, a polícia chegou no mesmo instante em que o agressor ia retirando a moto do meio do mato. Esse flagrante contribuiu para que a história verdadeira não fosse perdida. Mesmo tendo sido efetivado o flagrante, ainda assim, se cometeram todos aqueles erros no registro do estupro ocorrido com ela.

Sem o detalhamento necessário, essas histórias ficam mal interpretadas. Foi o que também ocorreu com Natássia no dia em que procurou o serviço de psicologia num Cais em Goiânia. Ela estava ali em função de uma série de exames que deveria fazer e foi encaminhada também para o serviço de psicologia.

“A psicóloga perguntou como que aconteceu, perguntou se eu tinha gostado, se eu achei interessante e tudo. Ela fez um monte de pergunta que não tinha nada a ver. Eu falei que nunca imaginei que eu ia passar por isso. Ela não deixou minha mãe entrar. Eu entrei sozinha. Ela falou que era pra eu me prevenir, mandou eu ir ao médico, num ginecologista, pra eu tomar anticoncepcional na época. Ela foi até um armário, pegou um tanto de camisinha e me deu. Aí ela falou assim, ‘agora você pode ir, você só tem que se prevenir mais’.”
(Natássia)

Assim interpreta Natássia a atitude dessa psicóloga:

“Eu não sei o motivo de ela ter me dado camisinha. Eu acho que ela fez pergunta se eu tinha gostado pensando que eu quis, que eu fui porque quis. Eu acho que na cabeça dela ela deve ter pensado isso, mas eu nem quis saber dela não. Eu fiquei encabulada, sem palavras. Eu nem quis comentar mais, eu quis é esquecer esse lugar que eu fui.”

Natássia e sua mãe estavam cansadas. Ficaram o dia inteiro nesse lugar para que a filha fizesse todos os exames necessários à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A mãe, ao saber do que ocorrera lá dentro do consultório psicológico, fala sobre isso com revolta:

“Eu achei aquilo um absurdo. Eu falei, para o Roberto, meu marido, que a mulher tinha dado um monte de camisinha pra prevenir. Achei aquilo esquisito. A não ser que eles não estão acostumados com moça virgem. Às vezes querem assim que

todo mundo faça sexo, mas tem opção de pessoa por pessoa. Deu um monte de camisinha e mandou ela prevenir. Um absurdo! Então, quer dizer que a moça tem que ficar saindo com camisinha, porque se o estuprador vir, vai mandar ele usar camisinha? Nunca entendi aquele monte de camisinha que a mulher deu pra ela. Não entendi a médica não.” (Mãe de Natássia)

A complexidade da história das mulheres estupradas por conhecidos não consegue ser abarcada numa exposição rápida do fato. Talvez, no afã de atender muitos pacientes na fila de espera, o profissional de saúde contenta-se com o resumo da história, mas a pequena duração da consulta não é suficiente para examinar a história de vida da paciente e nem os detalhes do estupro. É possível que a psicóloga tenha-se deixado convencer pela imagem preconceituosa que as pessoas têm em relação aos estupros por conhecidos, fazendo Natássia sofrer uma violência a mais além do estupro.

As mulheres vítimas de estupro praticado por pessoas conhecidas têm o seu relacionamento com o sexo oposto prejudicado. É que, se elas tivessem sido estupradas na rua por um criminoso, este seria considerado um estranho, doente, talvez, de qualquer forma, diferente dos outros homens. Elas provavelmente sentiriam medo e esse medo as acompanharia por muito tempo. Mas o fato de ser agredida por alguém com quem elas têm uma convivência normal, as leva à desconfiança generalizada em relação aos homens.

Clarice, embora tenha sido estuprada por um desconhecido que foi assaltar sua casa, num primeiro momento, teve esse tipo de problema.

“Eu não acreditava em mais ninguém, não confiava em ninguém mais, nem no meu pai. Eu não confiava nem no meu marido ficar com as meninas. As meninas eram propriedade minha. Se eu tivesse aqui, elas estavam aqui, se eu tivesse dentro do quarto, elas estavam dentro do quarto. Elas não ficavam sem mim nem um segundo. Pro meu marido começar pegar liberdade de pegar elas e levar pra rua, ele levava, dava uma voltinha na rua e trazia de volta, eu ficava na porta olhando o que ele estava fazendo.” (Clarice)

Depois ela conseguiu superar mais esse trauma que a fazia desconfiar do próprio marido, um homem a quem, em toda a sua fala, dedicou muitos elogios por ser, segundo ela, carinhoso, compreensivo e muito calmo. Não foi o que aconteceu com Paula, que ainda mantém a mesma a desconfiança generalizada dos homens. Ela disse que foi estuprada por um rapaz no mesmo dia em que o conheceu numa festa e até havia dançado com ele. Tratava-se de uma pessoa de família conhecida numa pequena cidade do interior da região Norte. Ela hoje não se sente capaz de confiar em homem nenhum.

Quando veio para Goiânia, foi para fugir dos maliciosos olhares externos. Casou-se e teve mais duas filhas. A aproximação do namorado não foi muito fácil. No começo parecia estranho que ela se esquivasse de ter com ele relações sexuais, embora fosse mãe. Até que Paula contou a ele o que lhe ocorrera e tudo ficou esclarecido. Na verdade, ela não tinha

tido qualquer experiência sexual nem antes nem depois do estupro e ficou grávida fruto da violência sofrida. Foi extremamente doloroso o seu parto. A dilatação não acontecia, mas o médico não se comoveu e forçou o parto normal. Uma enfermeira ficou espantada e quis saber se ela era virgem. Ela respondeu que sim e gritava para que fizessem a operação cesariana. Só ouvia do médico que logo passaria. Não passou. Enquanto esteve internada e até mesmo depois que voltou para casa continuou com aquelas dores. Quando dormia, acordava gritando. Percebia depois que era só um sonho e estava traumatizada. E sentia, por isso, traumas sexuais também, criando barreiras para qualquer relação sexual. O namorado que encontrou em Goiânia foi bastante compreensivo com ela e chegaram à conclusão de que ela precisaria procurar uma clínica de psicologia. Eles esperaram se casar para terem qualquer relação sexual.

“Contei tudo pra ele. A gente já namorava. Um dia que eu tentei ter relação com ele eu tive muito medo e desisti, porque eu tive muita dor pra ter o Diego, nossa senhora, foi dor demais e aí, então, eu falei pra ele que eu não estava querendo ficar. Ele ficou sem entender o que se passava, não entendia porque eu tinha aqueles traumas. Foi aí que eu contei tudo pra ele. Ele falou: ‘Vá ao psicólogo, depois nós resolvemos isso’. Então, eu fiz o tratamento psicológico e aconteceu a minha primeira vez: foi com o Jorge, depois que nós casamos. A gente namorou um ano e dois meses até casar. Depois que a gente teve a primeira vez, pronto. Foi quando eu vim a sentir o máximo, bom demais. Mas só que acabou. Agora nós estamos separados.” (Paula)

O casamento de Paula com Jorge ia bem se não fosse pelo filho, fruto do estupro, a interferir involuntariamente em sua relação com o marido. Ela desejava muito que o menino tivesse um pai. Por isso combinaram que ele, Jorge, seria o pai. Assim decidiram não revelar a verdadeira paternidade do menino. Mas foi difícil para o marido aceitar o menino como se fosse seu próprio filho como era o desejo de Paula.

“Ele achava que eu gostava mais do Diego do que dos outros. Então, no fundo, no fundo, eu acho que ele é uma pessoa que precisa de ajuda, porque ele tinha muito ciúme do Diego. Sempre ele falava assim: ‘Olha, Diego, eu vou me separar da sua mãe por causa de você’. Até que enfim aconteceu e ele foi embora. Ele estava arrasando o Diego, deixando o Diego feio, que o Diego era feio. Deixava ele pra levar os menino pra escola – que sempre eu gostei de trabalhar fora, trabalhava o dia todo e ele só trabalhava à tarde – então, de manhã ele levava os meninos pra escola pra mim, que a gente dividia. Quando eu chegava, eu pegava os dois na creche e o Diego estudava na escola. Aqui a menina ia buscar ele pra mim, então ele deixava o Diego ir de qualquer jeito, colocava o cabelo do Diego pra frente. Meu filho estava ficando bobinho. As pessoas perguntavam: ‘Esse menino tem problema?’ De tanto que o Diego estava massacrado pelo Jorge. Ele não gostava dele.” (Paula)

Esse conflito estabelecido em seu casamento contribuiu ainda mais para prejudicar a imagem já ruim que tinha dos homens. Diz não confiar no seu ex-marido, nem mesmo quando viveram juntos ela suspei-

tava dele. Agora que estão separados e ele vem buscar as crianças para passearem, fica muito mais preocupada ainda, com medo de que o ex-marido possa abusar sexualmente de seus filhos.

Paula saiu de sua cidade sem ter contado a ninguém de sua família que havia sido estuprada e que estava esperando um filho, fruto dessa violência. A única pessoa a quem contara do estupro foi ao namorado que tinha à época. Mas só contou a ele que tinha sido estuprada. Quando descobriu que estava grávida, já haviam se afastado. Esse namorado, assim que soube do estupro não quis mais se casar com ela. Ele a tratou como se não fosse mais uma mulher que pudesse honrar um casamento normal, achou que ela deveria manter com ele relações sexuais sem compromisso de casamento. Ela não aceitou tal situação, preferiu vir para Goiânia. Para ela, é como se ainda fosse virgem, por não ter tido qualquer experiência sexual voluntária.

Assim que ganhou o bebê, ela retornou a sua cidade natal e revelou tudo à família. Mas depois concluiu que não poderia mais viver ali:

“Não, não quis ficar. Eram as pessoas, o olhar de todo mundo. Eles me olhavam de um jeito diferente, eu não podia sair. Tinham umas pessoas que me criticavam. Eu ia passando na rua, eles falavam assim: ‘Nossa, essa é a sonsinha!’ Minha mãe começou a ficar meio grilada e não me deixava sair. Eu gostava muito de festa. Mas minha mãe passou a me prender muito. Eu pensei: Não vou ficar aqui, porque eu vou magoar minha mãe. Na hora que eu arrumar um namorado, o que ela vai pensar? Às vezes, vai falar assim que eu tenho que casar e isso não existe. Então, eu preferi cuidar da minha vida e cui-

dar da vida do Diego. Foi por isso que eu não fiquei lá” (Paula)

Paula retornou a Goiânia para trabalhar e cuidar do filho; no início, com muita dificuldade financeira. Depois conseguiu certa estabilidade. Assim que se casou, ela e o marido começaram a construir uma casa que ainda não está pronta por completo, mas só falta uma parte do acabamento. Hoje, como já foi relatado acima, está separada do marido.

4. A vítima e a delegacia da mulher

O crime de estupro é uma das modalidades que se classificam sociologicamente como violência de gênero. Então, a forma como a sociedade vê a sexualidade masculina e feminina influi na relação que a vítima vai estabelecer com determinadas instituições. Para Peter Berger (1973), toda instituição, até se constituir numa instância controladora do comportamento humano com padrões definidos de conduta, tem um processo histórico do qual nasce. A delegacia da mulher em Goiânia surge de um processo de reivindicações feministas que ocorreu em todo o país, sobretudo a partir do processo de redemocratização do país. Ela, então, corresponde à institucionalização dos valores sociais ligados à liberdade da mulher e à igualdade de direitos em relação ao homem. Diante da evidência de que a mulher é a principal vítima da violência doméstica no que se refere à integridade física, evidenciou-se a necessidade de um tratamento especial a ser oferecido a ela do ponto de vista policial.

A idéia concebida é a de que as masculinizadas delegacias de polícia comuns não são capazes de oferecer um tratamento adequado à mulher. Seguindo essa visão, as delegacias de atendimento à mulher procuram dar condição psicológica mais confortável às reclamantes. As delegacias que atendem as mulheres em todo o país só concebem mulheres no cargo de delegadas. A extensão do Instituto Médico-Legal, na delegacia de Proteção e Defesa da Mulher, em Goiânia, também se compõe de

duas médicas legistas. Uma medida que retira as mulheres da condição de concorrentes dos cadáveres que chegam ao IML.

O sentido de manter no quadro de funcionários as mulheres nos cargos mais importantes da delegacia é o de que ela é mais capaz de entender os problemas femininos. Isso se revela na frase apanhada em uma entrevista com autoridades da delegacia: “A mulher entende melhor a outra”. Esse foi o tipo de percepção que passou a se ter da delegacia assim que foi criada no país na década de 80. Maria do Socorro, uma vítima, que procurou a delegacia no segundo ano de funcionamento, afirma não ter tido constrangimento algum de estar ali. Ao ser indagada sobre o porquê disso, ela respondeu:

“Porque eu sabia que elas estavam entendendo tudo que eu estava falando, porque elas sabiam que, pela minha idade, eu não estava mentindo. E quando eu falava, elas acreditavam. A gente fica constrangida, mas não é tanto, igual nós duas estamos conversando aqui. Eu não estou constrangida, apesar de ter ficado na hora que você chegou” (Maria do Socorro)

Imbuídas desse caráter que a delegacia tomou, ao se constituir como órgão especial de defesa da mulher, as autoridades responderam de modo genérico à pergunta se a delegacia atende as necessidades das mulheres vítimas de estupro. De modo geral disseram que sim por ser a mulher atendida pelo quadro feminino e que ficaria mais difícil para ela se expor perante homens em outras delegacias. “Uma mulher entende me-

lhor a outra” é a expressão que passa a ser sintomática daquilo que tanto esperava o movimento de mulheres.

No entanto, essa atitude de simplesmente arregimentar mulheres para cuidar dos problemas femininos não necessariamente pode corresponder às soluções penais que tanto convinham ao movimento feminista. Como mostram Gerth e Mills (1973), o corpo institucional é formado por meio de códigos informais e de regulamentos muito variados que selecionam ou dispensam seus membros. Em se tratando de uma delegacia de polícia, que é a base sobre a qual poderá ou não se efetivar um processo em crimes de ação privada, como o de estupro, o que é necessário é institucionalizar uma forma agir, um quadro de atitudes viáveis que contribuam no caminho de busca da verdade do direito, verdade esta que, no caso da mulher, esteve por muito tempo embaçada nas relações sociais de gênero, nos preconceitos machistas, que impediam a elucidação de crimes específicos da situação feminina na nossa sociedade (Heilborn, 1996). No entanto, a proposta da delegacia da mulher tomou um rumo diferente do esperado, pelo que se percebe de estudos realizados sobre a mesma em todo o país, como se vê o exemplo do Rio de Janeiro.

O que gerou frustração, quando se pensa nos resultados obtidos pelas DEAMs, é o fato de que um número muito reduzido de atendimentos se converte, efetivamente, em processos encaminhados à justiça. O número de pessoas processadas por cometer abusos contra mulheres é, portanto, irrisório. Para que se tenha uma idéia, durante o ano de 93, menos de 12% do total de atendimentos efetuados nas cinco delegacias do Rio de Janeiro transformaram-se em medida judiciária e

foram encaminhadas ao Ministério Público. (Soares, 1999: 50)

Talvez seja um engano supor que simplesmente a formação de um quadro feminino é suficiente para se institucionalizar uma forma viável de conduta para a delegacia de mulheres. A sociedade pode estar simplesmente se eximindo de examinar a fundo os problemas da mulher, apenas segregando-os num lugar exclusivo que não se superponha àqueles considerados politicamente mais relevantes. O que se viu na prática é que uma delegacia especializada no atendimento a mulheres acaba abarcando mais responsabilidades do que meramente a investigativa. Ela vai caminhando também para as funções assistenciais e até mesmo pedagógicas, no sentido de que cumpre um papel social de educar a sociedade para o respeito aos direitos da mulher e também de informá-la desses direitos. Essa cobrança social que pesa sobre a delegacia pode levá-la a se envolver com um tipo de atividade diferente da que a princípio ela é destinada.

Nossa experiência de campo nas delegacias confirmava, assim, as suspeitas de que a análise de dados já havia, de início, suscitado: se apenas um número de casos seguia os trâmites legais, isso não se devia somente à ineficiência da polícia e da justiça, mas ao fato de que acontecia, ali, uma outra forma de diálogo. Um outro modelo de comunicação entre a polícia e a população que buscava seus serviços. Um modelo informal de resolução de conflitos, que favorecia, em muitos casos, a “renegociação dos pactos domésticos”, segundo a expressão formulada por Luiz Eduardo Soares (Soares, 1999, p. 56).

Nesse sentido, a delegacia vem atender as vítimas de um ponto de vista social, entendendo, na prática, que é isto o que mais interessa, sem achar que está em falta com a sociedade. Para as vítimas de violência doméstica, essa função assistencial pode ser muito importante, uma vez que ela está ali com uma família aos pedaços. O trabalho assistencial ligado à delegacia que atende a mulher já é uma prática institucionalizada nos Estados Unidos, entendendo-se como essencial no cuidado com esse tipo de violência (Soares, 1999).

No caso das vítimas de estupro estudadas nessa pesquisa (maiores de catorze anos), é no seio familiar que elas encontram o conforto necessário; as poucas mulheres que não recebem esse apoio no ambiente familiar desarticulam-se na sociedade. Apesar de a delegacia especializada em mulheres, positivamente, estimular mais a denúncia, o que mais a vítima de estupro busca nessa instituição é justiça. A vítima, junto com sua família, quer ver o seu algoz na cadeia.

Mesmo tendo sido modificada a sua consideração valorativa ao longo da história, o crime de estupro sempre foi objeto de preocupação familiar numa sociedade patriarcal. Numa sociedade tradicional, o estupro fere muito mais a família do que a própria vítima, daí que a sua reparação, com se vê na história do estupro, na França, escrita por Vigarello (1998), muitas vezes tinha um caráter meramente material, como pagamento em dinheiro. A melhor reparação que se podia esperar era o aceite de casamento por parte do agressor. Não estava em jogo a necessidade da vítima, mas a honra da família. Hoje, uma maior valorização do indivíduo e da mulher como pessoa faz com que a reparação do crime de es-

tupro esteja voltada para condenação do agressor. O crime de estupro inspira revolta equiparável ou até maior, em muitos casos, do que a revolta que causa o assassinato. Porém não mudou o envolvimento da família em todo o processo. Os membros do sexo masculino, principalmente estes, são instigados a fazerem justiça com as próprias mãos. Quando vêem suas atitudes enfurecidas se esvaírem na desesperança de encontrar o criminoso, apelam para a delegacia de polícia. As expectativas quanto à elucidação do crime e a prisão dos criminosos acabam sendo, na maioria das vezes, superdimensionadas. Até mesmo aquelas vítimas 02que não conseguiram identificar o autor do estupro, nem mesmo num retrato falado, acreditam que a delegacia irá de algum modo encontrá-lo.

“Eu pensei que com o exame daquele sêmen eles iam encontrar a cara dele no computador” (Cátia).

Para quem conhece a realidade do serviço público brasileiro parece muita fantasia. Mas para aquele que está familiarizado com as possibilidades técnicas atuais de elucidação de crimes em países tecnologicamente mais avançados, isso não é inacreditável. A televisão tem mostrado fatos reais que descrevem a elucidação de casos inimagináveis. Mas as pessoas não conseguem contextualizar esses fatos e acham que todas as possibilidades tecnológicas de investigação já criadas são um patrimônio de toda a humanidade, que independem de custos e estão disponíveis em qualquer lugar. Nos países desenvolvidos, por exemplo, é possível desvendar o crime cometido contra uma mulher encontrada morta, com si-

nais de violência sexual, apenas com a retirada de micropedaços de pele do agressor encontrados debaixo da unha da vítima. Caso o criminoso tenha passagem pela polícia, será possível confrontar o DNA encontrado nos resíduos orgânicos que deixou no corpo da vítima com o DNA registrado em sua ficha criminal.

Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, pelo menos antes de ter esse contato direto com a delegacia da mulher, vislumbraram essa eficiência investigativa por parte da mesma, mesmo quando não sabiam formular claramente qual seria a real possibilidade de o agressor ser encontrado. Elas apenas acreditavam que polícia teria condições de pegá-lo.

O sentimento de frustração vem quando muitas percebem que a única maneira que a delegacia teria para iniciar uma investigação seria o retrato falado. Mas as vítimas, muitas vezes, não têm a menor condição de contribuir para a elaboração desse retrato. O criminoso geralmente reprime a vítima para que ela não veja seu rosto. Gislene, cada vez que abria o olho, era esmurrada. Valéria também tentou fazer isso, mas normalmente o medo já faz com que a vítima nem tente fazê-lo. Alguns criminosos praticam todo o ato estando encapuzados. A falta de identificação do criminoso é um dos motivos pelos quais uma quantidade imensa de casos de estupro sequer chega a inquérito.

As vítimas de estupro, então, não conseguem entender a utilidade da delegacia. Elas parecem não se ater ao fato de que o órgão também pode dar a elas uma proteção jurídica, possibilitando o aborto, caso venham a engravidar, ou até mesmo serem orientadas para tomarem precauções de emergência quanto à gravidez e contração de doenças vené-

reas. É que o mero cumprimento de algumas formalidades burocráticas por parte da delegacia só consegue ocultar sua incapacidade de resolver o principal problema das vítimas de estupro — a prisão do estuprador. A delegacia tem baixa eficiência na investigação das ocorrências desses casos, considerando-se a quantidade de pistas que as vítimas apresentam sem que nenhuma diligência seja realizada.

Gravidez pós-estupro é um dos possíveis problemas a serem enfrentados pelas vítimas. É um fato que faz prolongar a série de constrangimentos pelos quais elas têm que passar no contato com as instituições de atendimento à mulher. Paula, como já foi dito, sofreu em demasia quando foi dar à luz seu filho. Teve parto normal, embora fosse virgem quando foi estuprada e não tinha tido nenhuma relação sexual posterior. Nas maternidades que atendem pelo SUS, o preço do parto normal é o mesmo que se paga pelo cesariano. Mas o custo do último é um pouco maior para o hospital. Os partos normais mais complicados são realizados com ajuda de fórceps e o cesariano fica somente para os últimos casos. Por isso é que o médico acabou forçando-a a dar à luz em um parto natural, que foi, traumáticamente, doloroso para Paula, contribuindo para intensificar ainda mais o seu sofrimento decorrente das conseqüências do estupro em sua vida.

Valéria também suspeitou de gravidez e foi procurar um médico. Quando falou que suspeitava gravidez em função de estupro e queria que ele receitasse algo para ela abortar, o médico agiu com escárnio. Mandou que ela cuidasse disso sozinha. Valéria tomou remédios que alguém indicou e teve um sangramento posterior. Não tem certeza, mas acha que abortou. Luciane, que não gravou entrevista, falou com a pesquisadora

sobre esse mesmo problema de gravidez que enfrentou. Segundo ela, teve que “resolver tudo sozinha”. No diário de campo estão registradas lembranças do diálogo que se teve com ela:

“Ao telefone me falou que não queria mais falar desse assunto e que tem mais coisas que ocorreram com ela que “eles” não ficaram sabendo. Entendi o “eles” como sendo as instituições que procurou. Não perguntei diretamente que coisas foram essas. Só perguntei se era algo que não estava nos depoimentos. Disse-me que aconteceu algo com ela que teve que “resolver sozinha”. “Acho que você já sabe o que é”. Falei: “Bem, o que de grave pode acontecer num caso de estupro é uma gravidez”. “Isso mesmo que aconteceu comigo. E eu não tive ajuda de ninguém pra resolver isso. Muitas pessoas falam, mas não sabem o que é isso”, disse ela. “Não, olha, eu acho que quem deve saber é só você mesma. Só você sabe pelo que você está passando”. “Mas você diz que não te ajudaram, mas você buscou a ajuda deles?”. “Não, resolvi por aqui mesmo. É disso que não gosto de falar”. Comentei a respeito do Hospital Materno-Infantil, hospital encarregado, em Goiânia, de atender os casos de aborto legal previstos pela legislação, por determinação do próprio Ministério da Saúde, que o designou para atender as vítimas de violência sexual e as parturientes que correm risco de vida. Mas ela retrucou: ‘O Materno-Infantil, eu não gosto daquele hospital. É que eles me encaminharam para lá, fiz tudo que eles mandaram e não resolveu nada. Tomei a pílula de emergência e tudo. Mas comigo falhou.’” (Diário de Campo, 11/07/01)

Em palestra proferida no V Congresso de Ginecologia e Obstetrícia, no dia 5 de Julho de 2001, médicos do hospital Materno-Infantil descreveram o programa da instituição voltado para o atendimento às vítimas de violência sexual. Ao observar de perto a realidade desse atendimento, constatou-se que se trata ainda de um projeto. Até mesmo uma das premissas básicas, que é o pré-atendimento, se apresentava muito confuso. Na portaria do hospital, ninguém sabia informar nada a respeito de um possível atendimento às vítimas de violência sexual.

“Hoje fui, pela manhã, procurar o Materno-Infantil para saber como funcionava o serviço de atendimento à vítima de violência sexual. Na portaria, estavam bastante desinformados sobre esse tipo de serviço. Havia perguntado sobre uma enfermeira que seria a intermediária entre a vítima e o hospital nesses casos. Mas, ao contrário do que ouvi na palestra, as atendentes não faziam a menor idéia de quem se tratava. Veio chegando um médico, então, a atendente o procurou para saber informações a respeito do assunto. Ele disse que o hospital tinha uma equipe para cuidar desses casos e informou o nome da enfermeira responsável por este trabalho” (Diário de Campo, 18/07/01)

Segundo informações obtidas através da enfermeira-chefe no hospital, é praticamente impossível a realização de um aborto-legal no Materno-Infantil. Isso contraria as informações dos próprios médicos do hospital na palestra anteriormente referida. Para a realização do aborto-legal, de acordo com orientações do Ministério da Saúde, é necessário

apenas que a vítima esteja de posse de um boletim de ocorrência e do laudo médico. Entretanto, a própria enfermeira-chefe do serviço, que fez questão de dizer que também é advogada, disse que somente com mandado judicial se faz o aborto nos casos de gravidez por estupro, demonstrando desconhecimento da lei.

O estupro representa um problema social grave, porque coloca em xeque a liberdade da mulher em geral. Porém, a lei não o enquadra como crime de ação pública. Daí que se a delegacia for vista dentro de um ponto de vista de uma burocracia mínima, ela cumpre o seu papel, pois trata-se de um crime de ação privada. A vítima também poderia dar sua contribuição às investigações trazendo as pistas por ela conseguidas. Porém, trabalhar os recursos humanos na administração das investigações na delegacia demanda observar as razões dessa vítima. Mesmo sendo o seu desejo ver o seu agressor pagar pelo mal que lhe fez, ela não tem forças para contribuir suficientemente com as investigações; psicologicamente, ela não tem condições de fazê-lo. Todas elas se sentem desanimadas em tomar qualquer atitude, mesmo quando se trata de casos em que o agressor não é desconhecido. Quando perguntadas sobre a razão pela qual não muitas abandonaram a delegacia e não a procuraram nem para se informar do que estava acontecendo, todas respondem simplesmente que não querem mais “mexer” com isso.

5. Subjetividade e estigma

“A minha vida tem sido assim. Eu tenho medo de ficar em lugares sozinha. Ficou esse medo e essa vergonha das pessoas, em mim ficou. Eu nunca vou esquecer” (Cátia)

Os relatos de casos de estupro mostram que sempre fica algo na vítima que a atormenta, seja o medo, a vergonha, os traumas, sexuais ou não-sexuais, a depressão e o isolamento. Algumas mulheres, diante do sofrimento e da humilhação que padecem, carregam traumas que prejudicam a imagem que elas têm dos homens. Isso se expressa no medo do ato sexual com o parceiro após o estupro:

“No primeiro dia, senti medo de doer como doeu” [no estupro], de talvez o meu namorado ser agressivo como ele [o estuprador] foi” (Marcilene)

Para algumas vítimas, há traumas que as acompanham por muitos anos:

“Junto comigo, deitado em cima de mim, fedendo demais. Deitado em cima de mim, como é que você não sente? Me

deitou no chão, com as mãos amarradas. E nunca mais você esquece aquele fedor” (Lídia)

“Então, hoje já passou mais a depressão. Tem hora que eu deito assim fico lembrando, eu peço ô meu Jesus repreende esse pensamento, repreende esse momento de pensar nessa pessoa. Oh meu Jesus, me dá ânimo pra eu esquecer disso tudo” (Isaura)

Em suas relações interpessoais, as mulheres que se tornaram vítimas de estupro são, obviamente, influenciadas por sua própria estrutura psíquica, mas há uma interação com os valores sociais. Nojo e vergonha são sentimentos que se expressam a partir do interior de cada pessoa, mas são também conceitos que possuem uma configuração sócio-cultural. Scheff (2001) observa que se “vergonha é o resultado do medo de se perder os laços sociais, ela é a mais social das emoções básicas”⁷ (p. 2)

Quanto ao nojo, as pessoas o sentem em relação àquilo que é considerado sujo. Mary Douglas (1966) faz uma consideração cultural para a sujeira do corpo:

Acredito que algumas poluições são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social. Por exemplo, há crenças de que cada sexo é perigoso para o outro através do contato com fluidos sexuais. De acordo com outras crenças, somente um dos sexos é posto em perigo pelo contato

⁷ shame is a result of threat to the social bond, shame would be the most social of the basic emotions.

com o outro, geralmente masculino, mas algumas vezes o inverso. Semelhantes padrões de perigo sexual podem expressar simetria ou hierarquia. Não é plausível interpretá-los como expressão de alguma coisa sobre a relação real dos sexos. Sugiro que muitas idéias sobre perigos sexuais são melhor interpretadas como símbolos da relação entre partes da sociedade, como reflexos de projetos de simetria ou hierarquia que se aplicam ao sistema social mais amplo. O que serve para poluição de sexo serve também para a poluição corporal. (p. 14)

O contato com o outro, num ato sexual, em que se misturam viscosidades extraídas dos dois corpos, tem no prazer libidinal a compensação para o nojo que essas viscosidades possam representar em outras situações. A prática sexual antes do casamento para moças numa sociedade que tem a virgindade como valor importante pode ser tratado como um ato imundo, nojento, uma sujeira moral. Mas o nojo que a vítima de estupro sente do seu próprio corpo e da lembrança do contato com o agressor tem um sentido mais pessoal. Para Cátia, juntam-se nojo e raiva de ter se submetido aos caprichos libidinais de um homem que nunca viu em sua vida.

Porque aí olha, me sentindo com nojo, eu me senti nojo, senti nojo do meu corpo” (Cátia)

Procurando-se saber de Cátia em que partes o agressor tocou o seu corpo, ela responde:

“Ah! Tocou em tudo. Ele me beijava com aquela boca nojenta dele, me beijou assim [Apontou o colo e o pescoço]. Ele só fez uma vez e parou. Daí saiu de cima de mim. Depois, pediu pra eu fazer sexo oral nele. Falei que não; não iria fazer. Ele falou que eu era boba, que era bom. Sentou outro tapa na minha cara, que eu caí e bati a cabeça no carro. Fiquei meio tonta. Ele o tempo todo com a faca apontada para mim. Nossa! Ele fazendo tudo aquilo comigo, e eu morrendo de nojo, chorando, ele fazendo. Eu olhava no olho dele, lá no fundo. Olhei bem dentro do olho dele e ele gemendo. Como é que pode? Será possível que ele não era capaz de arrumar uma namorada, transar com essa namorada, tinha que ser à força, machucar os sentimentos de outra pessoa?” (Cátia)

Sentir nojo do corpo daquele que força o ato sexual pode trazer a mesma sensação que causa uma barata ou um rato que caminha pelo corpo. Por isso, as atitudes de limpeza das vítimas são compulsivamente enérgicas.

Depois eu fui para o hospital porque meu braço estava quebrado. Aí quando eu cheguei em casa, tomei um banho, mas um banho, quanto mais eu esfregava, mais eu queria esfregar, quanto mais eu tomava banho, mais eu queria tomar e chorava. (Lídia)

A sujeira que esse ato sexual forçado representa, mesmo que mais fortemente se expresse a partir do interior da psicologia das mulheres estupradas, tem algo que está também representado nas relações sociais. Cátia, por exemplo, expressa nojo, raiva e vergonha ao tratar da sua relação com as amigas. A pergunta feita a ela é sobre a sua relação com as pessoas conhecidas. Num trecho da resposta, ela diz:

“As meninas mesmo aqui da frente, que eram minhas amigas, perguntaram se tinha acontecido isso mesmo. Eu falei que tinha. E elas me deram maior força, me abraçaram. Mas eu fiquei com vergonha de todo mundo. Pensei que as pessoas iam ter nojo de mim, sabe. Eu tinha muito medo de pegar doença essas coisas” (Cátia)

Ao mesmo tempo em que ela sente nojo do contato forçado com um estranho, tem vergonha ao expor esse contato para outras pessoas. Por esse motivo, a busca de compreensão do fenômeno do estupro vai além da agressão física. É o que mostra Vigarello (1998):

A história dos julgamentos e processos mostra mais profundamente como a história do estupro não poderia ficar limitada à história da violência. É um emaranhado complexo entre o corpo, o olhar, a moral, que essa história vem lembrar. A vergonha, por exemplo, inevitavelmente sentida pela vítima, liga-se à intimidade imposta, à imagem que se oferece dela, à sua publicidade possível. Ela mobiliza o tema insondável da

sordidez, o aviltamento pelo contato: o mal transpassa a vítima para transformá-la aos olhos dos outros”. (p. 8)

Muitas vezes, para não ter de se colocar permanentemente diante de um espelho para o mundo exterior, a vítima prefere o isolamento:

Não sei, eu acho que depois do que aconteceu tudo mudou. As pessoas me olham diferente. Eu não vou aos lugares, não tenho amiga mais. Minha amiga é minha mãe, minha tia. Não tenho mais, acabou. (Patrícia)

A percepção de Patrícia é de que as pessoas a vêem de modo diferente, por isso prefere fugir do convívio com elas. As pessoas, de fato, estão a lançar em Patrícia uma marca que a diferencia do que ela já foi antes do estupro:

“Antigamente quando aconteceu todo mundo ficava falando, falando. Aí, muita gente vinha, dizia que eu tinha perdido a virgindade, que agora acabou” (Patrícia)

Goffman (1988) entende que o estigma é algo que o próprio indivíduo acaba por internalizar para que o mesmo assim se caracterize. Quando Patrícia diz que as pessoas a olham diferente, na verdade, o que se pode afirmar é que essa é a percepção que ela tem a respeito do outro, aquele que não faz parte da sua família. No caso de Patrícia, ela acaba

por aceitar a imposição externa, complicando as suas relações sociais, buscando isolar-se do convívio com pessoas de fora do seu ambiente familiar.

Como observa Goffman, o estigma é internalizado de tal forma que a própria vida do indivíduo passa a mantê-lo como uma referência constante. Nem todas as más sortes na vida da pessoa podem ser atribuídas ao estigma, no entanto ele passa a ser a muleta sobre a qual se pode colocar o peso de toda desgraça que recai sobre a vida da pessoa. Quando o indivíduo consegue se livrar do elemento que o estigmatiza, é que passa a perceber que dificuldades na vida das pessoas ocorrem de várias outras formas, independentemente do fator estigmatizante. Portanto, o desmoronamento da sua imagem anterior, provocando baixa auto-estima e decepção com a vida, é algo que se constrói internamente nas próprias vítimas de estupro.

A mãe de uma vítima usou a expressão “ficou intacta” para dizer que o agressor não conseguiu tirar a virgindade de sua filha. Ao se analisar a percepção que a própria vítima tem de si, no contato sexual forçado, é preciso também buscar perceber a compreensão que a sociedade tem sobre a sexualidade para se ter noção de como os valores sociais serão internalizados no indivíduo estigmatizado.

Para aquela mãe, o ato de alguém abordar sua filha, com um revólver na cabeça, fazê-la tirar a roupa e tentar praticar o ato sexual com ela, ainda que a penetração não tenha sido completada, permite que a moça permaneça a mesma. Ou seja, sem o rompimento do hímen, nada ainda se pode atribuir de mal a ela. A questão, então, a se analisar é o

caráter contextual da consideração do estigma. O peso da virgindade, então, é que dá a maior orientação para a constituição do estigma.

Para a mulher que sofre a agressão sexual, a percepção dessa agressão pode ter um caráter diferente do que é atribuído por outras pessoas. No entanto, para ela se ver representada num contexto de estigmatização, é preciso que o elemento estigmatizador já tenha sido criado socialmente.

Entre as entrevistadas nessa pesquisa, aquelas que eram virgens antes do estupro expressaram uma maior decepção com as expectativas futuras de vida do que outras que não o eram. A explicação para isso pode ser buscada no fato de que para a mulher o ato sexual, como mostra Heilborn (1999), representa a entrega de “um bem feminino que se concede ao homem” (p. 54). Nos costumes brasileiros isso fica representado pela expressão “perder a virgindade”. Daí que o seu primeiro ato sexual representará uma perda, seja internalizada nela mesma, seja pela consideração social aí presente:

O discurso das mulheres sobre a virgindade e a primeira relação revela a persistência de uma moral relacional, na qual a experiência individual está sempre submetida à avaliação do grupo e à preeminência das considerações sociais. A mulher existe como pessoa através da apreensão de sua conduta pelos outros. (Heilborn, 1999, p. 56)

O estupro da mulher virgem, então, deixa marcas ainda mais profundas que nas mulheres já iniciadas sexualmente. No ato consentido, a

perda se faz por meio de uma entrega; no estupro ocorre um roubo. É com uma expressão facial extremamente amarga que essas moças relembram o ato brutal a partir do qual a sua sexualidade transformou-se:

“A gente guardar durante tanto tempo a virgindade da gente para depois vir uns monstros desses e acabar com tudo” (Valéria)

“Pra mim, eu também queria assim [como os pais queriam], casar virgem, mas Deus não quis assim, não é?” (Eliane)

Muitas vítimas que tiveram no estupro sua primeira relação sexual, no íntimo continuam a se considerarem virgens, mesmo que a sociedade as perturbe com a idéia de que já não são mais as mesmas. Elas não consideram o intercuro sexual forçado algo que venha a mudar a sua sexualidade no sentido da iniciação sexual e do recato do corpo. No início, sentem nojo do seu corpo, traumas sexuais, medo de homens, mas aquele homem com quem ela terá sua iniciação sexual deverá ser capaz de se diferenciar da imagem que o estupro criou em sua cabeça. Paula não aceitou do namorado, em Rondônia, a condição de não-virgem que ele estabeleceu para ela. Essa condição implicava em que ela não poderia mais ter um casamento normal e que deveria manter com ele uma vida sexual sem qualquer compromisso de casamento. Em Goiânia, o rapaz com quem ela se casou a viu de forma muito diferente – como uma pessoa que merecia ser respeitada em sua dignidade.

Essa visão leva a que alguns homens vejam uma transformação repentina da sexualidade da vítima de estupro, de tal modo a pensarem que, agora, a mulher deveria estar muito mais facilmente disponível para o sexo. Um exemplo disso ocorreu com Natássia. Um vizinho entrou em sua casa e tentou beijá-la. Ela estava sozinha. Não sabe se ele queria fazer mais alguma coisa, porque teve uma atitude defensiva, com uma faca, e conseguiu livrar-se dele:

“Eu estava assistindo televisão, ele entrou e veio querendo me beijar, querendo me agarrar, só que eu estava com a faca grande, uma faca da minha mãe, cortando laranja. Dei a volta na mesa, peguei a faca e falei: ‘Agora você vem, se você tiver coragem’. Ele: ‘Não, estou indo embora já’. Não tinha ninguém em casa, só eu. Ele ficou com medo e foi embora. Acho que se eu não tivesse feito isso, ele tinha tentado alguma coisa mais” (Natássia)

O motivo de as meninas pesquisadas por Esteves (1989) levarem adiante um processo de defloração era o medo de elas não poderem mais se casar. Embora alguns tenham atitudes semelhantes em relação às mulheres estupradas na atualidade, a visão que se tem hoje do estupro está mais relacionada com a violação de um bem individual que é o corpo. Não se trata simplesmente da violação de um bem moral, como a honra. Daí que o sentimento mais comum em relação ao estuprador seja de vingança, de uma vingança superior em castigo do que para qualquer outro crime hediondo conhecido. A racionalidade jurídica presente no mundo atual não permite que esse sentimento seja reiterado nas puni-

ções, sendo o estuprador punido, geralmente, com uma pena que costuma variar entre 5 e 15 anos de reclusão.

Nessa análise da percepção da subjetividade da vítima diante do estupro, então, é importante a verificar como se apresenta para ela o sentimento comum em nossa sociedade que clama pela eliminação dos estupradores. Numa pesquisa realizada no Distrito Federal, sobre o estupro (Suárez, 1999), ao procurar saber dos entrevistados o que eles acham que deve ser feito ao estuprador, 67 por cento responderam que se deve bani-lo do convívio social, expondo esse sentimento através da apresentação de formas equivalentes à pena de morte e à prisão perpétua.

Quanto ao que as vítimas pensam sobre o agressor e seu sentimento em relação a ele, nenhuma pergunta direta nesse sentido foi dirigida às entrevistadas. Assim, o lado pessoal da revolta e do desejo de vingança se apresenta nas falas de algumas delas de forma espontânea:

“Por isso que eu falo: se acontecer isso com alguém e eu conhecer, se puder, eu ajudo a matar, eu ajudo; não ponho em delegacia, porque se eu tivesse matado muita coisa já tinha passado.” (Márcia)

“Só quem nunca passou é que não sabe o que é indecente, uma coisa que você nunca viu, uma coisa que você nunca pensou e acontecer. É o trem mais ruim do mundo, é um ato muito doloroso, indecente. Eu acho que estuprador tinha que ser eliminado, que eles não respeitam idade” (Isaura)

“Ainda bem que eu nunca mais encontrei esse homem. Graças a Deus nunca vou encontrar. Tomara que ele tenha morrido por lá. Deve ter caído o trem dele. Tomara. Nossa, não desejo mal pra ninguém não, mas pra ele eu desejo, desejo mesmo” (Cátia)

Além do desejo de vingança, aparece também nas falas das entrevistadas a idéia do perdão:

“Ele não chegou a tirar a minha virgindade. Se fosse assim, se perguntasse você perdoaria? Pelo que ele me fez [começando a chorar]. Mesmo assim eu perdoaria. Acho que perdoaria, não é? Porque a pessoa fazer isso!” (Gislene)

O perdão, presente na fala um pouco engasgada de Gislene, aparece também na de outras duas entrevistadas, Cátia e Isaura.

“Eles [os filhos] vêm e falam ‘não, mãe, esquece disso, isso passa. Se a gente encontrar com ele não vai ser bom pra ele não’. Eu falo ‘não, meu filho, eu não quero que faça nada de mal pra ele não, que ele vai encontrar’. Tudo o que ele fez ele vai encontrar, porque quem tem dívida nessa terra ele tem que pagar” (Isaura)

“Graças a Deus, eu estou até hoje viva. Isso já não me abala mais, não me deixa mais triste, porque eu consegui uma coisa: consegui que Deus me fizesse não ter raiva dele, você en-

tende?, dessa pessoa que fez isso comigo. Porque quem pode fazer justiça é só Deus. (...) Eu não tenho raiva dele. Eu tinha raiva. Aí acho que agora eu não tenho mais, eu não vejo ele com raiva, que antigamente assim eu via ele com raiva” (Cátia)

A idéia do perdão perpassando a nossa sociedade, em função de uma mentalidade cristã, está presente na fala dessas entrevistadas. Mas a dificuldade que a prática do perdão representa pode ser vista na voz engasgada de Gislene ao dizer que perdoaria. E também isso pode ser observado na contradição estabelecida por Cátia e Isaura que haviam manifestado o desejo de que o seu agressor fosse eliminado, mas em outro momento da entrevista, acabaram por declarar não querer mal nenhum a ele. Isto evidencia o conflito entre o desejo de vingança e a necessidade racional de perdoar.

Outro elemento religioso que aparece nas falas é o da justiça divina. A idéia é de que ela nunca vai falhar. De um lado leva à percepção de que as vítimas acreditam que o seu agressor tem que pagar pelo que fez, por outro mostra a desconfiança na justiça humana e reflete também a pouca confiança que se tem na justiça brasileira.

CONCLUSÃO

Para a mulher, o estupro é um mal terrível que marca seu espírito para sempre. Seja denunciando ou escondendo, o seu estado interior interfere nas suas relações sociais. Alguns elementos externos vêm agravar ou amenizar o seu infortúnio. Alterações radicais nas expectativas mais imediatas de vida, relativas a casamento, escola, mudança de cidade, família e relacionamentos com as pessoas em geral, podem ocorrer. As que menos sofrem alterações em suas vidas são aquelas vítimas que conseguem ocultar o fato. Crescentemente, quanto mais exposta fica a vítima mais ela sofre conseqüências sociais danosas.

A divulgação pela imprensa vem agravar ainda mais a condição da mulher. Na verdade o limite de propagação da notícia de estupro que sai no jornal se restringe às pessoas do bairro ou da rua e alguns parentes. Mas a mulher tem a impressão de que o mundo inteiro conhece o fato. É que o ambiente em que elas menos desejariam que alguém conhecesse o fato é justamente o das relações de proximidade. As mulheres se sentem um pouco mais tranquilas quando, mesmo a vizinhança sabendo do fato, ninguém o comenta, dando a impressão de que pouquíssimos tem conhecimento dele. Talvez nem sejam tão poucos, mas é essa a impressão que ela tem quando ninguém faz comentários a respeito. No entanto, se a matéria é publicada em jornal, fica bem claro que é de conhecimento de todos o que se passou com ela.

Quando se trata de estupro por conhecidos, o abalo psicológico é muito maior por causa da proximidade com o agressor. Se ele é seu vizinho, vez ou outra vai deparar com ele. Além disso, é comum o agressor tentar convencer as pessoas à sua volta, que muitas vezes são também da convivência da vítima, que ela está mentindo, que não houve estupro nenhum. Isso tende a abalar ainda mais a mulher, porque não é muito difícil as pessoas acreditarem nas histórias que o estuprador cria. Ninguém esteve lá no momento em que aconteceu o fato e não se pode afirmar nada.

Quando o agressor é ignorado, só se tem a palavra da vítima, mesmo que algumas pessoas desacreditem de sua história não há ninguém que venha a contraditá-la abertamente. Por outro lado, se ele é conhecido da vítima, além da presença abjeta do agressor em seu convívio, ainda tem que suportar o desdém de algumas pessoas pelo drama vivido por ela.

Mesmo quando o agressor é condenado, as vítimas acreditam que não lhe é imputada uma pena que pague suficientemente pelo mal que causou a elas. As condenações são mesmo irrelevantes, porque em muitos casos, trata-se de réu primário, não sendo considerado um perigo para a sociedade e por isso sua detenção vai acontecer em regime semi-aberto, ficando ele ali a perturbar a vítima por muito tempo ainda. A iniciativa que a mulher tem de procurar a delegacia a primeira vez e levar o caso adiante até a condenação do seu agressor geralmente não volta a se repetir se ele continua agredindo-a de forma mais dissimulada. Ela já se cansou de buscar justiça e as esperanças de encontrá-la se esvaem quan-

do percebe que o castigo imputado ao seu agressor está muito longe de corresponder ao mal que ele lhe causou.

Nos filmes que tratam do tema, geralmente produzidos nos Estados Unidos, a mulher que busca justiça até o fim age como uma heroína diante de uma massa de pessoas que não têm a mesma coragem. O final é sempre a condenação. Os filmes são baseados em histórias reais, mas a história que elegem é escolhida a dedo, não se admitindo fracassos. Por isso mesmo, não deixam de revelar o outro lado da realidade. O filme *Sem permissão*, dirigido por Sandor Stern, foi o primeiro caso de estupro por conhecido que acabou em condenação nos Estados Unidos. Mesmo assim, a condenação, no júri popular, foi por pequena diferença, de quatro votos a três. No filme *Voltar a viver*, de Harry Wynter, embora o exame de DNA tenha confirmado a suspeita, a condenação quase não ocorreu devido à argumentação de que o acusado era negro. Já o filme *Acusados* retrata um estupro que havia ocorrido num bar, sendo aplaudido e incentivado por quatro rapazes ao redor. A promotora conseguiu levar adiante um processo no qual tentava incriminá-los por incitação à violência. A condenação só veio em função de um amigo dos acusados ter-se sentido na obrigação de não omitir a verdade, algo muito difícil de acontecer. Nesses filmes, a justiça esteve por um fio. E não é diferente do que ocorre na realidade. Muitas mulheres desistem de levar adiante o caso porque, muitas vezes, pressentem o fracasso. E esse não é um pressentimento desmedido; é algo que ela vislumbra através do contato com as pessoas no seu cotidiano.

Aqueles que verdadeiramente acreditam na sua história e convivem com o seu sofrimento são as pessoas de sua família e amigos mais

íntimos. É neles que ela costuma se apoiar. Se a família não oferece essa possibilidade, contribui ainda mais para a sua desgraça. É comum a vítima se apegar muito à família, principalmente porque passa a ter muito medo das pessoas de fora, principalmente os homens, e precisa estar sempre acompanhada para se sentir segura.

A vítima de estupro acredita que o crime cometido contra ela é um mal muito grande, perto da desgraça, daí a visão que tem ela e sua família em relação ao seu agressor é de que seja talvez um monstro, alguém que tem que ser banido do convívio social. Na maioria dos casos, traindo a razão disciplinadora da fé cristã de que é preciso perdoar, desejam-lhe a pena de morte. No momento em que lembram a presença divina, falam da boca para fora num amargo perdão que lhes concedem.

Muitas falam em justiça divina, desacreditando daquela que possa se efetivar aqui na terra por seres de carne e osso. Imaginam que um dia o seu agressor possa pagar pelo que fez em outro mundo, agarram-se a essa esperança, não tendo outra em que confiar. É possível até que a vítima de estupro sofra transformações em sua fé religiosa em função do fato. Porém, se isso acontece no seu íntimo, as mulheres entrevistadas nessa pesquisa não o expressaram. Mas é certo que as desgraças de todo tipo que ocorrem repentinamente na vida das pessoas as levam a apegar-se mais à religião. A menção que foi feita quanto à participação da igreja em suas vidas após o estupro e como consequência do mesmo, na verdade, se refere à convivência com as pessoas que estão ali e sabem do seu problema, como se fossem de sua família. Quando as pessoas de sua igreja não vêm a conhecer o seu infortúnio, por algum motivo, ela faz questão de esconder delas.

Todas essas questões revelam problemas sociais voltados para um estigma, que interrompe o curso normal da vida da vítima de estupro. Trata-se de uma marca psicológica, que não é visível pelas pessoas, mas tem as mesmas conseqüências que sofre uma pessoa estigmatizada por seus defeitos físicos. A noção aprendida pela cultura ocidental dos ideais de pureza da mulher virgem mostra a gênese de um tipo de atitude moralizadora frente à ocorrência de estupro. O ato do estupro provoca uma marca negativa na mulher, que ninguém vê, mas ela sente e a percebe no olhar das pessoas a mirá-la. Isso é o que ela percebe, o que pode ser obra de sua imaginação, reforçando a idéia do estigma teorizado por Gofman de que há uma reelaboração do estigma por parte da pessoa estigmatizada em confronto com o meio externo, para que ele seja internalizado nela.

A vergonha também é um sentimento que representa um elemento de controle social. A vergonha pode ser conseqüência do próprio estigma que a mulher estuprada adquire e o percebe em sua dificuldade de relacionar-se com outras pessoas da mesma forma de antes do estupro. Nesse caso, é como se a vítima de estupro aparecesse aos olhos das pessoas como tendo participado de algo errado. Algumas mulheres costumam imaginar o fato como uma traição ao marido. A vergonha caminha lado a lado com a culpa. Mesmo a mulher tendo consciência de que o ato foi involuntário, ela não consegue livrar-se da culpa facilmente, uma vez que a sociedade permanentemente reforça esse sentimento.

É bastante comum a família buscar alguma reparação, tentando fazer justiça com as próprias mãos. Já é de natureza cultural não se confiar na justiça brasileira. Daí a razão de ser a primeira atitude dos membros

da família, principalmente os do sexo masculino, a de querer eles mesmos tomar alguma atitude concreta contra o agressor. Em todos os casos aqui pesquisados, com exceção de apenas um deles, houve atitude nesse sentido, quando havia possibilidade mínima de encontrar o agressor. A busca da delegacia vem num segundo momento. Tratando-se de autores ignorados, esta é a única alternativa. Fiam-se nela, como última esperança.

Nos casos de autores conhecidos da vítima, para nenhuma das entrevistadas por essa pesquisa houve satisfação das vítimas quanto à necessidade de se fazer justiça pela delegacia da mulher. Elas não reclamam do tratamento que lá receberam, geralmente acham até que foi tudo bem, mas a sua esperança ali era de que o seu agressor fosse preso.

Provavelmente em Goiânia, assim como observado por Bárbara Musumeci Soares, no Rio de Janeiro, a delegacia da mulher se direcionou informalmente para as funções assistenciais e pedagógicas, como ocorre institucionalmente nos Estados Unidos. Essa é uma necessidade que elas naturalmente se viram em vias de atender. No entanto, pelo que se depreende das entrevistas com as vítimas de estupro, se a delegacia cumprisse com eficiência sua missão de polícia judiciária, seria muito mais importante. As vítimas esperam muito mais da delegacia do que a mesma tem-lhes oferecido. Quando percebem a incapacidade da delegacia da mulher de investigar os casos ignorados, caem na desesperança na justiça. Nos casos dos autores conhecidos, as vítimas entendem que, depois de tanta fadiga para chegar ao final de um processo judicial, a pena que os agressores recebem é muito branda para reparar o mal que lhes fora causado e continuam a remoer o drama por elas vivido. É como se, a

partir daí, carregassem um mal ainda maior, representado pela perda de confiança no mundo e na possibilidade mínima de se fazer justiça.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Lourdes. O que faz da vítima, vítima? In: OLIVEIRA, Djaci de, e outros (orgs.). *Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BÉJIN, André. *O Poder dos Sexólogos e a Democracia Social* in: FILHO, Silva e outros (orgs.). *Perversões Sexuais: Um estudo Psicanalítico*. São Paulo: EPU, 1987. P. 236-254.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape*. New York: Fawcett Columbine Book/Ballantine Books, 1993.

BUVINIC, Violência nas Américas: um plano de ação” in: MORRISON, Andrew R. e BIEHL, Maria Loreto (orgs.). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CORNEAU, Guy. “Paternidade e masculinidade” in: NOLASCO, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

CORREA, Mariza. Repensado a família patriarcal brasileira. In: *Colcha de retalhos* (coletânea com vários colaboradores). Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.

_____ *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade* (coletânea com vários colaboradores). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

DESSER, Nanete Ávila, *Adolescência, Sexualidade e Culpa*. Rio de Janeiro-Brasília: Editora Rosa dos Tempos e Editora da Universidade de Brasília, 1993.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 1987.

_____ *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Editora Ícone, 1994.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOWARD, Susan, BUCK, Craig. *A traição da inocência: o incesto e sua*

- devastação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 25ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- _____ *Sobrados e mucambos*. 5ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GERTH, Hans e MILLS Wright. *Caráter e estrutura social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOLDBERG, Mirian. *Ser homem, ser mulher: dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- GREGORI, Maria Filomena. “Mulheres e relações violentas” in: *Novos Estudos*. Nº 23, Cebrap, março de 1989.
- GROSSI, Miriam Pillar e TEIXEIRA, Analba Brazão. *Histórias para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade do Natal*. Natal: Casa Renascer; Florianópolis: NIGS, 2000.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- GUSMÃO, Chiysolito. *Dos crimes sexuais: estupro, atentado ao pudor, sedução e corrupção de menores*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

HARRISON, Ross. Estupro: estudo de um caso em Filosofia Política in TOMASELLI, Sylvana e PORTER, Roy (orgs.). *Estupro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. “Violência e mulher” in: VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editoras da UFRJ e da FGV, 1996.

_____ *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

KUHN, M. L. S. REIS, A. FILHO, Trindade. *Características das vítimas de estupro no Distrito Federal* (Trabalho apresentado como tema livre no XV Congresso Brasileiro de Medicina-Legal, em Salvador, Bahia, em setembro de 1998).

LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

LARRAÍN, Soledad. “Reprimindo a violência doméstica: duas décadas de ação” in: MORRISON, Andrew R. e BIEHL, Maria Loreto (orgs.). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Série Polêmica, nº 57. São Paulo: Ática, 1989.

MORRISON, Andrew e ORLANDO, Maria Bestriz in: MORRISON,

Andrew R. e BIEHL, Maria Loreto (orgs.). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a homer simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLARTE, Efraín Gonzáles de, LLOSA, Pilar Gavilano. “A pobreza pode causar violência doméstica? Algumas respostas de Lima” in: MORRISON, Andrew R. e BIEHL, Maria Loreto (org.). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PADILHA, Tarcísio Meireles. Apêndice in *Filosofia, ideologia e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Com Ed. Americana, 1971.

PILPEL, Harriet F., ZAVIN, Theodora S. “Leis sobre o casamento e a família” in: ELLIS, Albert e ABARBANEL, Albert. *Enciclopédia do comportamento sexual*, 1968.

PIMENTEL, Sílvia, SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. e

PANDJIARJIAN, Valéria. “Estupro: crime ou cortesia? Abordagem sociojurídica de gênero”. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP.

PORTER, Roy. Estupro — será que ele tem um significado histórico? In: TOMASELLI, Sylvana e PORTER, Roy (orgs.). *Estupro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

PORTER, Roy, TEICH, Mikulas. Introdução in: *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Editora da Unesp/Cambridge University Press, 1998.

PIMENTEL, Silvia [eti alli]. *Estupro: crime ou cortesia? Abordagem sócio-jurídica de gênero*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998. PUTEY, Zinalda Castelo Branco. *Violência urbana*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1987.

RIW, Connell. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford. Univ. Pres., 1987.

SAMARA, Eni Mesquita. “Tendências atuais da história da família no Brasil”. In: *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade* (Vários colaboradores). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

SANDAY, Peggy Reeves. “Estupro como forma de silenciar o feminino” in: TOMASELLI, Sylvana e PORTER, Roy (orgs.). *Estupro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

“A reprodução do patriarcado na antropologia feminista” in: GERGEN, Mary Mc. Kanney (org.) *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília: Rosa dos Tempos e Editora da UnB, 1993.

SCHELEGEL, Alice. “Gender Meanings: general and specific. In: SANDAY, P. R. e GOODENOUGH, R.G. *Beyond the second sex: new directions in the anthropology of gender*. University of Pensilvania Press. Philadelphia, 4 ed., 1996.

SHOTTER, John e LOGAN, Josephine. “A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente” in: GERGEN, Mary Mc. Kanney (org.) *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília,

- lia: Rosa dos Tempos e Editora da UnB, 1993.
- SCHEFF, Thomas J. “The sociological discovery of shame”. www.sscf.ucsb.edu/~scheff, 14/04/2001.
- SOARES, Bárbara Musumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo (org.) *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.
- SOIHET, Rachel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____ “Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano” in: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SUÁREZ, Mireya [et. alii.]. A noção de crime sexual. In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.) *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora da UnB, 1999. (B)
- SENA, Custódia Selma. *Os dois brasis: um estudo do dualismo nas interpretações do Brasil*. Brasília:UnB, tese de doutorado, 2000.
- TOMASELLI, Sylvana. Introdução in: TOMASELLI, Sylvana e PORTER, Roy (orgs.). *Estupro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- WARSHAW, Robin. *Eu nem imaginava que era estupro*. Rio de Janeiro:

ro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.

WEBER, Max, *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Unicamp, 1992.